



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SR – 12 / MARANHÃO**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 107/2010, da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno (especificar o número do ato do órgão de controle interno, se houver)

Listas de Abreviações e Siglas

ATES – Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária

CCU - Contrato de Concessão de Uso

CGU - Controladoria Geral da União

CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF

DE - Diretoria de Gestão Estratégica

GAP - Gestão e Administração do Programa

IN – Instrução Normativa

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LFPR - Licença Florestal da Propriedade Rural

LIO - Licença de Instalação e Operação

LOA - Lei Orçamentária Anual

LP - Licença Prévia

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

NE – Norma de Execução

PA - Projeto de Assentamento

PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento

PNDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

PO - Programação Operacional

PPA - Plano Plurianual

PPR - Planilha de Preços Referenciais de Terras e Imóveis Rurais

PRA - Plano de Recuperação de Assentamento

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse

SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária

SIR - Sistema de Informações Rurais

SISTERLEG - Sistema Terra Legal

SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural

SR – Superintendência Regional

SR (12)MA/A – Divisão de Administração

SR (12)MA/T – Divisão de Obtenção de Terras

SR (12)MA/D – Divisão de Desenvolvimento

SR (12)MA/F – Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

SRFA - Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal

SRFA (02) – Divisão Estadual de Regularização Fundiária na Amazônia Legal

TDA - Título da Dívida Agrária

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

UG - Unidade Gestora

UJ - Unidade Jurisdicionada

UMC - Unidade Municipal de Cadastramento

Índice de Tabelas

Tabela I - Demonstrativo de Obtenção de Imóveis.....	39
Tabela II - TDAs e Benfeitorias dos imóveis desapropriados	40
Tabela III - Execução Financeira com Obtenção de Imóveis	41
TABELA IV - PAGAMENTO DA EMPRESA 3A Rural Engenharia Ltda. Pregão Eletrônico 08/2009 e PE10/2009 CNPJ 02.813.119/0001-09.....	47
TABELA V - PAGAMENTO DA EMPRESA SETA Serviços Técnicos e Agrimensura Ltda Pregão Eletrônico 08/2009 CNPJ 05.551.339/0001-87.....	48
TABELA VI - PAGAMENTO DA EMPRESA SETA – Serviços Topográficos, Agrimensura e Construções Pregão Eletrônico 08/2009 CNPJ 07.151.640/0001-41.....	48
TABELA VII - PAGAMENTO DA EMPRESA AEM LINDOSO Pregão Eletrônico 08/2009 CNPJ 07.092.595/0001-00.....	49
TABELA VIII - PAGAMENTO DA EMPRESA PROJETOP – Topografia e Geodésia Ltda Pregão Eletrônico 09/2009 CNPJ 05.551.339/0001-08.....	49
TABELA IX - PAGAMENTO DA EMPRESA ENGPLAGRI – Industria e Comercio Agropecuário Engenharia Planejamento e Agrimensura Pregão Eletrônico 09/2009 CNPJ 07.149.420/0001-83.....	49
TABELA X - PAGAMENTO DA EMPRESA IMEDIATA Topografia e Geodésia Ltda Pregão Eletrônico 09/2009 CNPJ 07.403.378/0001-85.....	49
Tabela XI - Projetos de Assentamento beneficiados.....	56
Tabela XII - Número e área (ha) de títulos emitidos por escritório regional.....	70
Tabela XIII - Número e área (ha) de processos de regularização fundiária com aprovação nacional por escritório regional.....	70
Tabela XIV - Número e área (ha) de processos de regularização fundiária aprovados por escritório regional.....	71
Tabela XV - Número e área (ha) de títulos de doação de áreas urbanas.....	71
Tabela XVI: Titulação - área urbana.....	71
Tabela XVII - Nº de cadastros realizados	74
Tabela XVIII – Avaliações de Imóveis das áreas decretadas de interesse social em 2009.....	85

Tabela XIX - Objeto de contratação de Relatórios Antropológicos para o exercício de 2011..... 86

Tabela XX – Processos Acumulados.....87

SUMÁRIO

PARTE A – CONTEÚDO GERAL	11
1. Identificação de Relatório de Gestão Individual	12
2. Objetivos e metas institucionais	13
2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas.	13
2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.....	16
2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária	16
2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento	17
2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento	20
2.2.4 Divisão de Gestão Administrativa.....	21
2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade.....	23
2.3.1 Programa 0135 Assentamento de Trabalhadores Rurais	23
Principais Ações do Programa	24
2.3.1.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária.....	24
2.3.1.2 Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais.....	26
2.3.1.3 Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária	35
2.3.1.4 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	37
2.3.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa	41
2.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária	44
Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.....	44
Principais Ações do Programa	45
2.3.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento	45
2.3.2.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento.....	46
2.3.2.3 Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol.....	50
2.3.2.4 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento	52
2.3.2.5 Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária.....	53
2.3.2.6 Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	55
2.3.2.7 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas	58
2.3.2.8 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa	60
2.3.3 - Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas ..	63
Principais Ações do Programa	64
2.3.3.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	64

2.3.3.2	Ação 2114 - Sistema de Cadastro Rural.....	66
2.3.3.3	Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional.....	66
2.3.3.4	Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	69
2.3.3.5	Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas.....	72
2.3.3.6	Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas	73
2.3.3.7	Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa	75
2.3.4	Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário	77
	Principais Ações do Programa	77
2.3.4.1	Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.....	77
2.3.5	Programa 1120 – Paz no Campo	80
	Principais Ações do Programa	81
2.3.5.1	Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas.....	81
2.3.6	Programa 1336 – Brasil Quilombola.....	83
	Principais Ações do Programa	84
2.3.6.1	Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.	84
2.3.6.2	Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos.....	88
2.3.7	Programa 1350 – Educação no Campo	91
	Principais Ações do Programa	92
2.3.7.1	Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo	92
2.3.7.2	Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	94
2.3.7.3	Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária.....	95
2.3.7.4	Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa	96
2.3.8	Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura	98
	Principais Ações do Programa	99
2.3.8.1	Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados	99
2.3.8.2	Ação 2272 - Gestão do Programa.....	102
2.3.9	Programa 0750 – Apoio Administrativo	105
2.3.9.1	Ação 2000 - Administração da Unidade	106
2.4	Desempenho Orçamentário/Financeiro	110
2.4.1.	Programação Orçamentária da Despesa	110
2.4.1.1	Identificação das Unidades Orçamentárias.....	110
2.4.1.2	Programação de Despesas Correntes.....	111

2.4.1.3	Programação de Despesas de Capital	112
2.4.1.4	Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência.....	113
2.4.1.5	Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	114
2.4.2	Execução Orçamentária da Despesa.....	116
2.4.2.1.	Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	116
2.4.2.2.	Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	117
2.4.2.3.	Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	118
2.4.2.4.	Análise Crítica	119
2.4.3.	Indicadores Institucionais	121
3.	Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	130
3.1	Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	131
4.	Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.	132
4.1	Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores	132
4.2	Análise Crítica.....	132
5.	Informações sobre Recursos Humanos da unidade	133
5.1	Composição do quadro de servidores ativos	133
5.1.1	Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação Apurada em 31/12/2010.....	133
5.1.2	Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária - Situação Apurada em 31/12/2010.....	134
5.1.3	Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade - Situação Apurada em 31/12/2010.....	134
5.2	Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas	135
5.2.1	Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação Apurada em 31/12/2010.....	135
5.2.2	Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação Apurada em 31/12/2010.....	135
5.3	Composição do quadro de estagiários	136
5.4	Custos associados à manutenção dos recursos humanos.....	136
5.4.1	Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010	136
5.5	Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços	138
5.5.1	Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	138
5.5.2	Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	139
5.5.3	Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra	140
5.6	Indicadores gerenciais sobre recursos humanos.....	140

6.	Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência.....	141
6.1	Transferências efetuadas no exercício.....	141
6.1.1	Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.....	141
6.1.2	Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	147
6.1.3	Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes	148
6.1.4	Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse.....	149
6.1.5	Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse.....	152
6.1.6	Análise Crítica.....	153
7.	Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010. ..	158
8.	Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.....	160
9.	Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ	160
9.1	Estrutura de controles internos da UJ	160
10.	Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras.	163
10.1	Gestão ambiental e licitações sustentáveis	163
11.	Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.	165
11.1	Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial.....	165
11.1.1	Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da união	165
11.1.2	Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros	166
11.1.3	Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ.....	166
11.1.4	Análise crítica:.....	167
12.	Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ.....	168
12.1	Gestão de TI da UJ	168
13.	Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.....	170
14.	Informações sobre Renúncia Tributária.	176
15.	Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.	177
15.1	Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	177
15.2	Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício.....	177

15.3	Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	178
15.4	Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício ..	182
16.	Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.	183
17.	Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.	185
Parte B - Informações Contábeis da Gestão		186
18.	Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e odemonstrativo levantado por unidade gestora responsável – UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão.....	186
19.	Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).	187
Parte C - Informações Específicas a constar do Relatório de Gestão – Superintendências Regionais do INCRA		196
20.	Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis contendo, no mínimo, as seguintes informações:	196
21.	Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.....	197

PARTE A – CONTEÚDO GERAL

1. Identificação de Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário		Código SIORG: 17125	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			
Denominação abreviada: INCRA			
Código SIORG: 4037	Código LOA: 49201	Código SIAFI: 37.201	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia do Poder Judiciário			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral		Código CNAE: 84.11-6-00	
Telefones/Fax de contato:	(098) 3245-9394	(098) 3244-7957	
Página na Internet: http://www.incra.gov.br			
E-mail: Luiz.fonseca@sls.incra.gov.br			
Endereço Postal: Avenida Santos Dumont, 18 – Anil Cidade: São Luis UF: Maranhão CEP: 65046-660			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
DECRETO-LEI Nº 1.110, DE 09 DE JULHO DE 1970; Decreto nº 5.735 (27/03/2006)			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
133085	Unidade Avançada de Imperatriz		
133086	Unidade Avançada de Açailândia		
373042	Unidade Avançada de Bacabal		
373043	Unidade Avançada de Pindaré		
373041	Unidade Avançada de Barra do Corda		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
37201	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		
373040	37201		

2. Objetivos e metas institucionais

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é uma autarquia federal criada pelo Decreto n. 1.110, de 09 de julho de 1970 com a missão prioritária de promover e executar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União. Está implantado em todo o território nacional por meio de 30 Superintendências Regionais.

Dentre os principais programas e ações de governo que lhe cabe executar, vale destacar os seguintes programas:

- Assentamentos Sustentáveis para Trabalhadores Rurais: assentar famílias de trabalhadores rurais em atendimento ao modelo de desenvolvimento do meio rural e a inclusão social.
- Desenvolvimento Sustentável de Projeto de Assentamento – Garantir infra-estrutura e serviços para as famílias assentadas nos projetos de assentamento;
- Regularização e Gerenciamento da Estrutura Fundiária – Ordenar e fiscalizar a estrutura fundiária, permitindo verificar a ocupação do território e priorizando a função social do uso da terra;
- Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário – Ações voltadas para capacitação dos servidores públicos federais envolvidos na reforma agrária;
- Brasil Quilombola – Reconhecer e assegurar titulação dos territórios das comunidades remanescentes de quilombos.
- Administração da Unidade – Promover a superintendência dos meios administrativos para implementação e gestão de seus programas finalísticos;
- Educação no Campo – Promover a inclusão social por meio da democratização do acesso à educação formal, respeitando a diversidade cultural, étnica, social e política nas área de Reforma Agrária;

- Paz no Campo – Prover as necessidades básicas das famílias acampadas até o assentamento definitivo, acrescido dos serviços de assistência jurídica, social e técnica.

A REFORMA AGRÁRIA

- A Reforma Agrária constitui, por meio do assentamento de trabalhadores rurais, ferramenta essencial para a mudança do modelo de desenvolvimento do País, na medida em que contribui para a alteração da estrutura fundiária e para a democratização do acesso à terra;
- A Reforma Agrária é um instrumento de desenvolvimento sustentável do País;
- A Reforma Agrária promoverá a democratização do acesso e exploração racional da terra, a garantia da soberania alimentar e nutricional, a geração de emprego e renda, a promoção de mudanças no modelo de desenvolvimento do meio rural e a inclusão social;
- A Reforma Agrária será implementada utilizando a desapropriação por interesse social como instrumento principal de obtenção de terras;
- A Reforma Agrária será implementada de forma participativa, envolvendo todos os atores sociais na sua elaboração, gestão e avaliação;
- A Reforma Agrária será implementada de forma a assegurar o cumprimento da função social da propriedade da terra, a conservação do meio ambiente e dos recursos naturais e o cumprimento dos direitos trabalhistas;
- A Reforma Agrária promoverá o fortalecimento de parcerias entre as instituições governamentais e não-governamentais e possibilitará a capacitação dos parceiros;
- A Reforma Agrária será implementada de forma a reduzir a violência no campo, garantindo os direitos humanos, promovendo a paz e a justiça social;
- A Reforma Agrária promoverá o combate ao trabalho escravo para fins de justiça e inclusão social;
- A Reforma Agrária contribuirá para promover a igualdade de oportunidades de gênero, raça e etnia.

- A Reforma Agrária possibilitará o acesso à educação formal, ampliando o nível de escolaridade dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.
- A Reforma Agrária respeitará as tradições, costumes e conhecimentos inerentes de que são dotadas as famílias assentadas, na perspectiva de contribuir para o desenvolvimento rural sustentável.
- A Reforma Agrária promoverá o reconhecimento e titulação dos territórios das comunidades remanescentes de quilombos, respeitando os aspectos étnicos, históricos, culturais e socioeconômicos do grupo de forma a garantir a sustentabilidade em harmonia com o meio ambiente.
- A Reforma Agrária garantirá a assessoria técnica, social e ambiental de forma integral e continuada desde a implantação do Projeto de Assentamento, visando o desenvolvimento de forma sustentável, com respeito aos diferentes biomas;
- A Reforma Agrária contribuirá para a superação da pobreza e geração de trabalho e renda no meio rural por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável;
- A Reforma Agrária contribuirá para a inclusão produtiva e ampliação da participação social das populações pobres nos Territórios da Cidadania, buscando a universalização de programas básicos de cidadania.
- A Reforma Agrária propiciará às famílias assentadas condições sócio-econômicas para promover o desenvolvimento sustentável, por meio da qualificação dos Projetos de Assentamento;
- O Ordenamento da Estrutura Fundiária possibilitará o conhecimento da efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra;
- O Ordenamento da Estrutura Fundiária assegurará a gestão fundiária nas terras públicas;
- O Ordenamento da Estrutura Fundiária contribuirá para o desenvolvimento local e sustentável, por meio da incorporação das terras federais ao programa de reforma agrária;
- O Ordenamento da Estrutura Fundiária possibilitará o conhecimento da malha fundiária do país, permitindo verificar a ocupação do território, priorizando a função social do uso da terra e a inclusão social de seus ocupantes;

- O Ordenamento da Estrutura Fundiária, nas terras estaduais, será feito em parceria com os Institutos de Terras dos Estados garantindo a promoção da função social do uso da terra com a regularização das posses e dos territórios quilombolas nos termos da Lei;
- O Ordenamento da Estrutura Fundiária, nas áreas públicas federais da Amazônia Legal, priorizará a criação de Projetos de Desenvolvimento Sustentável - PDS, Projetos Agro-Extrativistas - PAE, Projetos Agro-Florestais - PAF, entre outros, com exploração dos recursos florestais de forma coletiva.

A missão institucional do INCRA, portanto, perpassa pela execução de programas e ações de fundamental importância para o desenvolvimento de suas atribuições, em especial o desenvolvimento sustentável dos projetos de assentamento de reforma agrária com o assentamento de famílias.

Para isso, no exercício financeiro de 2009 as metas institucionais estabelecidas na Programação Orçamentária foram perseguidas por todo o quadro técnico do INCRA, alcançando resultados relevantes para o desenvolvimento dos 624 (seiscentos e vinte e quatro) projetos de assentamentos de reforma agrária federais no estado do Maranhão.

Cumprir lembrar, que na análise da execução das metas estabelecidas, deve-se considerar que o INCRA vem, ao longo do tempo, incorporando novas ações à sua missão institucional. Ações essas que, inicialmente, foram verdadeiros desafios, frente à disponibilidade de recursos financeiros, orçamentários e humanos que o INCRA possui. Os avanços, entretanto, podem ser percebidos à medida que se encontram melhores maneiras de realização do trabalho, superando os desafios com o aperfeiçoamento contínuo das atividades.

Assim, em termos gerais, podemos ressaltar o cumprimento aceitável das metas dos programas e ações atinentes à competência do INCRA no exercício financeiro de 2009 no estado do Maranhão, conforme se verá no detalhamento a seguir exposto.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.

2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

Atividades: cadastro rural, cartografia, regularização fundiária e regularização territórios quilombolas.

Estratégias de Atuação

Cadastro rural

Termo de Cooperação entre a Superintendência Regional do Maranhão – SR(12) e as Prefeituras Municipais com finalidade de qualificar os representantes das Unidades Municipais de Cadastro – UMC, ampliando, assim, o atendimento à clientela no município de origem;

Gerenciamento de 9.803 imóveis rurais. A maioria dos servidores deste setor está no limite do tempo de serviço;

Certificação de 171 imóveis rurais, equivalente a 54,81% dos processo protocolados, totalizando uma área de 401.969,3645 ha, através de um Comitê de Certificação Regional composto de técnicos de cadastro, engenheiro agrônomo, técnico agrícola e assistente administrativo, o setor tem carência de técnicos qualificados em Georreferenciamento e geodesia.

Cartografia: realização de uma licitação, na modalidade pregão eletrônico, com o objetivo de georreferenciar e demarcar perímetro, patrimônios, reserva legal, Identificação de casas construídas dentro dos Projetos de Assentamento.

Regularização Fundiária: com a criação no Estado do Maranhão da Divisão Fundiária na Amazônia Legal, ligada diretamente à Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, assumiu as atividades de regularização de terras, uma vez que dois terços do estado do Maranhão estão contidos na Amazônia. Legal.

Os 5 os decretos de territórios quilombolas, beneficiando 754 famílias, com 16.726,09,75 hectares, totalizando 11 imóveis rurais foram resultado de trabalhos elaborados por equipe constituída de antropólogos (SR(12), Paraíba e INCRA sede e engenheiros agrônomos;

Para 2011 está sendo contratados por via indireta 34 laudos antropológicos, que ainda é uma pequena ação frente o numero de mais 280 áreas quilombolas com processo aberto na SR12 e aproximadamente 340 áreas já reconhecidas no estado do Maranhão.

2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento

A Divisão de Obtenção de Terras é responsável pelas atividades de aquisição, desapropriação e incorporação ao patrimônio do Incra das terras necessárias à reforma agrária. Para o desenvolvimento das funções desta Divisão, foram estabelecidas como prioridades principais, para o ano de 2009:

- A seleção de famílias beneficiárias da Reforma Agrária, a promoção do acesso à terra e a criação de projetos de assentamento através de vistorias em 491.900 hectares visando obter 33.408,00 hectares com destinação à desapropriação a fim de assentar 6.020 famílias; e
- O desenvolvimento de atividades relativas ao aproveitamento sustentável dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente nos projetos de reforma agrária, através do licenciamento ambiental de 140 assentamentos.

Estratégias para alcance das metas

1. Investigação de vagas em assentamentos:

Como tem sido observada, ao longo dos anos, a disponibilidade de áreas para Reforma Agrária tem diminuído consideravelmente. Prova disso, são os números comparativos dos últimos anos: Em 2008, foi incorporado ao patrimônio público 32.335,3945 ha e em 2009 tivemos redução no alcance da meta física em 41,81% com relação ao ano anterior (13.520,8217 ha). Além disso, a morosidade do processo de desapropriação e na imissão de posse tem dificultado a aquisição de áreas destinadas ao plano nacional de reforma agrária.

Como estratégia para o alcance da meta de 2009, a SR/MA - após observar que dentre os Assentamentos Federais (PA) e do Estado (PE) o número de famílias assentadas era inferior à capacidade de assentamento - realizou junto ao SIPRA um levantamento criterioso quanto ao número de vagas a serem disponibilizadas a futuros beneficiários do Programa. O resultado da pesquisa definiu 5.579 vagas em assentamentos já criados em anos anteriores, o que representou 88,70% do total das famílias assentadas em 2009.

2. Aquisição de Terras Públicas:

O Maranhão é um dos estados com maior disponibilidade de terras públicas. Fator este que poderia ser vantajoso no aproveitamento de áreas adquiridas com fins de Reforma Agrária. No entanto, observou-se que as áreas públicas estão sendo ocupadas por pequenos e médios produtores detentores de muitas benfeitorias e com área de posse demarcada. Portanto, a aquisição de Terras Públicas por arrecadação se tornou muito dispendioso, pois seria necessária a indenização das benfeitorias em favor da Obtenção de Terras para o Plano Nacional de Reforma Agrária.

Desta forma, como nossa PO 2009, na ação de Obtenção de Terras, foi reduzida em 66,90%, em relação ao ano anterior, não foi possível alcançar o objetivo esperado – fator este que ocasionou na redução do alcance da meta física de obtenção de terras.

3. Celebração de acordos com o Órgão Estadual do Meio Ambiente:

O Licenciamento Ambiental é uma etapa do processo de desapropriação que influencia diretamente no alcance das metas de outras Ações deste Programa. No entanto, a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão (SEMA) tem retardado a expedição das Licenças Prévia (LP) e das Licenças de Instalação e Operação (LIO). Como os resultados dependem, quase que exclusivamente, do desempenho da SEMA, o INCRA vem buscando manter com este Órgão Estadual uma parceria efetiva, no sentido de obter efeitos mais satisfatórios.

Para isto foram traçadas estratégias, como: a) A celebração de um Termo de Cooperação Técnica Operacional (TCTO), com o objetivo de estabelecer um regime de estreita colaboração mútua entre as duas instituições, visando ampliar a capacidade de trabalho das instituições envolvidas com vistas a dar maior celeridade no desenvolvimento das ações de licenciamento ambiental, através de Vistorias nos Projetos de Assentamentos do INCRA para análise e adequação das exigências ambientais; b) Firmou-se também um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), em que o INCRA compromete-se em adotar procedimentos administrativos que garantam celeridade nos processos de regularização ambiental dos projetos de assentamento e a SEMA responsabiliza-se em simplificar o processo de licenciamento ambiental.

4. Áreas Prioritárias para serem Vistoriadas:

Foram realizadas diversas audiências com os principais movimentos sociais do Maranhão (MST, CPT, FETAEMA), onde se relacionou as regiões de maior interesse social, destacando-se as áreas com maior quantidade de posseiros e imóveis sob tensão social. Com base nesses dados, o setor de Obtenção de Terras realizou uma triagem preliminar dos imóveis passíveis de desapropriação, priorizando as propriedades maiores que 15 módulos fiscais, imóveis cujo proprietário possui mais de um prédio rústico, áreas fora da Amazônia Legal, interesse do proprietário pela desapropriação, entre outros.

Como resultado da seleção previa, ao final do exercício de 2009, a Superintendência do MA atendeu a solicitação de comunidades em 30 municípios, com vistorias preliminares em 59 imóveis perfazendo uma área total de 154.896,7951 ha.

2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

Visando a execução da PO 2010, adotou-se como estratégia de atuação para agilizar a aplicação do Crédito Instalação, obedecendo as normativas que norteiam as atividades da Instituição, com realização de reuniões com os servidores no sentido de aprimorar a busca de objetivos, qual seja, beneficiar as famílias de trabalhadores rurais com as outras atividades desenvolvidas pelo INCRA.

Em primeiro lugar foram adotadas providências para a aplicação dos créditos instalação em suas diversas modalidades, onde foi priorizada a expedição dos Contratos de Concessão de Uso – CCU, como condição para implantação do crédito. À medida que os CCU foram emitidos, as equipes de servidores se deslocavam aos projetos de assentamento para sua efetivação.

No que se refere aos créditos de infraestrutura básica (abastecimento de água potável e estradas vicinais), foi adotado o sistema de celebração de convênios com as prefeituras municipais, no sentido de envolver os gestores municipais com as comunidades rurais. Até mesmo objetivar um compromisso dos mesmos com a manutenção das obras edificadas.

Com referência à ATES, a estratégia utilizada foi dar continuidade a execução dos convênios plurianuais celebrados pela Unidade de Jurisdição, visando na medida do possível, cumprir com os Planos de Trabalho propostos para o desenvolvimento das ações no âmbito dos projetos de assentamento contemplados com o serviço de Assessoria Técnica.

Na lógica de integração das ações buscou-se a parceria dos núcleos operacionais com as equipes da Unidade de Jurisdição, viabilizando a execução das ações diretas sob responsabilidade da Instituição.

Durante o ano de 2010 dificuldades de financeiro a fim de cumprir com o cronograma de desembolso para a execução dos convênios em andamento interferiram significativamente na qualidade do serviço e no cumprimento do cronograma físico.

Como estratégia de atuação envidou-se esforços junto as Procuradorias Especializadas e setores jurídicos do INCRA e das Instituições parceiras (UFMA/IFMA/FSADU/FACT/FUNCEMA); reuniões foram realizadas, participações em audiências locais e em Brasília buscando superar os impasses.

Finalmente, buscamos nos adequar às novas orientações (Acórdão TCU nº 2653/2008/PFE) em casos necessários reformulando o Projeto Básico, o Plano de Trabalho e seus anexos.

Estratégias outras não foram implementadas visto que às referidas decisões tem caráter nacional, cabendo às SR's apenas contribuir e cobrar da Coordenação Nacional do Programa medidas saneadoras e novas orientações.

Citamos também paralisações em todos os convênios em decorrência de impossibilidade de aprovação das Prestações de Contas apresentadas pelas Fundações. Buscando dar agilidade ao processo de análise das justificativas e/ou correções encaminhadas, o Superintendente Regional solicitou e o INCRA/SEDE enviou Força Tarefa (MEMO Nº 348/DA, de 07/07/2009) dada a dificuldade operacional do Serviço de Contabilidade desta SR(12).

Ressaltamos a limitação de recursos humanos, formalmente informada á Chefia da Divisão, para dar andamento às atividades de divulgação, implantação e acompanhamento das ações do PRONERA, ressaltando-se o quantitativo de salas de aula, alunos beneficiados e as longas distâncias a serem percorridas durante os acompanhamentos.

Como medidas adotadas em exceção à regra da Administração, pontuamos alguns deslocamentos que ocorreram no final de semana em decorrência da programação dos cursos (nível médio) contarem com atividades aos sábados e domingos. Justifica-se também a permanência dos servidores em campo, pelas longas distâncias entre o interior do estado e a capital, o que torna inviável posterior retorno para finalização dos acompanhamentos.

2.2.4 Divisão de Gestão Administrativa

A principal estratégia de atuação é garantir as perfeitas funcionalidades da máquina administrativa, com ênfase no acompanhamento da execução dos contratos de terceirização de mão-de-obra para serviços de apoio administrativos, bem como os contratos de manutenção, vigilância, limpeza e conservação. Para isso, buscamos formar uma comissão e capacitar seus membros para acompanhar e gerenciar dos processos contratuais, tornando mais eficiente a aplicação dos recursos.

Tal comissão tem como principais atribuições:

- Efetuar levantamento da necessidade de aquisição de materiais de consumo e permanente;
- Identificar e relacionar os serviços que ocorrem como mais frequência na superintendência do INCRA MA para elaboração de projeto básico ou termo de referencia;
- Efetuar o planejamento, execução e acompanhamento das licitações de compras de materiais de consumo e permanente, visando evitar excesso ou falta desses bens.

No decorrer do exercício tivemos dificuldades para compor esse grupo, porque boa parte dos servidores não tem interesse em trabalhar na área de licitações e contratos. Visto que essa atividade acumula muita responsabilidade e não traz nenhum benefício financeiro.

Outra estratégia adotado foi criar um grupo de trabalho para estudar a implantação de um sistema de rodízio de funcionários da Divisão de Gestão Administrativa com o objetivo de melhorar o desempenho e a produtividade desses servidores, e consequentemente otimizar os resultados da divisão.

Principais Vantagens:

- O servidor passará a conhecer todas das funcionalidades do órgão, deixando de limitar-se apenas as atribuições do setor, onde trabalha;
- Evita problemas como a falta de funcionários com conhecimento e pratica de certas atividades para substituir determinados servidores nas suas ausências;
- Aumentar o interesse e a motivação do funcionário pelo trabalho, tirando-o da rotina e aguçando sua capacidade para encarar novos desafios;

Principais Barreiras:

Necessidade de capacitação de servidores para desempenhar diversas tarefas, aumentando os custos com instrução;

Rejeição dos servidores que ocupam o mesmo setor há muito tempo e que não estão dispostos a mudanças;

2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade

2.3.1 Programa 0135 Assentamento de Trabalhadores Rurais

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a democratização do acesso a terra.

Gerente do programa: Celso Lisboa de Lacerda.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Lucílio Araújo Costa

Indicadores ou parâmetros utilizados: Área em hectares vistoriada – Área em hectares obtidos e incorporados ao Programa Nacional de Reforma Agrária - Número de Famílias Beneficiadas nos Programas de Reforma Agrária – Projeto Criado;

Público-alvo (beneficiários): Trabalhadores rurais sem-terra.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.¹

¹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.1.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Identificar, cadastrar, selecionar, legitimar e homologar famílias para assentamentos rurais e manter atualizado o Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária.

Descrição: Identificação, cadastramento, seleção, legitimação e homologação de famílias beneficiárias da Reforma Agrária; acompanhar a movimentação das famílias beneficiadas (assentamento, transferência, desistência, eliminação, titulação); manter atualizado o sistema de informações dos projetos de reforma agrária especialmente no que se refere aos dados sobre a situação econômica, social e ambiental dos projetos de assentamentos (Créditos recebidos, habitação rural e infra-estrutura e produção); emitir relação de beneficiários dos projetos de assentamentos; emitir documentos para o Beneficiário para atendimento da legislação vigente (Contrato de Assentamento, Contrato de Crédito, Certidões para fins de Seguridade Social, e Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP).

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Sub função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0135	8384	A	3	Família Assentada (un.)	4.764	4.887	102,58	2.000

Fonte: LOA 2010, PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2010 e Módulo de Monitoramento e Avaliação do SIR, 2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	%(d=c/b)	R\$(e)	%(f=e/b)	R\$(g)	%(h=g/b)
466.049,00	455.291,58	452.119,82	99,30	409.056,98	89,84	409.056,98	89,84

Fonte: SIAFI 2010 e Caderno de Metas_PO/2010.

Principais Resultados:

A meta física da PO 2010 programada para o assentamento de famílias de trabalhadores rurais prevista foi de 4.764 famílias, sendo alcançado o percentual de 102.58% referente a 4.887 cadastros de candidatos a beneficiários de projetos englobando projetos de assentamentos federais, estaduais, municípios, reservas extrativistas criados e reconhecidos, caracterizando satisfatoriamente o alcance do objetivo da ação. Quanto aos projetos criados em 2010, cadastramos 550 famílias em 10 projetos de assentamento com área total de 27.627,2252 ha e em assentamentos criados nos anos anteriores foram cadastradas 4.337 famílias, perfazendo o total de beneficiários da Reforma Agrária em 2010 (4.887 famílias).

Para execução da PO 2010 o empenho líquido na ação foi de R\$ 409.056,98 (quatrocentos e nove mil, cinquenta e seis reais e noventa e oito centavos), correspondente 89,84 % da provisão recebida. Ressaltamos que os principais gastos na execução da ação “cadastro, seleção e homologação de famílias” são referentes aos deslocamentos de servidores do INCRA às áreas de assentamento, justificando a concentração das despesas em diárias (pessoal civil), material de consumo (combustível e lubrificante) e passagens (locomotores) e outros serviços de terceiros.

Principais problemas:

Ressaltamos, que apesar de ultrapassada a meta prevista na PO/2010, o principal fator de entrave para um melhor desempenho da ação, deve-se:

- A morosidade no processo de ajuizamento e imissão de posse devido a pouca disponibilidade de Procuradores Federais Especializados na SR para realização de análise jurídica, provocando atraso na tramitação dos processos de obtenção de terras ao programa de reforma agrária, e o conseqüente requerimento do pedido de licença ambiental para criação do PA.
- Ao retardo na expedição de Licença Prévia pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão (SEMA) no prazo previsto, já que segundo a Resolução CONAMA Nº. 387, de 7/12/2006, “a LP constitui-se em documento obrigatório e que antecede o ato de criação de um projeto de assentamento de reforma agrária, devendo ser expedida anteriormente à obtenção da terra”;
- As Terras públicas estão sendo ocupadas por médios e pequenos detentores de benfeitorias e com área de posse demarcada. Portanto, a aquisição de Terras Públicas por arrecadação se tornou muito dispendioso para o INCRA,;
- A liberação de recursos orçamentários e financeiros fora dos prazos previstos;

2.3.1.2 Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Promover a identificação, vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou de aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção

Descrição: Vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção; promoção da declaração de imóveis rurais como de interesse social para fins de reforma agrária; imissão na posse de imóveis rurais desapropriados; provisão de recursos para as despesas com processos administrativos e judiciais, e publicação de editais; apoio logístico por meio de aquisição de máquinas e equipamentos; levantamento de cadeia dominial e registros cartoriais de imóveis; despesas com publicações e notificações a proprietários; custear desmontes e transporte de bens móveis e semoventes nos processos de desapropriações

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Roberto Ramos

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	135	8387	A	3	hectare	120.303,00	135.193,5247*	112	80.000,00

Fonte: LOA 2010, PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2010 e SIGPLAN 2010

* Somatório das áreas que passaram por vistoria preliminar e avaliação.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
394.656,00	904.761,63	892.438,16	98,64	631.570,94	69,81	631.570,94	69,81

Fonte: SIAFI 2010 e Caderno de Metas_PO/2010.

Análise da Execução Física da Ação

a. Cumprimento da meta física:

No cumprimento dos objetivos e metas da Ação 8387 “Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais”, a Superintendência Regional no exercício de 2010 realizou 57 vistorias, equivalente a um total de 135.193,5247 hectares, com margem de execução física de 112%.

Para o alcance da meta de área vistoriada, as atividades distribuíram-se na fiscalização (vistoria preliminar) de área equivalente a 81.176,4586 hectares (Quadro I) e avaliação de 54.017,0661 hectares (Quadro II).

Segundo o Relatório de Monitoria/SIR (Jan_Dez/2010), a execução da ação em relação à meta prevista, alcançou no encerramento do ano 77,51% (correspondente a 93.251,64 hectares) dos trabalhos concluídos, ou seja, com laudo ou parecer técnico entregue ao chefe da Divisão de Obtenção de Terras da Superintendência Regional.

Quadro I: Área Vistoriada para Levantamento de Dados e Informações Preliminares

Nº. do processo	Imóvel	Município	Área (ha)
-	Baixa da Palmeira, Buritirana e Chapada Nova	Parnarama	2.100,9662
-	Chapada das Mangabeiras	Parnarama	351,4011
54230.008710/2010-83	Chapada do Gavião	Parnarama	1.015,6878
-	Data Santa Úrsula, Gleba Corrente	Parnarama	203,8352
54230.006793/2010-76	Mato Limpo	Parnarama	1.610,9652
54230.003988/2010-64	Baixa da Galinha/Data Triângulo	Vargem Grande	1.835,9335
54230.001481/2010-76	Barrenta	São Benedito do Rio	3.176,1120
54230.000876/2008-37	Faz. Santa Emilia/Santiago	São Benedito do Rio	6.807,1843
54230.005274/2007-95	Faz. Vista Verde	São Benedito do Rio	1.421,6016
54230.003451/2005-37	Bebedouro	Urbano Santos	1.359,0713
54230.002638/2007-85	São Felix/Data Rio Branco	Urbano Santos	1.449,3186
54230.003462/2008-60	Boa Hora de Cima e de Baixo e Campestre	Alto Alegre do MA	1.470,7546
54230.001799/2009-13	Faz. Diamantina	Alto Alegre do MA	1.359,5304
54232.000096/2006-13	Andirá/Papagaio	Cajari	463,1144
54230.004976/2003-28	Faz. Jaguaribe/Paciência/Vista Verde	Pedro do Rosário	2.288,7467
54230.003996/2009-77	Faz. São Benedito	Itapecuru Mirim	2.095,7344
54230.011228/2010-21	Faz. Piquizeiro	Chapadinha	1.299,1548
54230.011231/2010-44	Faz. Santa Maria III Data Santa Rita	Chapadinha	1.473,6816
54230.006467/2009-25	Faz. Guarimã	Chapadinha	944,7854
54230.000039/2008-47	Faz. Jerusalém	Zé Doca	593,5276
54230.003330/2009-19	Faz. Taquara I e II	Buriticupu	4.081,5604
54230.003980/2002-98	Faz. São Roque	Codó	2.359,3329
54230.003330/2007-57	Faz. Alegre	Codó	2.146,5542
54230.006569/2005-17	Faz. Salgador e outros	Presidente Vargas	26.550,4566
54230.002350/2010-14	Faz. Barra do Ronca/Grota do Coco	Estreito	1.001,0393
54230.000489/2005-58	Faz. Canarana	Lago Verde	706,5998
54230.006473/2009-82	Palmira/Cocal	Barreirinhas	2.816,0187
54230.002988/2009-11	Cacimba/Data Uriti	Barreirinhas	6.500,0000
54234.000434/2009-31	Faz. Malhada de Areia	Riachão	1.693,7900
Total (ha)			81.176,4586

Fonte: SIGPLAN (2010).

Quadro II: Área Vistoriada para Avaliação

Nº. do processo	Imóvel	Município	Área (ha)
54230.002449/2008-93	Faz. Alto da Bela Vista*	Presidente Vargas	0,00
54230.002449/2008-93	Faz. Alto da Bela Vista	Presidente Vargas	1.096,598
54230.003395/2007-01	Faz. Imperial	Codó	7.004,0406
54230.007752/2001-14	Faz. Buriti Corrente	Codó	2.670,0000
54230.000446/2007-34	Faz. Barreirinhas	Coroatá	1.891,1033
54230.003663/2008-67	Faz. Minador	Santa Luzia	1.675,8104
54230.002167/2009-77	Faz. Bacuri (Magu)	São Bernardo	2.699,395
54230.003082/2008-25	Faz. Boa Esperança/Data Calabouço	Arari	1.536,3159
54230.002367/2008-49	Faz. Veredão	Chapadinha	3.158,84
54230.002299/2007-37	Faz. Gleba Poção	Caxias	748,00
54230.007458/2005-28	Faz. Cana Brava e outros	Caxias	2261,432
54230.001031/2009-40	Faz. São Miguel/Data Santa Rosa	Caxias	395,5774
54235.000221/2006-57	Faz. Sapucaia	Bom Jardim	1.386,217
54234.000094/2008-68	Faz. Canaveral	Montes Altos	1.459,1283
54230.000374/2008-14	Faz. Cutia	Turiação	980,00
54230.007909/2005-27	Faz. Gleba Canadá	Santa Luzia do Paruá	4.239,2368
54230.002377/2008-84	Faz. Retiro	Colinas	2.300,00
54230.004665/2002-88	Faz. Marfim Maratoan	Lago Verde	2.025,51
54234.000211/2008-93	Faz. Monte Líbano	Balsas	2.012,5264
54230.001134/2009-18	Faz. Só Peças/Codó do Padilha	Pedro do Rosário	2.381,4907
54230.002308/2009-51	Brejinho/Vargem Grande	Buriti Bravo	616,0528
54230.004524/2007-70	Faz. Corisco	Junco do MA	2.032,5286
54230.002333/2004-21	Faz. Massapé	Junco do MA	1.503,3740
54232.000158/2007-60	Faz. Monte Alegre I e II	Brejo	734,4330
54234.000313/2007-28	Bonito/Data Buritizal	Grajaú	1.125,2485
54234.000288/2008-63	Fazenda Horizonte / Arizona	Ribamar Fiquene	1.190,2574
54234.000276/2007-58	Faz. Flores e Solta	São João do Paraíso	554,0000
54230.002007/2008-47	Matos Novos e Laranjo	Passagem Franca	4.339,9500
Total (ha)			54.017,0661

Fonte: SIGPLAN (2010).

* Retorno a área para avaliação das benfeitorias.

Mesmo o principal objetivo da ação, ser o de identificar e obter imóveis para assentamento rural, também foram realizadas “vistorias para outras finalidades”, que utilizam recursos da ação, mas que se referem a áreas já desapropriadas, como: vistorias para elaboração de relatórios de viabilidade ambiental (RVA) para expedição de licença prévia (LP), definição e demarcação de Reserva Legal, perícia ambiental, etc. Tais serviços, foram realizados em 28 imóveis com área total de 73.468,6622 hectares (Quadro III). Ressalta-se, que o valor em área vistoriada “para outros fins”, não se soma à meta, pois não está diretamente vinculada a realização da meta de área vistoriada para assentamento.

Quadro III: Área Vistoriada para “Outras Finalidades”

Nº. do processo	Imóvel	Município	Área (ha)
54232.000141/2004-60	Faz. Raposo I	Monção	1.187,8546
-	Bacurizinho	Pedro do Rosário	399,8808
54232.000096/2006-13	Andirá/Papagaio	Cajari	61,0000
-	PA Centro dos Gomes	Zé Doca	177,2798
-	Mato Limpo	Parnarama	1.610,9650
-	Gleba Gavião	Parnarama	1.015,6878
54230.000766/2010-01	PA's Quadra da Redenção e outros	Centro Novo do MA	2.633,8870
54230.005735/2007-20	Santa Maria (Data Matinha)	Satubinha	549,4247
54230.004786/2007-34	PA Núcleo GII	Zé Doca	2.999,1041
54230.004094/2007-96	PA Centro do Fabio	Zé Doca	223,5032
-	PA Bacurizinho	Pedro do Rosário	399,8808
54230.000552/2008-07	PA Santa Bárbara	Viana	4.750,1654
54230.000865/2007-76	Lagoa dos Cavalos/Taboca	Coelho Neto	276,1492
54230.004088/2007-37	PA Vila Adriana	Zé Doca	428,0707
54230.003263/2007-14	PA Sapucaia I	Satubinha	429,4987
54230.001530/2006-94	Sapucaia/Tigre	Coelho Neto	1.862,9465
54230.000141/2004-60	Raposa I	Monção	1.187,0000
-	PA Conceição Mocambo	Caxias	8.962,0000
54230.002946/1999-58	Pa Tico Tico	Miranda	331,0000
54234.000957/2005-54	Faz. Temasa	Arame	7.272,0932
54234.000957/2005-54	Faz. Citema	Arame	23.061,3182
54230.007302/2005-47	Faz. Alto Bonito	Buriticupu	2.350,0180
54230.003663/2008-67	Faz. Minador	Buriticupu	1.675,8154
54230.001735/2006-70	Faz. Bacabal	São Benedito do Rio	2.033,6991
54230.005849/2004-27	Mata Virgem	Codó	299,8600
54230.001315/2009-36	Tagibaquara e outros	Codó	3.306,8600
54230.003996/2009-77	Faz. São Benedito	Itapecuru Mirim	-
54230.010083/2002-31	Faz. Santa Maria Gleba III	São Benedito do Rio	3.983,7000
Total (ha)			73.468,6622

Fonte: SIGPLAN (2010).

Justifica-se a superação da meta prevista, ao ajuste corretamente realizado na PO 2010, estando à mesma dentro da capacidade operacional da Regional e da projeção histórica da SR/12 nos últimos 4 anos (Quadro IV). Cumpre destacar, que a diminuição no número de vistorias preliminares no ano de 2010, deu-se em função do aumento no número avaliações e vistorias para outras finalidades.

Quadro IV: Projeção histórica das áreas vistoriadas e avaliadas no período de 2006 a 2009_SR12/MA.

VISTORIAS PRELIMINARES			VISTORIAS DE AVALIAÇÃO		
Ano	Nº. de Vistorias	Área (ha)	Ano	Nº. de Vistorias	Área (ha)
2006	63	149.721,0000	2006	19	71.234,3042
2007	46	128.981,1000	2007	9	16.055,0000
2008	43	176.833,8221	2008	10	42.450,5809
2009	59	154.896,7951	2009	17	79.255,5048

Fonte: Divisão de Obtenção de Terras SR/12 (2006 a 2009).

No que se refere aos resultados alcançados na ação, pode-se destacar:

- Atendimento a solicitação dos movimentos sociais (MST, CPT, FETAEMA, SINDICATOS) através de vistorias e avaliações em 35 municípios;
- Formalização de ação preparatória para a obtenção de imóveis rurais, com envio de 34 kits para emissão de decreto à Diretoria de Obtenção e Implantação em Brasília, perfazendo um total de 93.174,8284 hectares com capacidade estimada em beneficiar 1.962 famílias;
- Encaminhamento a Coordenação Geral de Obtenção de Terras - DTO de 21 kits avaliação (correspondente a 43.945,3440 hectares) para instrução dos procedimentos necessários à descentralização de recursos para pagamento de imóveis; e
- Ocorrência de 38 vistorias dentro do conjunto de municípios inseridos nos territórios da cidadania (Território do Baixo Parnaíba, Lençóis Maranhenses, Alto Turi e Gurupi, Campos e Lago, Cocais e Vale do Itapecuru).

b. Apresentação dos problemas de execução:

Dentre os principais problemas observados na execução da ação, cita-se:

- O aumento das exigências técnicas do “Manual de Obtenção de Terras e Perícias”, quanto ao processo de levantamento preliminar, principalmente na questão ambiental, que força o técnico a despendar maior tempo de medição por área vistoriada, principalmente, na definição de áreas de Reserva Legal (RL) e Áreas de Preservação Permanente (APP);
- A diminuição nos últimos anos da área média dos imóveis que compõem as demandas para vistorias;
- Concentração atípica de tarefas que ocupam a equipe técnica como: mediação de conflitos agrários, entrega de ofícios as prefeituras e secretarias municipais, levantamento da certidão dominial atualizada do imóvel, etc.;
- A dificuldade no andamento do processo, que o torna cada vez mais dependente de inúmeras etapas burocráticas, postergando as saídas das equipes técnicas a campo;
- Número insuficiente de servidores responsáveis pela elaboração e análise da Cadeia Dominial dos imóveis, o que ocasiona demora na identificação e notificação ao proprietário;
- Defasagem do Sistema Nacional de Cadastro Rural, que não apresenta atualização dos dados do imóvel e endereço do proprietário (que facilitaria a formalização da comunicação prévia);
- Número insuficiente de veículos por Divisão, exigindo que as equipes revezem as saídas para execução dos trabalhos;
- Demora na publicação dos decretos que declaram os imóveis de interesse para a Reforma Agrária;

- Resistência de alguns proprietários em receberem as notificações de vistoria, o que obriga a utilização de recurso para publicação de editais de notificações, influenciando diretamente no andamento do processo.

Análise da Execução Financeiro-Orçamentária da Ação

Segundo dados SIAFI (2010), o empenho liquidado pela SR12/MA foi de R\$ 631.570,94 (seiscentos e trinta e um mil, quinhentos e setenta reais e noventa e quatro centavos), correspondendo a 69,81% da provisão recebida. Justifica-se a discrepância entre os valores inicialmente previstos e o efetivamente liquidado, ao fato da despesa corrente programada no Caderno de Metas (PO/2010), Jurisdição SR(12)/MA no valor de R\$ 394.656,00 (trezentos e noventa e quatro mil e seiscentos e cinquenta e seis reais) está bem abaixo da necessidade operacional da Superintendência e de suas Unidades Avançadas (Projeto Fundiário Imperatriz, PIC Barra do Corda, Projeto Fundiário Vale do Pindaré e Projeto Fundiário Bacabal).

Ressalta-se, que os recursos da ação atendem não somente os trabalhos de campo referentes ao processo de desapropriação (Vistoria Preliminar - Quadro I e Avaliação - Quadro II), como também, despesas com outras vistorias (Quadro III), elaboração da Planilha de Preços Referencial de Mercado de Imóveis Rurais (Quadro V), custos com levantamentos cartoriais (importante para as qualificações das demandas), despesas com ações judiciais (incluído as perícias judiciais– Quadro VI), publicações de editais e imissão de posse (Quadro VII).

Quadro V: Pesquisas realizadas pela SR/12 para elaboração da Planilha de Preços Referencial de Mercado de Imóveis Rurais

Municípios Pesquisados	Elementos Obtidos
Microrregião de Rosário (Municípios de Santa Rita, Rosário, Icatu, Axixá, Bacabeira, Presidente Juscelino, Cachoeira Grande e Morros)	30
Microrregião de São Luís (Municípios de São José de Ribamar, Raposa, Paço do Lumiar e São Luís)	2
Microrregião Baixada Maranhense (Município de Pinheiro)	2
Microrregião Litoral Ocidental (Municípios de Guimarães, Central do Maranhão, Mirinzal, Alcântara, Cururupu, Bequimão)	5
Microrregião dos Lençóis Maranhenses (Barreirinhas, Santo Amaro, Humberto de Campos, Paulino Neves e Tutóia)	19

Microrregião de Presidente Dutra (Dom Pedro, Fortuna, Gonçalves Dias, Governador Archer, Governador Eugênio Barros, Graça Aranha, Presidente Dutra, São Domingos do MA, São José dos Basílios)	35
Microrregião de Imperatriz (Açailândia, Amarante do Maranhão, Cidelândia, Imperatriz, Itinga do MA, Montes Altos, Ribamar Fiquene, São Francisco do Brejão, Senador La Roque)	30

Fonte: SIGPLAN (2010).

Quadro VI: Perícias realizadas por determinação da Justiça Federal

Processo judicial	Imóvel	Município	Área (ha)
2006.37.00.006473-9	São Benedito do Elcias	Codó	1.068,5379
2004.37.00.009319-8	Boi Manso	Vargem Grande	5.302,3926
2004.37.00.004285-6	Faz. Pacas	Vargem Grande	7.111,8960
1991.37.00.002310-8	Faz. Santa Inácia S/A - Fisa	Santa Luzia	14.537,8333
1999.37.00.007085-5	Faz. Santa Rita	Lago do Junco	80,1816
1997.37.00.000917-9	Data Santa Rosa	Matões	91,6000
2007.37.00.007345-0	Lagoa da Carnaúba*	Pio XII	9.796,0000
2007.37.00.008307-8	Faz. Santana Raposo III	Monção	872,2245
2005.37.00.004657-6	Faz. Flechal	Santa Luzia	22.169,8000
1997.37.00.000917-9	Data Santa Rosa	Matões	91,6000
2006.37.00.001472-0	Faz. Fênix I e II	Itinga do Maranhão	7.492,9227
-	Salva Terra*	Codó	479,4630
2007.37.00.008307-8	Raposo III*	Monção	872,2245
2006.37.00.006147-0	Ilha do Campo	Presidente Vargas	1.512,2000
2007.37.00.008308-1	Raposo I	Monção	1.187,7000
1995.37.00.004976-7	Gameleira	Vitória do Mearim	-
2007.37.00.004393-4	Faz. Baiano	Pio XII	943,00
2005.37.01.001185-2	Faz. Angico	Sítio Novo	3.078,0000
2008.37.01.000542-8	São Raimundo	Porto Franco	2.339,6800
2008.37.01.000612-1	Estrela da Serra	João Lisboa	638,7093

Fonte: SIGPLAN (2010) com atualizações.

* Vistorias realizadas por Assistente Técnico do INCRA.

Quadro VII: Imissão na posse de imóveis rurais desapropriados

Nº. do processo	Imóvel	Município	Área (ha)
54230.000865/2007-76	Lagoa dos Cavalos/Taboca	Coelho Neto	280,0000
54230.000216/2006-94	Faz. Campo Grande I e II	Riachão	8.551,3260
54230.000979/2003-92	Santiago Gleba I	São Benedito do Rio Preto	2.827,0000
54234.000965/2005-09	Faz. Citema	Arame	23.061,3182
54234.000272/2007-70	Faz. São Félix	Grajaú	840,0000
54234.000937/2005-54	Faz. Temasa	Arame	7.272,0932

Fonte: SIGPLAN (2010) com atualizações.

Desta forma, as despesas em sua grande maioria são oriundas (Quadro VIII):

1. Do deslocamento de técnicos do INCRA até as áreas de vistoria, justificando as despesas em diárias (em média o custo em diária por vistoria é de aproximadamente R\$ 5.044,50 (cinco mil,

quarenta e quatro reais e cinquenta centavos), com equipe técnica composta por 3 servidores e tempo estimado de trabalho de 9,5 dias);

2. Do custo com material de consumo para abastecimento de viaturas, pagamento de suprimento para pequenas despesas (ex.: troca ou conserto de pneu) e aquisição de material de papelaria e informática;

3. Do custo com empresas para compra de passagens e despesas com locomoção, onde o percentual significativo é devido ao pagamento do contrato da empresa de locação de veículos, que corresponde anualmente a um valor de R\$ 1.380.677,5 (Hum milhão, trezentos e oitenta mil, seiscentos e setenta e sete reais e cinco centavos), distribuído percentualmente entre todas as divisões da superintendência.

4. Do custo com outros serviços de terceiros/pessoa jurídica, incluindo o ônus arcado pelo INCRA por determinação judicial para pagamento de honorários periciais e gastos efetuados com publicações oficiais como editais de notificação, citação de desapropriação, etc., os quais representaram, aproximadamente 21% do total gasto na ação.

Quadro VIII: Demonstrativo de despesa por elemento (SR12/MA)

AÇÃO 8387 – VISTORIA E AVALIAÇÃO P/ OBTENÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS	PO 2010	PROVISÃO RECEBIDA	EMPENHOS EMITIDOS	EMPENHOS LIQUIDADOS	VALORES PAGOS	CREDITO DISPONIVEL
	394.656,00	904.761,63	892.438,16	631.570,94	631.570,94	12.323,47
339014 - DIARIAS (PESSOAL CIVIL)		379.943,00	376.911,02	376.911,02	376.911,02	3.031,98
339030 - MATERIAL DE CONSUMO		73.459,00	65.416,58	59.898,36	59.898,36	8.042,42
339033 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO		212.177,00	212.177,00	62.177,00	62.177,00	-
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS (PESSOA JURÍDICA)		239.182,63	237.933,56	132.584,56	132.584,56	1.249,07

Fonte: SIAFI/SR/12_2010 em 27/01/2011.

1. Diárias: Gastos com servidores para realizações de vistorias preliminares, avaliações, outras vistorias, imissões de posse, levantamento de cadeia dominial, assistência técnica do INCRA p/ perícias judiciais e levantamento de preços nas microrregiões do Estado para atualização da Planilha Referencial de Preços de Imóveis;

2. Material de Consumo – Aos favorecidos: Posto Boa Sorte, Posto Alvorada Ltda., Posto Primavera, Distribuidora Guerra, Livraria e Papelaria Executivo, Colegial Livraria e Papelaria, TL Informática, Auto Elétrica Faísca, etc.;

3. Passagens e Despesas com Locomoção – Aos favorecidos: Abril Tour Viagens e Turismo Ltda., Arribatur Viagens e Turismo Ltda., Locamil Serviços Ltda., etc.;

4. Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica) – Aos favorecidos: Jornal Pequeno, Jornal O Imparcial, Empresa Brasil de Comunicação S.A., Imprensa Nacional, etc. e pagamento dos honorários periciais determinados pela Justiça Federal.

2.3.1.3 Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover o licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária, proporcionando a regularidade da situação ambiental dos projetos de assentamento de Reforma Agrária, em consonância com compromissos institucionais assumidos quando da assinatura pelo MDA/INCRA e MMA/IBAMA, sob a supervisão do Ministério Público Federal, do Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização ambiental de todos os projetos de assentamento, atendendo ainda ao disposto na Resolução Conama 387/06.

Descrição: Realização de estudos e diagnósticos voltados para o licenciamento ambiental dos projetos de assentamento; obtenção e custeio do licenciamento ambiental prévio; obtenção e custeio do licenciamento de instalação e operação; pagamento de taxas relativas à expedição de licenças e publicações; pagamento de taxas aos órgãos ambientais relativas à averbação da reserva legal.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0135	8374	A	3	Licença protocolada	43	111	258,13%	116

Fonte: LOA 2010, PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2010 e Módulo de Monitoramento e Avaliação do SIR 2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
742.754,00	923.921,54	918.445,45	99,40%	438.571,52	47,46%	438.571,52	100%

Fonte: SIAFI 2010.

Principais resultados – A ação de Licenciamento Ambiental que compete ao Serviço de Meio Ambiente e Recursos Naturais do INCRA está vinculada à atuação efetiva do **Órgão Estadual de Meio Ambiente- OEMA**. O trabalho divide-se em duas vertentes principais, quais sejam:

solicitação de Licença Prévia para imóveis a serem desapropriados e Licença de Instalação e Operação – LIO para projetos de assentamento de reforma agrária já criados. A fase interna desses procedimentos vem contando com um incremento institucional desde a elaboração do Plano de Ação Ambiental do INCRA encaminhado ao TCU, que prevê a regularização ambiental de projetos de assentamento de reforma agrária.

As atividades planejadas no início do ano foram baseadas em uma meta estipulada de 110 (cento e dez) licenças ambientais a serem protocoladas junto ao órgão ambiental estadual. No correr do ano de 2010 houve uma alteração nesta meta por meio do Decreto nº 7.144/2010, que modificou a meta para 43 licenças ambientais protocoladas. Ocorre que já havia por parte do Serviço de Meio Ambiente desta SR o planejamento e disponibilidade de recursos para contratação de empresa para elaboração de estudos ambientais. O fato é que mesmo com uma redução de 61% da meta houve a superação da meta inicial com protocolo de 111 licenças.

Tal feito só foi possível devido à realização de um pregão eletrônico para contratação de uma empresa para elaboração de Projetos Básicos de cinquenta Projetos de Assentamento do INCRA, espalhados por todo o Maranhão. A empresa ainda não concluiu a elaboração dos estudos, por isso os protocolos foram feitos com as versões preliminares, o que ajudou a apontar com mais clareza os itens que precisam ser melhorados para entrega da versão final, já que os técnicos do OEMA analisaram esses estudos.

Principais Problemas – Apesar de o INCRA ter melhorado significativamente as condições físicas (equipamentos necessários ao trabalho) para o Serviço de Meio Ambiente e Recursos Naturais atuar, ainda existe uma grande deficiência em termos quantitativos de recursos humanos no setor frente ao grande número de atividades exercidas.

Desde o ano de 2007, o INCRA vem buscando manter com o OEMA uma parceria efetiva, no sentido de obter resultados mais satisfatórios, inclusive com a celebração de um Termo de Cooperação Técnica Operacional, firmado entre as duas instituições no dia 27 de setembro de 2007, tendo estabelecida uma vigência de 03 (três) anos. Atualmente, o referido Termo não está em vigor, porém, já está sendo elaborada a minuta do novo Termo de Cooperação Técnica Operacional, que sofrerá alguns ajustes que são imprescindíveis para o melhor andamento das atividades de licenciamento ambiental dentro do OEMA, sendo necessário, inclusive, a criação de uma nova comissão de análise, controle e acompanhamento formada por técnicos do seu quadro próprio para atuar prioritariamente na regularização ambiental das áreas de assentamento.

Após alguns anos, percebe-se que além das dificuldades que encontramos dentro do OEMA para

realizar o licenciamento ambiental do PAs, boa parte dos entraves parte do próprio INCRA, em especial no tocante à qualidade dos Laudos Agronômicos mais antigos usados na solicitação de LP e dos estudos usados para solicitação da LIO. Cabe lembrar, que já houve muitos avanços na qualidade destes estudos, entretanto, muitos dos que foram protocolados são mais antigos, o que gera grande quantidade de pendências a serem sanadas pelo INCRA para emissão das licenças ambientais.

Contratações e Parcerias – A UJ realizou a contratação da empresa Área Consultoria LTDA para elaboração de cinquenta Projetos Básicos de Projetos de Assentamento do INCRA no Maranhão. Como já mencionado, as versões finais dos estudos ainda não foram entregues, o que se deve em especial ao fato de o INCRA ainda não dispor de recursos financeiros para realização de pagamento da última parte do trabalho realizado, apesar do recurso estar empenhado. A empresa enviou em janeiro de 2011 solicitação de dilatação do prazo alegando falta de recursos para finalizar os trabalhos devido à falta de pagamento por parte do INCRA, o que levou o Superintendente Regional a autorizar a conclusão dos trabalhos após o recebimento dos valores devidos.

Transferências – A UJ não formulou nenhum convênio relativo à presente ação no ano de 2010.

2.3.1.4 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Obter áreas rurais por desapropriação ou aquisição direta para implantação de assentamento de trabalhadores rurais.

Descrição: Obtenção de imóveis rurais e indenização de benfeitorias de posseiros em áreas destinadas à reforma agrária, mediante pagamento da terra nua em Títulos da Dívida Agrária - TDA e das benfeitorias em moeda corrente.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Ricardo de Araújo Pereira

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	135	4460	A	3	Hectare	52.728	44.458,6738	84,32	36.558,9185

Fonte: LOA 2010, PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2010 e Módulo de Monitoramento e Avaliação do SIR 2010, com alterações.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

Ação	PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
	R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
Benfeitorias +Sobras de TDA's	1.976.934	1.983.078,56	1.977.717,17	99,7	1.977.717,17	99,7	1.977.715,86	99,7

Fonte: SIAFI, 2010 e Caderno de Metas 2010.

Análise da Execução Física da Ação

A desapropriação ou aquisição do imóvel rural, após a edição do decreto declaratório de interesse social para fins de reforma agrária, estará consumada com a devida incorporação do imóvel em nome do INCRA. A Ação de “Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária” consolida o processo de aquisição do recurso fundiário para o assentamento de trabalhadores rurais sem terra.

Portanto, para o alcance deste objetivo, a Superintendência Regional do Maranhão, no exercício de 2010, apresentou como resultados na Ação 4460, a aquisição de 11 imóveis, correspondendo a uma área de 44.458,6738 hectares, equivalente a uma margem de execução física de 84,32%, com relação a Programação Operacional de 52.728,00 hectares. Prevendo-se que, as áreas obtidas em 2010 possuem um potencial de assentamento de 668 famílias.

Em relação ao programa governamental de estímulo ao desenvolvimento de imóveis inseridas nos territórios da cidadania, destacamos a obtenção de 4 imóveis inseridos nestas áreas prioritárias: Território Baixo Parnaíba, Território Alto Turi e Gurupi e Território Médio Mearim.

Evidenciamos que esta ação não atingiu a meta prevista, devido a alguns aspectos:

- A morosidade do processo de desapropriação tanto na revisão pela DTO do Kit TDA quanto na descentralização de recursos.
- A complexidade da Vistoria de Avaliação, que demanda maior permanência do técnico no imóvel avaliando, para realização de pesquisa preço do mercado de terras da região, levantamento das benfeitorias, cotação dos custos do material de reposição;
- Ao aumento das exigências na elaboração dos Laudos de Vistoria de Avaliação, principalmente quanto ao levantamento do passivo ambiental;
- Ao arquivamento de processos em fase de avaliação por serem julgados inviáveis economicamente e ambientalmente para a criação de Projetos de Assentamentos, considerando o

elevado custo por família, áreas localizadas na Amazônia Legal, passivo ambiental maior que a indenização do imóvel, existência de posses definidas e ocupadas por pequenos e médios produtores, dentre outros;

- Entraves Judiciais na obtenção de áreas por desapropriação e arrecadação de Terras Públicas da União: expedientes procrastinadores dos proprietários rurais que se valem de recursos administrativos ou judiciais no intuito de impedir ou adiar a desapropriação.

Apesar do não alcance da meta física, esta ação apresentou alto percentual da execução física (84,32%), superando inclusive a meta atingida em 2009, conforme a Tabela 1 abaixo.

TABELA I – Demonstrativo de obtenção de imóveis em 2009 e 2010 na SR 12(MA).

Ano	PO (ha)	Nº de imóveis	Área Obtida (ha)	% de execução
2009	33.408	04	13.520,8217	40,47
2010	52.728	11	44.458,6738	84,32

Fonte: Serviço de Obtenção de Terras, 2010.

Observa-se ainda que, a meta física proposta se tornou inatingível (52.728 ha), já que o Governo Federal não disponibilizou recursos necessários para indenização de todos os imóveis declarados de interesse social para fins de Reforma Agrária no ano de 2010, cujos conjuntos-avaliação ficaram sobrestados na secretaria do Tesouro Nacional.

Prova disso é que a Superintendência do Maranhão enviou 36 imóveis, com área de 102.935,0727 ha, para o Comitê de Decisão Regional – CDR a fim de aprovar e encaminhar o denominado “KIT Decreto” com vistas à obtenção de terras para fins de reforma agrária. Destes, apenas 14 áreas foram declaradas de interesse social, de um total de 22 imóveis (44.295,8375 ha) decretados para fins de reforma agrária. Em razão da complexidade burocrática inerente ao processo, estes resultados não contribuíram efetivamente para o alcance da meta, pois nenhum dos imóveis decretados teve a descentralização das TDA e recursos para pagamento de benfeitorias. Mesmo com a morosidade administrativa, a SR demonstra eficiência no desenvolvimento das suas ações, pois dos 11 imóveis obtidos em 2010 (44.458,6738 ha), foram ajuizadas 10 propriedades, de um total de 13 ajuizamentos de imóveis rurais para fins de desapropriação, com área de 55.251,5196 ha.

Análise da Execução Financeiro-Orçamentária da Ação

Análise das despesas na SR (12) / MA

No que tange à previsão orçamentária de aplicação de recursos na obtenção de terras, esta Ação possui despesas administradas pela Superintendência Regional que consistem no elemento de

despesa “aquisições de imóveis rurais”. Esta execução financeira consiste nas indenizações de benfeitorias e sobras do pagamento de Título da Dívida Agrária – TDA, em moeda corrente.

O Empenho Liquidado foi de R\$ 1.977.717,17 (hum milhão, novecentos e setenta e sete mil, setecentos e dezessete reais e dezessete centavos), correspondendo a 0,99% da Provisão Recebida. Comparando-se ao valor programado (PO 2010), de R\$ 1.976.934 (hum milhão, novecentos e setenta e seis mil, novecentos e trinta e quatro reais), as despesas executadas pela SR(12) excedeu apenas 0,03% do programado. Portanto, considerou-se a execução financeira eficiente.

Esclarecemos que, nos valores para Empenho Liquidado (R\$ 1.977.717,17) são incluídos os pagamentos de sobras de TDA's retroativos em cumprimento de decisões judiciais, de áreas ajuizadas em exercícios anteriores, perfazendo-se um gasto de R\$ 439,27 (quatrocentos e trinta e nove reais e vinte e sete centavos). Apesar desse valor representar despesa para a Superintendência, não corresponde à “Área Obtida” com destinação para o Plano Nacional de Reforma Agrária, ou seja, não é contabilizado para o cumprimento da meta física.

Análise das despesas realizadas pela Sede (DF)

Na Ação 4460 “Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária”, ainda existem recursos relativos ao pagamento do Valor da Terra Nua (VTN) em TDA, sendo geridos diretamente pela Administração Central (INCRA Sede/DF) e os recursos não são descentralizados para as SRs, motivo pelo qual não aparecem na execução desta UJ.

Portanto, os valores dos TDA's (pagos pela SEDE), foram baseados em uma planilha “TDA's e benfeitorias 2010 consolidada” enviados pelo DEA2/INCRA, cujos valores devem ser verificados posteriormente.

No exercício de 2010, o empenho liquidado pela Sede (DF) foi de R\$ 20.374.748,27 (vinte milhões, trezentos e setenta e quatro mil, setecentos e quarenta e oito reais e vinte e sete centavos) referente ao pagamento do VTN dos imóveis obtidos em 2010 (Tabela 2).

TABELA II – Planilha “TDA's e benfeitorias 2010 consolidada” dos imóveis obtidos por desapropriação em 2010 na SR 12(MA).

N	Imóvel	Município	Área (ha)	Valor do TDA (R\$)	Benfeitorias + Sobra de TDA (R\$)	TOTAL (R\$)
1	Faz. Acácia	Centro Novo do MA	1.958,1784	1.305.212,40	30,99	1.305.243,39
2	Baixão/ Data Bacaba	Urbano Santos	850,8342	228.765,60	4.341,75	233.107,35
3	Santa Maria Gleba	S. Benedito do R. Preto	3.983,7000	802.882,80	5.353,87	808.236,67

4	Data Canaã	São Roberto	2.452,3675	1.440.429,73	275.060,69	1.715.490,42
5	Temasa	Arame	7.272,0932	3.509.066,52	85.424,06	3.594.490,58
6	Faz. Citema	Arame	23.061,3188	9.770.365,80	1.229.228,38	10.999.594,18
7	Nova e Marruá	Grajaú	1.185,2500	727.794,14	55.651,61	783.445,75
8	Faz. São Félix	Grajaú	759,2912	418.743,46	4.288,94	423.032,40
9	Guará	São João do Paraíso	1.000,0000	578.046,04	24.430,84	602.476,88
10	Invenção e Gameleira	Porto Franco	1.089,9600	1.020.724,20	293.464,14	1.314.188,34
11	Poço Dantas	Sítio Novo	845,6805	572.717,58	2,63	572.720,21
TOTAL=11 imóveis			44.458,6738	20.374.748,27	1.977.277,90	22.352.026,17

Fonte: Serviço de Obtenção de Terras, 2010 / DAE2 - INCRA

Portanto, após o detalhamento das despesas da Sede (DF) e da SR(12)MA, referente ao pagamento de TDAs e indenização de benfeitorias, verificamos que o Empenho Liquidado Total foi de R\$ 22.352.026,17 (vinte e dois milhões, trezentos e cinquenta e dois mil e vinte e seis reais e dezessete centavos), indicando assim, que o valor médio do hectare de terra adquirido pelo INCRA/MA no exercício de 2010, foi de R\$ 502,75 / ha. (não sendo computado complementações de indenizações por acordo ou decisão judicial = R\$ 439,27)

Em relação a execução financeira do ano anterior, evidenciamos maior eficiência em 2010, visto que foram obtidos 30.937,8521 hectares a mais, conforme a Tabela 3 abaixo:

TABELA III – Demonstrativo da execução financeira com obtenção de imóveis rurais em 2009 e 2010 na SR 12(MA).

Ano	PO (R\$)	TDA + Benfeitorias (R\$)	Obtenção de Terras	Índice de Obtenção
2009	6.761.604,24	24.628.298,87	13.520,8217 ha	1.852,50 R\$/ha
2010	23.516.006	22.352.026,17	44.458,6738 ha	502,75 R\$/ha

Fonte: Serviço de Obtenção de Terras, 2010 / DAE2 – INCRA

2.3.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	0135	2272	A	3	-	-	-	-	-

Fonte: LOA 2010, PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2010 e Módulo de Monitoramento e Avaliação do SIR 2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
163.390,00	354360,94	352.684,72	99,53	246.056,35	69,44	246.056,35	69,44

Fonte: SIAFI 2010 e Caderno de Metas_PO/2010.

Esta ação não possui unidade física de medida, logo não há como avaliar, de forma direta, o desempenho de sua meta física, apenas a financeira. Segundo dados SIAFI (2010), o valor liquidado nesta ação foi de R\$ 246.056,35 (duzentos e quarenta e seis mil, cinquenta e seis reais e trinta e cinco centavos), correspondendo a 69,44% da provisão recebida. Os recursos do GAP

visaram o atendimento da execução das metas das ações que compõem o programa 0135, custeando pagamento de diárias, passagens e despesas com locomoção, manutenção de software, investimentos de equipamentos e material permanente, etc.

Levando-se em consideração que não houve interrupção brusca na execução das ações finalísticas por escassez de meios administrativos, pode-se concluir como suficiente o alcance do objetivo da ação.

2.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo²

² Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Prover ou recuperar os projetos de assentamento rural de infra-estrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Priorização, a partir do levantamento das demandas de infra-estrutura, dos Projetos de Assentamento a serem beneficiados com a implantação ou recuperação de estradas vicinais, rede elétrica, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água etc, visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0137	8396	A	3	Famílias atendidas	8.665	5.748	66,34	4.901

Fonte: LOA 2010, PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2010 e Módulo de Monitoramento e Avaliação do SIR 2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
29.396.354,00	21.778.354,39	21.778.354,39	100	5.480.913,42	25,2	5.248.913,42	24,1

Fonte: SIAFI 2010 e Caderno de Metas_PO/2010.

Análise do alcance dos objetivos e metas

A Superintendência Regional do INCRA no Maranhão, com a finalidade de aumentar o alcance de benefícios aos assentados da Reforma Agrária, optou por celebrar Convênios com as Prefeituras, como decorrência dos bons resultados obtidos no ano 2009, referente à Implantação/Recuperação de estradas vicinais e Implantação de Sistemas de Abastecimento d'água. Porém em virtude das

restrições decorrente de um ano de eleições, e na demora da descentralização dos recursos orçamentários, houve comprometimento na celebração dos Convênios planejados, fazendo com que os mesmos fossem assinados e publicados apenas no final do exercício financeiro, levando a execução do que foi programado para 2010, fosse iniciado somente em 2011. Apesar disso, o número de famílias beneficiadas foi relativamente considerável, tendo alcançado através dos convênios concluídos de exercícios anteriores, o percentual de 66,34 % da meta prevista (8.665 famílias prevista e 5.748 famílias beneficiadas).

Avaliação de resultados da execução físico-financeira

Conforme o exposto acima, os recursos orçamentários somente foram empenhados no final do ano, não sendo possível o início e/ou conclusão das obras no mesmo exercício financeiro. As obras somente serão efetivamente iniciadas no ano de 2011. O volume de recursos efetivamente empenhado em 2010 atingiu 100,00% do previsto, no entanto o volume liquidado foi pequeno, de apenas 2,52% do previsto, em função das razões explanadas acima. De modo geral, considerou-se relativamente satisfatório visto que se atingiu 100% do desempenho previsto, entretanto conforme colocado, apenas o empenho liquidado baixo desempenho em função dos entraves ocorridos durante aquele exercício.

2.3.2.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prover os projetos de assentamento rural de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Realização de serviços topográficos, levantamento das potencialidades do solo e de suas adversidades naturais e identificação do perímetro das parcelas (lotes).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0137	8398	A	3	família	12.799	28.864	225,52	8.380

Fonte: LOA 2010, PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2010 e Modulo de Monitoramento e Avaliação do SIR 2010.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
4.879.597,00	825.000,00	810.327,50	98,22	796.332,69	96,53	796.332,69	96,53

Fonte: SIAFI 2010 e Caderno de Metas 2010.

As execuções referentes a demarcação de Projetos de Assentamento no ano de 2010 são decorrentes, em sua maioria, da realização dos pregoes 08, 09 e 10 da SR(12) ainda no ano de 2009. O objetivo de contratar desses serviços é levantar as áreas reais destes imóveis, garantindo a segurança da posse por parte dos clientes da reforma agrária em relação a pessoas que possam tentar se apossar ilegalmente de áreas sob gestão do INCRA.

O Pregão 10/2009, foi o ultimo realizado no ano de 2009 e beneficia as famílias do Projeto de Assentamento Bocaina em São Mateus do Maranhão, sendo que além da demarcação do perímetro, engloba também o parcelamento do mesmo e a demarcação da Reserva Legal individualizada no interior de cada lote, sendo que esta demanda foi justificada pelos problemas de invasão do projeto por pessoas alheias Reforma Agrária causada principalmente pela proximidade do Projeto com a área urbana do município.

O lote único demarcação do perímetro, parcelamento e demarcação da Reserva Legal deste Projeto de Assentamento foi adjudicado para a empresa 3A Rural Engenharia Ltda por meio do contrato 94000 (DOU 04/01/2010), no valor de R\$ 171.489,00.

Segue abaixo a identificação das empresas vencedoras dos pregões licitados em 2009, e executados em 2010 bem como o número dos contratos e seus valores.

TABELA IV - PAGAMENTO DA EMPRESA 3A Rural Engenharia Ltda. Pregão Eletrônico 08/2009 e PE10/2009 CNPJ 02.813.119/0001-09

LOTES	MOBILIZAÇÃO	25%	20%	20%	30%	*VALOR TOTAL
LOTE III Contrato 30.000/2009	12.850,00	64.250,00				257.000,00

LOTE IV Contrato 40.000/2009	18.424,90	92.124,50	73.699,60			368.498,00
LOTE V Contrato 50.000/2009	10.400,00					208.000,00
LOTE VI Contrato 60.000/2009	31.550,00	157.750,00	126.200,00			631.000,00
LOTE VIII Contrato 80.000/2009	17.850,00	86.250,00	69.000,00			345.000,00
LOTE	MOBILIZAÇÃO	25%	20%	20%	30%	*VALOR TOTAL
PE 10/2009 54230.003210/2009-11 Contrato 94.000/2009	8.574,45	42.872,25	34.297,00	34.297,00		171.489,00

Fonte: Relatório de Acompanhamento dos Contratos

*Valores em reais.

TABELA V - PAGAMENTO DA EMPRESA SETA Serviços Técnicos e Agrimensura Ltda Pregão Eletrônico 08/2009 CNPJ 05.551.339/0001-87

LOTE	MOBILIZAÇÃO	25%	20%	20%	30%	*VALOR TOTAL
LOTE VII Contrato 70.000/2009	20.370,00	101.850,00	81.480,00	81.480,00		407.400,00

Fonte: Relatório de Acompanhamento dos Contratos

*Valores em reais.

TABELA VI - PAGAMENTO DA EMPRESA SETA – Serviços Topográficos, Agrimensura e Construções Pregão Eletrônico 08/2009 CNPJ 07.151.640/0001-41

LOTE	MOBILIZAÇÃO	25%	20%	20%	30%	*VALOR TOTAL
LOTE II Contrato 20.000/2009	10.199,00	50.999,00	40.799,80	40.799,80		203.999,00

Fonte: Relatório de Acompanhamento dos Contratos

*Valores em reais.

TABELA VII - PAGAMENTO DA EMPRESA AEM LINDOSO Pregão Eletrônico 08/2009 CNPJ 07.092.595/0001-00

LOTE	MOBILIZAÇÃO	25%	20%	20%	30%	*VALOR TOTAL
LOTE I Contrato 90.000/2009	10.400,00	52.000,00	41.600,00	41.600,00		208.000,00

Fonte: Relatório de Acompanhamento dos Contratos

*Valores em reais.

TABELA VIII - PAGAMENTO DA EMPRESA PROJETOP – Topografia e Geodésia Ltda Pregão Eletrônico 09/2009 CNPJ 05.551.339/0001-08

LOTE	MOBILIZAÇÃO	25%	20%	20%	30%	*VALOR TOTAL
LOTE I Contrato 91.000/2009	9.922,00	49.612,50	39.690,00	39.690,00		198.450,00

Fonte: Relatório de Acompanhamento dos Contratos

*Valores em reais.

TABELA IX - PAGAMENTO DA EMPRESA ENGPLAGRI – Industria e Comercio Agropecuário Engenharia Planejamento e Agrimensura Pregão Eletrônico 09/2009 CNPJ 07.149.420/0001-83

LOTE	MOBILIZAÇÃO	25%	20%	20%	30%	*VALOR TOTAL
LOTE III Contrato 93.000/2009	8.755,00	43.775,00	35.020,00	35.020,00		175.100,00

Fonte: Relatório de Acompanhamento dos Contratos

*Valores em reais.

TABELA X - PAGAMENTO DA EMPRESA IMEDIATA Topografia e Geodésia Ltda Pregão Eletrônico 09/2009 CNPJ 07.403.378/0001-85

LOTE	MOBILIZAÇÃO	25%	20%	20%	30%	*VALOR TOTAL
LOTE II Contrato 92.000/2009	12.925,00	64.625,00	51.700,00	51.700,00		258.500,00

Fonte: Relatório de Acompanhamento dos Contratos

*Valores em reais.

Observações:

Os trabalhos de campo dos Pregões eletrônicos 09 e 10/2009 foram concluídos e entregues as peças técnicas para conferências;

Os trabalhos de campo do Pregão eletrônico 08/2009 estão em andamento, ressaltando que os Lotes II e VII já foram concluídos a parte de campo e entregue as peças técnicas; Nestas ações foram atendidas **5.504 famílias** na jurisdição e **23.360 famílias** nos territórios da cidadania; no total de **28.864 famílias**.

Falta apenas o recebimento dos trabalhos que ficou para março de 2011 caso a administração dos contratos não resolva aditiva prazos, e apenas a empresa 3ARural, falta entregar material, e a mesma deu como concluída apenas 60% dos contratos.

A maioria dos servidores que eram responsáveis pela atividade de fiscalização dos trabalhos topográficos foram cedidos para o Programa Terra Legal e os demais acumulam atividades em vistoria para desapropriação, levantamento para Titulação de comunidades Quilombolas e alguns trabalhos de mediação de conflitos de limites.

No final de 2010 foi licitado um Pregão eletrônico de numero 19/2010 processo numero 54230.010936/2010-44.

Atualizado em Dez/2010

2.3.2.3 Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Viabilizar o incremento de renda dos Projetos de assentamentos Rurais, por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiência e potencialidades locais.

Descrição: a) Apoio à implantação e recuperação de agroindústrias: contratação de serviços de consultoria e/ou assessoria técnica para os projetos de agroindústrias existentes e aos novos; capacitação de multiplicadores (técnicos e agricultores); sensibilização e organização de produtores; apoio à realização de diagnóstico para identificação de oportunidades de negócios; e apoio à implantação e recuperação de edificações e equipamentos b) apoio às ações de inserção mercadológica da produção dos assentados: apoio à realização de pesquisa de mercado; apoio à divulgação e vendas dos produtos da reforma agrária; e apoio ao desenvolvimento de logotipos e embalagens adequadas ao mercado; c) capacitação dos beneficiários (homens e mulheres) e jovens em gestão administrativa, associativismo e cooperativismo, comercialização, processamento de alimentos e boas práticas de fabricação; d) implantação de projetos pluriativos solidários: apoio ao estabelecimento de parcerias institucionais para viabilizar e estruturar os sistemas de produção, tendo em vista uma transição agroecológica; e) valorização dos produtos e serviços oferecidos pelos assentados, apoiando a diversificação das economias e potencialidades locais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sílvia Barguil

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	691	0137	4320	A	3	Famílias Beneficiadas	0	0	0	1480

Fonte: LOA 2010, PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2010 e Módulo de Monitoramento e Avaliação do SIR 2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0	199.998,40	199.998,40	100%	199.998,40	100%	0	0

Fonte: SIAFI 2010 e Caderno de Metas PO/2010

Cumprimento das metas físicas: A Ação Terra Sol tem como fator de descentralização de recursos a partir de programação orçamentária e posterior apresentação de demandas na UJ.

No exercício de 2010, por dificuldades já detectadas anteriormente, tais como: certa indefinição nas UJ's quanto à forma de execução da Ação, falta de melhor entendimento quanto ao repasse da infraestrutura implantada a uma entidade formal dos beneficiários, novamente não houve ação prevista/cumprida.

Ações que apresentaram problemas de execução: Embora haja uma compreensão quanto a importância da Ação Terra Sol, para as famílias assentadas, sua complexidade tem causado alguma dificuldade na definição da forma de execução. Essa definição, considera a capacidade operacional da UJ, favorecendo a execução indireta. Nesse aspecto, o desmembramento do problema está inadimplência das convenientes (ente público municipal).

Em relação à Execução Orçamentário-financeira das Ações Realizadas na UJ, houve no âmbito da mesma, uma iniciativa de favorecer a execução da ação com recursos destacados por uma emenda parlamentar (EP nº 23880004/2010). Esta, previa a aplicação de recursos na ordem de R\$

1.000.000,00 (um milhão de reais), para atender assentamentos de 05 municípios do Estado do Maranhão).

Algumas deficiências na formulação do destaque/proposta/plano de trabalho viabilizaram a execução de apenas um quinto do valor previsto. Foi realizado, então, empenho e posterior convênio com a Prefeitura Municipal de Santa Rita, no valor de R\$ 199.198,40 (cento e noventa e nove mil, cento e noventa e oito reais, quarenta centavos), para implantação de agroindústria de coco babaçu, beneficiando diretamente 30 famílias do P. A. Sefans/Carema, cujo início de execução aguarda conclusão de ajustes recomendados pela UJ.

2.3.2.4 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e a entidades públicas ou privadas.

Descrição: a) Conceder documentação às famílias assentadas, a título provisório (concessão de uso) ou definitivo (título de domínio) e às entidades públicas ou privadas, na forma de doação, cessão ou concessão de uso; b) Realização de vistorias periódicas para verificação do cumprimento das cláusulas contratuais; c) Realização de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos para retomada das parcelas e reversão do domínio ao INCRA, visando sua redestinação; d) Realização de procedimentos para destinação de áreas remanescentes dos projetos na forma da Lei.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Ricardo França.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0137	4358	A	3	Doc. Tit. Exp.	1200	9293	774,42	2000

Fonte: LOA 2010, PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2010 e Módulo de Monitoramento e Avaliação do SIR 2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
174.058	211.392,46	205.509,05	97,22	205.421,05	97,17	205.421,05	97,17

Fonte: SIAFI 2010 e Caderno de Metas_PO/2010.

Avaliação de Resultados na execução físico-financeira

Foi programado para o exercício 2010 a expedição de 1.200 (mil e duzentos) Contratos de Concessão Uso – CCU, porém foram expedidos 9.293 (nove mil, duzentos e noventa e três) documentos.

Análise de resultados dos objetivos e metas

Embora haja projetos de assentamento em condições de serem titulados, há de se considerar a falta de técnicos agrícolas para a execução do trabalho de campo para que possamos expedi-los.

2.3.2.5 Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária**Dados gerais da ação**

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Consolidar e emancipar 70 projetos de assentamento originários do Acordo de Empréstimo nº 1248 firmado com o BID e encerrado em 31 de dezembro de 2007.

Descrição: a) Fortalecimento da organização das famílias assentadas e intensificação da participação ativa das mesmas nas tomadas de decisão, na gestão de recursos financeiros e execução de obras, serviços e ações financiadas; b) execução dos planos de consolidação de assentamento - PCA, com investimentos complementares em infra-estrutura socioeconômica; c) monitoramento e acompanhamento do projeto. O escopo desta ação se restringe aos 70 projetos de assentamento não consolidados e emancipados: São João das Neves (MA); Brinco de Ouro, Chico Mendes, Novo Horizonte II, Rosário, Nova Vida II, Guarapes, Canto da Ilha de Cima, Antonio Conselheiro, Bonsucesso, Auora da Serra, Poço Novo e Nova Vida (RN); Jacaré Curitiba I a VIII (SE); Ireno Alves, Nova Fartura e Nova Terra (PR); Santa Alice, Apolo, Recanto, Posto Novo, Bom Será, Cerro dos Munhoz, Piratini, Alegrias, São Manoel, Jaguarão e Vimão (RS); Aldeia, Palmeiras, São Judas, Sta Guilhermina, Tamarinheiro II, Paiolzinho, Taquara e Taquaral (MS); Caetés, Paulo Freire, 14 de agosto, 4 de outubro, 28 de outubro, Sto Antonio da Fartura, Guapirama, Jandira, Sadia II, Vale Verde, Campo Limpo, Vale do Sol, Riozinho, Rio Branco, Fartura e Independente I

(MT); e Rio das Pedras, Tapera, Campo Novo, Pontal dos Arantes, Barro Azul, Mamoneiras, Mangal, Saco do Rio Preto, Vazante, Paraíso e Corrente (MG).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sergio

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0137	10YN	A	3	Projeto consolidado	0	350	-	350

Fonte: LOA 2010, PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2010 e Módulo de Monitoramento e Avaliação do SIR 2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0	280.800,00	280.029,94	99%	280.029,94	99%	65.229,94	23,3%

Fonte: SIAFI 2010 e Caderno de Metas_PO/2010.

Análise crítica

Cumprimento das metas físicas:

Apesar de não haver metas previstas para o ano de 2010, destacamos que ações do PAC em São João das Neves são continuadas o que justifica apresentação de Meta Realizada em 350 famílias. A meta apresentada para 2011, ocorre em função das solicitações feitas: construção de mais uma casa de farinha no Povoado de Matões, que está sendo analisado pela Unidade Técnica Estadual, juntamente com a Equipe que presta Assistência Técnica, aos assentados no referido Projeto de Assentamento São João das Neves, revendo a quantidade de produção da matéria prima para a fabricação do produto (farinha) e a necessidade de demarcação dos lotes (individuais ou coletivos – associações).

Já foi feita pelo INCRA, a demarcação da área de Reserva Legal do referido projeto, esperando que a Secretaria de Meio Ambiente do Estado libere a Licença Ambiental para PA.

Execução Orçamentária-financeira:

OBS: os recursos no valor de R\$ 280.800,00(duzentos e oitenta mil e oitocentos reais), sendo que o valor de R\$ 212.800,00 (duzentos e doze mil e oitocentos reais) ficou em resto a pagar e ate agora Sede do INCRA não liberou o financeiro para que este valor seja depositado na conta da Associação Santa Luzia dos Pequenos produtores Rurais, o restante do valor se refere a diária.

2.3.2.6 Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Implantar projetos de manejo, recuperação, conservação e monitoramento do uso de Recursos Naturais, visando a recuperação ambiental de áreas protegidas por regramento jurídico e a promoção da gestão ambiental e o manejo florestal em projetos de assentamentos da reforma agrária.

Descrição: Implantação de projetos de recuperação das áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal; realização de práticas tecnológicas que visem à recuperação dos solos; cumprimento das condicionantes definidas pelos órgãos ambientais competentes, no âmbito do licenciamento ambiental, no que se refere à conservação de áreas protegidas por regras jurídicas; estimular a implementação do manejo florestal sustentável e do manejo de fauna como atividade produtiva básica ou complementar dos assentamentos; sensibilização e capacitação dos assentados quanto à importância da conservação e/ou recuperação de áreas degradadas e/ou protegidas; monitorar a utilização dos recursos naturais nos assentamentos; realizar materialização (demarcação/cercamento) das Áreas de Reserva.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0137	2B06	A	3	família	1.131	783	69,23%	6.629

Fonte: LOA 2010, PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2010 e Módulo de Monitoramento e Avaliação do SIR 2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
3.120.225,36	3.120.225,36	3.065.738,84	98,25%	182.830,93	5,85%	182.830,93	5,85%

Fonte: SIAFI 2010 e Caderno de Metas_PO/2010.

Avaliação de Resultados

Principais resultados

No ano de 2010 houve a continuação do convênio celebrado em 2009, para execução de Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas e Implantação e Manejo de Sistemas Agroflorestais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária do INCRA no Estado do Maranhão, abrangendo 08 (oito) PAS, em 05 (cinco) municípios do Estado do Maranhão, conforme quadro 1.

Tabela XI - Projetos de Assentamento beneficiados:

Nome do Projeto	Município	Nº.
DEUS É FIEL	Amarante do Maranhão	40
EL SHADAY	Amarante do Maranhão	31
OLGA BENÁRIO	Amarante do Maranhão	57
ÁRVORES VERDES	Brejo	133
ABELARDO RIBEIRO	Central do Maranhão	333
LIVRAMENTO	Mirinzal	67
SÃO JOSÉ DA VITÓRIA	Pirapemas	43
PAE BACURI	S. Raimundo das Mangabeiras	79
Total		783

O referido convênio tem como objeto a promoção de ações de caráter técnico, educativo e científico por meio da implantação e do manejo de sistemas agroflorestais, da introdução de apicultura e meliponicultura como alternativa de produção associada à conservação do ambiente; e da recuperação de áreas degradadas com espécies nativas e/ou adaptadas oriundas da produção nos viveiros florestais dos assentamentos, beneficiando famílias em Projetos de Assentamento do INCRA, situados no Estado do Maranhão.

A execução do convênio está sendo feita por uma organização não governamental – ONG, e, para o acompanhamento e fiscalização das atividades, foram disponibilizados três servidores do Serviço de

Meio Ambiente e Recursos Naturais. As atividades acompanhadas no ano de 2010, e que se referem à primeira parcela do convênio são as seguintes: **Meta 01** - Apresentação do projeto para 50 jovens e adultos - Palestra de apresentação, formação de grupos e aplicação de questionário; **Meta 02**: Apresentação do projeto para 50 jovens e adultos em cada PA - Bingo ambiental ou jogo ambiental com os grupos formados; **Meta 03**: Promoção de evento de caráter ambiental para crianças e adolescentes Gincana ambiental - etapa I; **Meta 05** - Oficina de produção de mudas em viveiros; **Meta 14** - Construção de seis viveiros com 240 m² de área nos Projetos de Assentamento Abelardo Ribeiro, Livramento, Deus é Fiel, El Shaday, Olga Benário e PAE Bacuri; **Meta 15** - Instalação de sistemas de irrigação nos oito viveiros; **Meta 16** - Instalação de energia solar para 8 viveiros; **Meta 17** - Produção de Mudas.

Quanto à avaliação dos resultados efetivos obtidos com a execução das metas, pôde-se constatar a credibilidade das famílias assentadas junto ao INCRA. Esse fato é atribuído, especialmente, às grandes possibilidades de melhoria não só no aspecto ambiental, mas também nos aspectos social e econômico, uma vez que o convênio tem metas quantitativas e qualitativas.

No período de referência em questão, que se traduz na primeira parcela do convênio, já se tem evidências claras das mudanças nos PAs: envolvimento das famílias, viveiros construídos, mudas produzidas com sistema de irrigação, energia limpa, sem custo na sua captação e livre de poluição e PAs como São José da Vitória, que, apesar de ter ficado por quase doze anos sem nenhuma infraestrutura (sem casa, estrada, energia, água, etc), e as pessoas já terem o sentimento de incredibilidade, o convênio trouxe novas perspectivas, portanto, possibilitou às famílias não só o desejo de melhorar suas condições, mas a certeza de que as demais obras acontecerão.

Apesar dos resultados positivos advindos do bom desenvolvimento das atividades previstas no Convênio, algumas complementações/ adequações ao Termo de Referência do Convênio são necessárias. Tais complementações são necessárias, entretanto, não são impedimentos para liberação da 2ª parcela do Convênio, pois são ações simples e que podem ser executadas concomitante com as ações previstas na 2ª parcela do Convênio.

Principais problemas

A meta prevista na PO 2010 era de 1.131 famílias, com um recurso equivalente a R\$ 3.120.225,36. Um dos fatores para a redução do número de famílias foi o fato de que, no Serviço de Meio Ambiente e Recursos Naturais, a demanda ainda supera a capacidade de trabalho em razão do grande passivo ambiental. Dessa forma, a abrangência da meta física anteriormente estabelecida tornaria o acompanhamento da execução do convênio menos preciso e com menor eficácia. Assim,

optou-se por continuar trabalhando em 2010 as 783 famílias atendidas pelo convênio, já que as atividades de acompanhamento e fiscalização do convênio demandam muito tempo.

Outro fato relevante refere-se à falta de pagamento da 2ª parcela do convênio, cujo valor de R\$ 2.863.819,50 (dois milhões, oitocentos e sessenta e três mil, oitocentos e dezenove reais e cinquenta centavos) foi empenhado em maio de 2010. Esse atraso no pagamento pode comprometer seriamente a execução e o sucesso das ações do convênio, já que muitas ações previstas, a exemplo do plantio das mudas já produzidas, dependem do período chuvoso, que no Maranhão se inicia por volta de janeiro. Assim, se o pagamento não for realizado logo a consequência primeira é a perda das mudas produzidas, com sérios prejuízos financeiros. Além destes prejuízos haveria uma grande dificuldade para resgatar a confiança dos agricultores tanto com a entidade responsável pela execução quanto com o INCRA, o que fragiliza a continuidade do projeto.

Contratações e Parcerias

Não houve no ano de 2010 celebração de novos convênios, apenas a continuidade das ações do convênio firmado em 2009, que se estenderá até o fim de 2011.

No ano de 2010 foi feito por meio de pregão eletrônico aquisição de material necessário para produção de mudas florestais visando à distribuição em alguns assentamentos onde, por meio de uma parceria com o SENAR e com a EMBRAPA, os assentados vêm passando por um processo de capacitação sobre produção orgânica de mudas. O objetivo principal desta ação é a recuperação das áreas degradadas desses PAs com introdução de espécies que dêem um retorno econômico para a comunidade. O material ainda não foi entregue, pois a finalização da compra ocorreu no mês de dezembro de 2010.

2.3.2.7 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Dar condições iniciais de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas pelo INCRA por meio da concessão de crédito, em suas várias modalidades.

Descrição: Concessão de crédito individual aos assentados e assentadas da reforma agrária, para auxiliar na construção e recuperação de unidades habitacionais, segurança alimentar e atividades produtivas, sendo a aplicação, preferencialmente, na forma coletiva; Concessão de crédito adicional que vise proporcionar a segurança hídrica às famílias localizadas na região do Semi-Árido Brasileiro.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
-	-	A	3	Fam./Atend.	11.197	19.603	1.612	175,07%

Fonte: LOA 2010, PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2010 e Módulo de Monitoramento e Avaliação do SIR 2010

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
156.209.757	163.764.800	163.348.800	99,7%	98.932.000	60,41%	2.846.400	1,74%

Fonte: SIAFI 2010 e Caderno de Metas_PO/2010.

I – AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DA EXECUÇÃO FÍSICA

Tomando-se por base a meta estabelecida de 11.197 (onze mil cento e noventa e sete) famílias a serem assistidas com o Crédito Instalação, no contexto da Programação Operacional 2010, comparada ao número de famílias efetivamente contempladas, em torno de 19.603 (dezenove mil, seiscentos e treze) famílias, chegou-se ao percentual de 175,07%.

Outrossim, esclarecemos que o percentual de 175,07% levou em consideração a seguinte distribuição, por modalidade do Crédito Instalação:

- ✓ Apoio Inicial: 5.825 famílias
- ✓ Complementação Apoio Inicial: 186 famílias
- ✓ Aquisição Material de Construção: 5.609 famílias
- ✓ Complementação Aquisição Material de Construção: 2.225 famílias
- ✓ Recuperação Material de Construção: 5.758 famílias

II – AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DA EXECUÇÃO FINANCEIRO-ORÇAMENTÁRIA

O quadro demonstrativo da execução financeiro-orçamentária nos mostra uma Provisão Recebida de R\$ 163.764.800,00 (cento e sessenta e três milhões, setecentos e sessenta e quatro mil e oitocentos reais), Empenho Emitido na ordem de R\$ 163.348.800,00 (cento e sessenta e três milhões, trezentos e quarenta e oito mil e oitocentos reais) e Empenho Liquidado no montante de R\$ 98.932.000,00 (noventa e oito milhões, novecentos e trinta e dois mil reais), denotando uma razoável performance orçamentária, com respectivos percentuais de 99,7% (empenho emitido) e 60,41% (empenho liquidado). No entanto, a pífia equivalência financeira só contribuiu com a irrisória quantia de R\$ 2.846.400 (dois milhões, oitocentos e quarenta e seis mil e quatrocentos reais), gerando, em termos de valor pago, um percentual de 1,74%.

III – ANÁLISE DO ALCANCE DOS OBJETIVOS E METAS:

Do ponto de vista orçamentário, quer dos empenhos emitidos, quer dos empenhos liquidados, podemos afirmar que os seus objetivos foram, de certa forma, alcançados. Entretanto, no tocante aos recursos financeiros necessários para pagamento dos processos de crédito instruídos e empenhados dentro do exercício de 2010, também podemos afirmar e classificar como, simplesmente, desprezível. Por outro lado, se alguma justificativa existe para explicar tal fato, com a palavra o Governo Federal.

2.3.2.8 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e

disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	0135	2272	A	3	-	1.839.700	-		-

Fonte: LOA 2010, PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2010 e Módulo de Monitoramento e Avaliação do SIR 2010.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
1.839.700	1.813.228,00	1.799.293,19	99,23	1.782.129,54	98,28	1.782.129,54	98,28

Fonte: SIAFI 2010 e Caderno de Metas 2010.

Avaliação de Resultado da Execução Físico-Financeira

Esta ação não possui unidade física de medida, logo, não há como avaliar, de forma direta, o desempenho de sua meta física, apenas a financeira. Segundo dados do SIAFI (2009), o valor liquidado foi de R\$ 141.140,40 (cento e quarenta e um mil, cento e quarenta reais e quarenta centavos), correspondendo a 97,20% da provisão recebida. Em relação ao valor empenhado no ano anterior, houve uma redução na ordem de 39,71%, uma vez que naquele ano havia sido empenhado R\$ 355.456,16 (trezentos e cinquenta e cinco mil quatrocentos e cinquenta e seis e dezesseis centavos). O valor excedido na despesa corrente programada, orçado em R\$ 690,00 (seiscentos e noventa reais), já era previsto dado o irrisório valor.

Avaliação do Alcance dos Objetivos e Metas Levando em consideração que não houve interrupção brusca na execução das ações finalísticas por escassez de meios administrativos, pode-se concluir como suficiente o alcance do objetivo da ação.

As principais despesas efetuadas nesta ação consistiram no pagamento de diárias, material de consumo (como combustível e lubrificante); contratação de serviços de terceiros (pessoa jurídica), referente a transporte de servidores, manutenção e conservação veicular, serviços gráficos, manutenção de software e locação de espaço físico para capacitação dos servidores.

2.3.3 - Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos específicos: Conhecer a efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra, bem como assegurar a gestão fundiária nas terras públicas e incorporar as terras federais a reforma agrária.

Gerente do Programa: Richard Martins Torsiano.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

1. Luiz Alfredo Soares da Fonseca – jan/2010 a ago/2010;
2. Miguel Alves Nonato Filho – set/2010 a dez/2010.

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Atualização de Atualização do Sistema Nacional de Cadastro Rural; Taxa de Georreferenciamento de Áreas Rurais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis Rurais até 4 módulos fiscais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis Rurais; Taxa de ocupação territorial aparente; Taxa de regularização de Imóveis Rurais até 4 módulos fiscais.

Publico alvo (beneficiários): Detentores a qualquer título de imóveis rurais, nacional e estrangeiro, serviços registrares de imóveis, profissionais e entidades envolvidas com a questão agrária e agrícola. A Divisão através de seu corpo técnico certificou 159 imóveis rurais em 2010 totalizando 401.724, 5818 ha perfazendo uma média de 4,8 processos certificados por técnico por mês.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.³

³ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.3.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Auferir qualidade e funcionalidades à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares quanto de públicos, com vistas a melhor conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis rurais para fins de: registro imobiliário; de controle de aquisição de terras por estrangeiro; de controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e de identificação daqueles passíveis de ações de reforma agrária, bem como os flagrados com trabalho escravo pelos órgãos públicos competentes. Modelar e implementar o Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos - SGBD, de forma a permitir o conhecimento da malha fundiária, do uso e cobertura do solo do país.

Descrição: a) Captação, análise e crítica aos dados literais dos imóveis rurais, certificando sua regularidade e informações sobre detenção e uso temporário apresentado por iniciativa do detentor, ação de recadastramento ou levantamento in loco (vistoria de fiscalização);

b) inserção em sistema informatizado que permite a classificação fundiária do imóvel rural, a emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, lançamento, cobrança e controle da arrecadação da Taxa de Serviços Cadastrais e intercâmbio de informações entre o INCRA e os Serviços Registrais;

c) qualificação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC, localizadas em todas as prefeituras municipais do país;

d) fonte de informações para os estudos no estabelecimento dos índices de rendimento de produtos vegetais, extrativos florestais e para a pecuária, no cálculo do Grau de Utilização da Terra - GUT e Grau de Eficiência na Exploração - GEE, e na fixação do Módulo Fiscal Municipal, base para a classificação dos imóveis quanto à produtividade e tamanho;

e) produção de dados do Plano Geral de Estatísticas - PGE;

f) geração de informação que subsidiem políticas agrárias, agrícolas e de controle social; e

g) base das informações para o controle e registro das aquisições de imóveis rurais por estrangeiros.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciméri Selivon

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	125	0138	2105	A	3	Unidade	8.000	9.803	122.54	8.000

Fonte: LOA 2010, PPA 2008-2011, caderno de Metas 2010 e Modulo de Monitoramento e Avaliação do SIR 2010.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
72.000,00	72.000,00	69.254,91	96,19	66.257,61	92,02	66.257,61	92,02

Fonte: SIAFI 2010 e Caderno de Metas 2010.

Principais resultados

A diferença da meta física prevista para a meta realizada, deve-se ao aumento dos Termos de Cooperação Técnica celebrados com as Prefeituras municipais, possibilitando assim, maior atendimento aos pedidos de Atualizações Cadastrais.

Nos últimos 12 meses foram assinados 77 termos de Cooperação Técnica com as Prefeituras Municipais ampliando assim para 171 o numero de unidades a serem implantadas e/ou fiscalizadas após treinamento.

Outro fato que justifica a diferença (maior) entre o programado e o realizado em 122,54% deve-se ao trabalho de Georreferenciamento (Lei 10.267/2001) que vem permitindo maior controle sobre aos imóveis rurais, permitindo cruzamento de informações com os serviços de registro de imóveis, buscando aperfeiçoamento do cadastro rural.

Principais problemas

Os principais problemas, para o desempenho das ações, são relativos à dificuldade de aceitação de muitas prefeituras municipais em aderir ao termo de cooperação técnica com o INCRA com vistas à implantação das Unidades Municipais de Cadastramento para atender ao publico alvo das ações de cadastro rural, bem como a falta de participação de muitos chefes das Unidades Municipais de Cadastramento nos treinamentos e capacitações.

Hoje o Setor de Cadastro Rural conta com cinco servidores ativos atuando e além dos seus serviços atendendo também na Sala da Cidadania recepcionando e dando parecer técnico cadastral nos processos de Georreferenciamento. Destes cinco servidores um já tem 37 anos de serviço no INCRA e os outros estão a dois anos de completar o período de aposentadoria e irá ficar impraticável qualquer atividade no Setor no ano de **2012**.

A fiscalização Cadastral conta apenas com um servidor.

Contratações e Parcerias

Foram feitos grandes esforços para o aumento de postos de atendimento de cadastro rural através da assinatura do termo supracitado e capacitação dos servidores municipais.

Transferências

Não houve.

2.3.3.2 Ação 2114 - Sistema de Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Modernizar banco de dados informatizado, objetivando manter atualizadas as informações sobre 5.000.000 de imóveis rurais cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro de Imóveis Rurais - SNCR, e disponibilizá-lo via internet ao usuário. Integrar as diversas fontes de informações federais, estaduais e municipais, sobre o meio rural, visando a construção de um cadastro único, de forma a facilitar a definição de diretrizes de políticas agrária e agrícola.

Descrição: Manutenção e atualização do banco de dados responsável pela captação e pelo armazenamento das informações cadastrais literais e gráficas dos imóveis rurais e seus detentores.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciméri Selivon.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

A UJ não desenvolveu nenhuma atividade desta ação

2.3.3.3 Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Localizar geograficamente os imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, identificando seus limites, uso e aptidão, incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, melhorando a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliação da Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC. Reestruturação e ampliação dos Comitês Regionais de Certificação. Padronizar e Sistematizar a coleta de dados espaciais, bem como o fluxo destes entre as Superintendências Regionais e a Sede do INCRA. Integrar as informações georreferenciadas com serviços de Registro Imobiliários e demais Entes Públicos. Efetuar o Georreferenciamento das áreas públicas com seus limites referenciados ao Sistema Geodésico Brasileiro, conforme previsto na Lei 10.267 de 2001.

Descrição: Localização geográfica dos limites e uso da terra dos imóveis rurais, através de levantamento de campo, com auxílio de tecnologia de posicionamento global (GPS) e Sensoriamento Remoto, constituindo o Sistema de Informações Geográficas - SIG Corporativo do INCRA, melhorando assim, a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliar a Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Edaldo Gomes.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	127	0138	4426	A	3	hectare	398.905	226.600	56,80	425.000

Fonte: LOA 2010, PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2010 e Módulo de Monitoramento e Avaliação do SIR 2010.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
5.436.741,00	201.216,43	196.117,68	97,47	192.017,68	95,43	192.017,68	95,43

Fonte: SIAFI 2010 e Caderno de Metas PO/2010

Análise crítica

No ano de 2010 o programa Terra Legal georreferenciou, através da contratação de empresas especializadas, 226.700,0000 hectares, entre posses e Glebas Públicas Federais no Estado do Maranhão.

Para realizar o georreferenciamento supracitado, realizaram-se três Pregões Eletrônicos, sendo dois ainda no ano de 2009 e um no ano de 2010:

Pregão 45/2009 – Onde contratamos a medição de 61 km de poligonais para a medição de áreas urbanas consolidadas, sendo que os trabalhos de medição ocorreram apenas no ano de 2010 por falta de técnicos lotados no Terra Legal do Maranhão para acompanhar os serviços. Neste contrato ainda foi aditivado em 12,5 km (1700,00 ha) para concluir algumas áreas, sendo que mesmo com este aditivo não foi possível concluir todos os municípios selecionados para este projeto. Foram georreferenciadas as sedes dos municípios de Vila Nova dos Martírios, São Francisco do Brejão, Senador La Roque, Governador Edson Lobão, Satubinha, Buritirana e Amapá do Maranhão, além do Povoado Acoque, localizado em Vitória do Mearim.

Pregão 53/2009 – Neste pregão contratamos 2319 parcelas para serem georreferenciadas dentro da Gleba Colone, sendo que os trabalhos somente iniciaram no mês de abril de 2010 por motivos de falta de técnicos, conforme acima mencionado. Contudo apesar de contratarmos 2319 parcelas, até o mês de dezembro de 2010 a empresa entregou somente 825 parcelas e já no mês de fevereiro de 2011 foram entregues outras 572 parcelas. Contudo o contrato tem previsão de término para 21 de março de 2011. A área georreferenciada por este contrato em 2010 soma 55000 hectares, com imóveis localizados nos municípios de Zé Doca, Araguaçu, Pedro do Rosário, Monção, Penalva, Nova Olinda do Maranhão e Santa Helena.

Pregão 06/2010 – Neste ultimo pregão foram contratados para o estado do Maranhão 4011 km de poligonais de georreferenciamento para a medição de áreas públicas, seja ela urbana ou rural, Glebas e imóveis ocupados por posseiro, além de imóveis destinados à liberação de cláusulas para titulação. O contrato que abrangem a quilometragem supracitada teve início em agosto de 2010 e será concluído apenas em julho de 2011. No ano de 2010 foi medidos imóveis e glebas nos municípios de Amarante do Maranhão, João Lisboa, Buritirana e Senador La Roque, totalizando 1220 km de poligonais (com área de 170.000,00 ha). Neste contrato serão medidos imóveis nos municípios de Imperatriz, São Francisco do Brejão e Açailândia.

Portanto, somando-se os três pregões temos 22.700,00 hectares de área medidas com o intuito de possibilitar a regularização de imóveis ocupados por posseiros. Os trabalhos de georreferenciamento, iniciados em 2010 ainda estão em andamento, podendo até superar as metas previstas.

Não foi efetuado nenhum gasto com as empresas contratadas para efetuar os trabalhos de

Geo, tendo em vista que todos os pagamentos dos contratos foram efetivados via SRFA sede. Os demais gastos informados foram realizados com pagamentos de diárias, passagens aéreas, combustíveis, etc.

2.3.3.4 Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Regularizar a situação jurídica de posseiros e populações tradicionais com expedição de títulos de domínio ou concessão de direito real de uso incluindo a ratificação de títulos já emitidos, objetivando o ordenamento fundiário.

Descrição: Análise conclusiva de processos administrativos de regularização fundiária de imóveis rurais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	127	0138	2110	A	3	ha	147.659,6871	1023,8938	0,69	100.000,00

Fonte: LOA 2010, PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2010 e Módulo de Monitoramento e Avaliação do SIR 2010.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
480.680,00	34.254,00	33.659,45	98,26	33.509,54	97,83	33.509,45	97,83

Fonte: SIAFI 2010 e Caderno de Metas 2010.

Análise crítica

O resultado para ação 2110 no exercício de 2010 corresponde ao seguinte, conforme informações da SRFA-sede. As informações foram extraídas do SISTERLEG.

São 68 imóveis ou títulos emitidos, num total de 3.303,8019ha , sendo:

- 19 títulos rurais emitidos – 821,1615ha;

- 4 títulos urbanos emitidos - 231,8863ha;

- 1 processo aprovado - 15,8674ha. Os processos aprovados já passaram pela CONJUR/MDA e foram aprovados pelo Secretário, faltando apenas a emissão física dos títulos. Como a análise jurídica e a emissão de títulos não gera gastos orçamentários; a SRFA-sede considerou como execução da Ação 2110;

- 44 processos em aprovação nacional - 2.234,8867ha . Os processos em aprovação nacional são aqueles que passaram por todos os trâmites exigidos pela Portaria/MDA nº 23, de 2010, faltando apenas a análise da Consultoria Jurídica - CONJUR/MDA - para a aprovação do Secretário Extraordinário de Regularização Fundiária na Amazônia Legal e emissão do título.

Tabela XII - Número e área (ha) de títulos emitidos por escritório regional		
Escritório	Núm. Títulos	Área Titulada (ha)
SRFA-05/AM	9	786,5620
SRFA-02/MA	19	821,1615
SRFA-03/MT	48	1.186,9238
SRFA-07/PA(BLM)	42	1.106,3050
SRFA-08/PA(MBA)	9	994,7001
SRFA-01/PA(STM)	19	2.893,4620
SRFA-06/RO	69	5.543,5734
SRFA-09/TO	13	860,7347
Sub-total	228	14.193,4225

Fonte: MDA/INCRA/SRFA/SISTERLEG.

Tabela XIII - Número e área (ha) de processos de regularização fundiária com aprovação nacional por escritório regional

Escritório	Núm. Processos em Aprovação Nacional	Área Aprovada (ha)
SRFA-05/AM	61	3.788,6061
SRFA-02/MA	44	2.234,8867
SRFA-03/MT	23	1.111,2246
SRFA-07/PA(BLM)	36	1.100,0495
SRFA-08/PA(MBA)	29	3.415,9629

SRFA-01/PA(STM)	30	13.056,7017
SRFA-06/RO	37	3.574,8200
SRFA-09/TO	17	1.970,1667
Sub-total	277	30.252,4182

Fonte: MDA/INCRA/SRFA/SISTERLEG.

Tabela XIV - Número e área (ha) de processos de regularização fundiária aprovados por escritório regional

Escritório	Núm. Processos Aprovados	Área Aprovada (ha)
SRFA-02/MA	1	15,8674
SRFA-03/MT	1	67,4921
SRFA-07/PA(BLM)	1	15,2174
SRFA-01/PA(STM)	1	246,7680
Sub-total	4	345,3449

Fonte: MDA/INCRA/SRFA/SISTERLEG.

Tabela XV - Número e área (ha) de títulos de doação de áreas urbanas

Escritório	Núm. Títulos de Doação	Área Doada
SRFA-02/MA	4	231,8863
SRFA-03/MT	8	558,9949
SRFA-07/PA(BLM)	4	1.055,3494
SRFA-08/PA(MBA)	7	1.593,5322
SRFA-01/PA(STM)	12	1.586,1120
SRFA-06/RO	5	851,4693
Sub-total	40	5.877,3441

Fonte: MDA/INCRA/SRFA/SISTERLEG.

Tabela XVI: Titulação - área urbana

Município	Sede/Pov.	Gleba	Área (ha)	Perímetro (m)	Mês/ano de emissão do título
Gov. Edison Lobão	Sede	Torre II	152,2499	5.213,62	Junho/2010
Vila N. dos martirios	Sede	Zero Um	26,6367	2.100,59	Julho/2010

São Fco do Brejão	Sede	B. Barra Grande	25,0542	4.080,87	Dezembro/2010
São Fco do Brejão	Sede	Piquia/Brejão	27, 9455	3.152,93	Dezembro//2010
Total			231,8863	14.548,01	

Fonte: MDA/INCRA/SRFA/SISTERLEG.

2.3.3.5 Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Retomar terras públicas irregularmente ocupadas, de forma a combater a grilagem e outras formas de ocupações ilícitas, por meio de ações judiciais.

Descrição. Abertura de processos administrativos de retomadas de terras da União ocupadas de forma ilícita, mediante ação judicial; vistoria, avaliação e demarcação de imóveis previamente identificados como irregulares; indenização de benfeitorias úteis e necessárias edificadas de boa fé.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	127	0138	8380	A	3	ha	719	-	-	3.700

Fonte: LOA 2010, PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2010 e Módulo de Monitoramento e Avaliação do SIR 2010.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
32.025,00	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI 2010 e Caderno de Metas 2010.

Análise Crítica

A UJ não desenvolveu nenhuma atividade nesta ação. As áreas para retomada devem surgir principalmente ao final dos levantamentos ocupacionais e do georreferenciamento, quando forem localizadas por exclusão das áreas a serem destinadas a outros fins.

2.3.3.6 Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Diagnosticar e destinar as terras públicas a serem regularizadas.

Descrição. Levantamento do ambiente natural, socioeconômico e cultural e elaboração do anteprojeto de destinação das glebas ou sub-glebas públicas federais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marrek Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	127	0138	8378	A	3	ha	30.000,	111.476,	371,59	80.000,00

Fonte: SIAFI 2010 e Caderno de Metas 2010.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
176.433,00	355.120,00	285.064,83	80,27	285.064,83	80,27	285.064,83	80,27

Fonte: SIAFI 2010 e Caderno de Metas 2010.

Análise crítica

Tabela XVII - Nº de cadastros realizados

Mês	Nº. Cadastros	Área Cadastrada (ha)
JAN	2	200,0000
FEV	1	26,9656
MAR	122	12.985,0233
ABR	15	5.346,0948
MAI	90	7.473,1975
JUN	80	5.309,2955
JUL	189	14.653,8113
AGO	136	12.431,3562
SET	75	6.223,7160
OUT	181	16.104,4506
NOV	233	15.184,0940
DEZ	203	15.538,9792
TOTAL	1327	111.476,9840

As metas físicas na ação 8378/2010 foram realizadas com ênfase e superando as expectativas, considerando a estratégia do trabalho com escritórios avançados junto aos municípios em que as ações de georreferenciamento estavam sendo executadas ao mesmo tempo, possibilitando um melhor esclarecimento aos clientes do Programa e maior procura dos serviços.

Nessa ação foram executadas atividades junto aos cartórios de levantamento completo de seus livros de registro imobiliário para conhecimento da estrutura jurídica das glebas federais trabalhadas, sendo esse levantamento vital para o desempenho correto das ações.

Os levantamentos nos cartórios juntamente com postos avançados de cadastramento junto aos municípios aumentaram os custos financeiros da ação, mas foi extremamente necessário aos trabalhos.

Outros trabalhos também foram necessários e onerosos nesta ação, como as audiências públicas junto às prefeituras, sindicatos, empresa contratada para o georreferenciamento e sociedade organizada com efeito de divulgação e transparência dos trabalhos, bem como a busca de parcerias.

2.3.3.7 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Richard Martins Torsiano.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	0138	2272	A	3	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI 2010 e Caderno de Metas 2010.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
100.717,00	543.581,43	497.974,79	91,61	382.969,34	70,45	382.969,34	70,45

Fonte: SIAFI 2010 e Caderno de Metas 2010.

O diagnóstico desta Ação é feito apenas em termos financeiros em razão de não existir unidade física de medida.

Avaliação do alcance dos objetivos e Metas – Análise crítica

As despesas efetuadas nesta ação consistiram no pagamento de diárias, passagens aéreas, aplicação de suprimento de fundos, contratação de serviços de terceiros, manutenção e conservação de veículos e equipamentos, aquisição de material de consumo. A aplicação de suprimento de fundos consistiu em sua maioria na aquisição de combustíveis, lubrificantes, material de expediente, cartuchos, toners; e na contratação de serviços de terceiros, como transporte marítimo (pagamento de passagem de ferryboat).

As despesas citadas acima visaram dar suporte as atividades desenvolvidas pelos servidores da SRFA-02 tanto em viagens a serviço quanto no escritório da SRFA-02, em São Luís-MA e em Imperatriz-MA, e SR-12/F. Também tais despesas englobaram, principalmente no que tange ao pagamento de diárias e passagens: a manutenção dos postos fixos e móveis de cadastro de posseiros nas áreas de atuação da SRFA-02; fiscalização e acompanhamento da execução de contratos adquiridos a partir dos Pregões “D”, 45/2009, 53/2009; vistorias de imóveis rurais (identificação ocupacional); deslocamento de servidores para capacitação e reuniões (ex.: reunião para elaboração de manual e vistoria das ocupações rurais na Amazônia Legal; capacitação em georrefenciamento de imóveis rurais, curso para formação de pregoeiro).

Os principais problemas: transferências de recursos para execução das tarefas terem sido concretizadas na maior parte no final do ano; dificuldade de aderir a atas de registro de preço, devido a não colaboração das entidades gestoras de ata; dificuldade de reformar e adaptar o escritório a SRFA-02, tanto em São Luís-MA quanto em Imperatriz-MA, devido a falta de corpo técnico para elaboração de projeto básico.

2.3.4 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁴

Principais Ações do Programa

2.3.4.1 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Descrição: Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Ronaldo Alves de Souza.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida (un)	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	138	0139	4572	A	3	Servidor Capacitado	148	99	67	190

Fonte: LOA 2010, PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2010 e Módulo de Monitoramento e Avaliação do SIR 2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
140.156,00	140.106,42	135.614,09	96,8	115.807,89	82,4	115.807,89	82,4

Fonte: Siafi e Caderno de Metas PO/2010

Cursos realizados do exercício de 2010:

⁴ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

- 01 – curso á distância de inferência estatística na engenharia de avaliações
período: 18/10 a 26/11/2010 carga horária: 60 h
participantes: 04 engenheiros agrônomos
- 02 – curso básico de engenharia de avaliações á distância
período: 18/10 a 26/11/2010 carga horária: 60 h
participantes: 14 engenheiros agrônomos
- 03 – curso cobrac 2010
período: 10/10 a 15/10/2010 carga horária: 22 h
participantes: 1 engenheiro agrônomo
- 04 – capacitação em fiscalização da função social de imóveis rurais
período: 08/11 a 12/11/2010 carga horária: 40 h
participante: 1 engenheiro agrônomo
- 05 – curso de capacitação em georreferenciamento em imóveis rurais
período: 01 a 05/03/2010
período: 19 a 23/04/2010
período 17 a 21/05/2010
total de carga horária: 360 h participantes: 10 servidores
- 06 – encontro nacional de gestão de pessoas
período: 06 a 09/04/2010 carga horária: 32 h
participantes: 02 servidores
- 07 – curso sobre sisac
período: 30/08 a 03/09/2010 carga horária: 40 h.
participantes: 02 servidores
- 08 – tomada de contas especiais
período 09 a 13/08/2010 carga horária: 40 h.
participantes: 7 servidores
- 09 – curso de pós-graduação em geoprocessamento aplicado ao planejamento urbano e rural
período: 30/01/2009 a 15/08/2010 carga horária: 408 h
participante: 1 servidor

10 – fórum nacional de planejamento monitoramento, avaliação e tecnologia na informação

período: 30/11 a 03/12/2010 carga horária: 30 h

participantes: 02 servidores

11 – curso de capacitação do crédito instalação – norma de execução 79/2008 e 86/2010

período: 09 a 12/12/2010

participantes: 55 servidores

12 – curso de licitações e contratos administrativos

carga horária: 30 h

participante: 1 servidor

13 – prestação de contas de convênios

carga horária: 30 h

participante: 1 servidor

Ações que apresentaram problemas de execução:

Não houveram problemas no cumprimento do cronograma quanto a dotação orçamentária e financeira.

Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:

O curso de básico de engenharia de avaliação à distância, inferência estatística, georreferenciamento e pós-graduação em geoprocessamento foram de grande valia para essa superintendência, pois qualificou os servidores para melhor desenvolverem suas atividades.

2.3.5 Programa 1120 – Paz no Campo

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁵

⁵ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.5.1 Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Ação orçamentária

Finalidade: Articular junto à Ouvidoria Agrária Nacional e as diferentes esferas governamentais e não-governamentais, o atendimento das demandas das famílias acampadas, incluindo-se as vítimas de trabalho escravo, minimizando o impacto das dificuldades enfrentadas, contribuindo para a garantia dos direitos humanos e iniciando um processo de informação e formação para a inclusão social e produtiva dessas famílias.

Descrição: a) apoio jurídico às famílias acampadas com o objetivo de garantir o respeito aos direitos humanos, ao facilitar seus acesso a serviços advocatícios e de expedição de documentos; b) apoio jurídico, social e psicológico aos vitimizados pela escravidão; c) apoio técnico às famílias acampadas visando a capacitação técnica para a produção agrícola; e d) apoio social às famílias acampadas, visando melhoria das condições de vida e da segurança alimentar, por meio da atenção médico-psicológica e logística para as famílias despejadas ou vítimas de violências no campo.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Nilton Bezerra Guedes

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	1120	2109	A	3	Família acampada assistida	461	28.559	6.195%	750

Fonte: LOA 2010, PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2010 e Módulo de Monitoramento e Avaliação do SIR 2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
51.615	208.654,00	206.750,21	99%	206.561,93	99%	206.561,93	99%

Fonte: Siafi e Caderno de Metas PO/2010

Em 2010 esta Superintendência Regional, através da Ouvidoria Agrária Regional, promoveu as seguintes ações em prol dos pequenos trabalhadores rurais desta Unidade da Federação:

1. Assistência social, técnica a famílias acampadas nesta Unidade da Federação, participando de audiências públicas, de reintegrações de posse, de reuniões com acampados, de reuniões com trabalhadores rurais e lideranças de movimentos sociais em áreas de tensão e de conflitos agrários.

2. Distribuição, em 4 etapas, de cestas básicas para 8.491 famílias acampadas nesta UF, em situação de segurança alimentar e nutricional.

3. Promoveu, ainda, através da Delegacia de conflitos Agrários e da Polícia Militar Agrária, várias diligências, com o objetivo de solucionar conflitos agrários no meio rural.

A Ouvidoria Agrária do INCRA no Estado do Maranhão está firmando Termo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Estado da Segurança Pública, com o objetivo de definir as atribuições e os limites de competência da Delegacia de Conflitos Agrários e da Polícia Militar de Conflitos Agrários.

Atualmente a Ouvidoria Agrária Regional do INCRA-MA conta com dois servidores para distribuição de cestas de alimentos a trabalhadores rurais acampados; dois servidores com incumbência de realizar diligências em campo, objetivando solucionar conflitos agrários, além de um Delegado de Conflitos Agrários e sua equipe, composta de três agentes da Polícia Civil, e de um Policial Militar Agrário, que, em suas diligências, recebe o apoio da Polícia Militar das áreas em conflito.

Outra ação de competência da Ouvidoria Agrária Regional é a expedição de Documentação à Mulher Trabalhadora Rural, na qual estão envolvidos vários servidores desta SR.

Para execução de todas essas tarefas, a Ouvidoria Agrária Regional do Maranhão dispõe de caminhão baú com capacidade para 8 (oito) toneladas, utilizado na distribuição de cestas de alimentos a acampados; de um ônibus totalmente adaptado para a expedição de documentação à mulher trabalhadora rural; de duas pick-up's tracionadas, que estão sendo entregues, por força de Termo de Cooperação Técnica, à Secretaria de Estado da Segurança Pública, para utilização pelo Delegado de Conflitos Agrários e pelo Policial Militar de Conflitos Agrários.

2.3.6 Programa 1336 – Brasil Quilombola

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a equalização do acesso aos serviços públicos e aos direitos sociais básicos para as comunidades remanescentes de quilombos e comunidades de terreiros.

Objetivos Específicos: Assegurar às comunidades remanescentes de quilombos a propriedade de suas terras, desenvolvimento econômico sustentável, infra-estrutura adequada para suas atividades, melhoria das condições de vida, preservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial e capacidade para exercer controle efetivo sobre as políticas públicas que lhes são destinadas.

Gerente do programa: Alexandro da Anunciação Reis

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Lidianie Carvalho Amorim de Sousa.

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Atendimento s Comunidades Remanescentes de Quilombos por Ações de Fomento ao Desenvolvimento Local e Sustentável; Taxa de Evolução de Comunidades Certificadas como Remanescentes de Quilombos; Taxa de Evolução de Comunidades Quilombolas com Terras Tituladas. Público-alvo (beneficiários): População de comunidades remanescentes de Quilombos.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁶

⁶ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.6.1 Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Regularizar a posse das terras dos remanescentes de quilombos.

Descrição: Elaboração de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID com critérios de territorialidade; publicação do Relatório Técnico; consulta aos órgãos competentes do Governo Federal; notificação às partes interessadas; publicação de portaria de reconhecimento do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; emissão de decreto de desapropriação; Demarcação e titulação.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Sub função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	127	1336	1642	A	3	RTID	4	2	50%	5

Fonte: LOA 2010, PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2010 e Módulo de Monitoramento e Avaliação do SIR 2010.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
300.000,00	162.458,96	154.066,57	94,83	147.070,45	90,53	147.070,45	90,53

Fonte: SIAFI, 2010 e Caderno de Metas 2010.

1. Resultados

Em 2010 na ação 1642 a Superintendência Regional havia estabelecido como meta na ação 5 publicações de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação- RTID, 11 vistorias de avaliação de imóveis, sem publicação de Portaria de Reconhecimento e uma área decretada de interesse social.

As áreas definidas para a publicação do RTID foram:

- Monge Belo, Anajutuba
- Jacaré dos Pretos, Icatu
- Cariongo, Santa Rita
- Cruzeiro, Palmeirândia
- Pitoró dos Pretos, Peritoró

A Superintendência publicou do programado apenas 2 RTIDs, da comunidade Pitoró dos Pretos e Monge Belo. As comunidades de Cariongo e Jacaré dos Pretos não tiveram as publicações feitas em razão da falta de conclusão do relatório antropológico que está em fase de finalização. O processo da comunidade Cruzeiro teve o relatório antropológico iniciado no final deste exercício com previsão de conclusão no semestre de 2011.

A portaria de reconhecimento da comunidade de Santa Rosa não foi publicada em razão de interposição de recurso administrativo. Outra portaria que não prosseguiu foi da comunidade de Alcântara pelo fato do processo está em câmara de conciliação na Advocacia Geral da União- AGU.

No final do exercício foi publicado o decreto de interesse social do quilombo Santa Maria dos Pinheiros, município de Vargem Grande.

Outra subação prevista realizada na ação foram 11 avaliações de imóveis das áreas decretadas de interesse social em 2009, nos seguintes imóveis:

Tabela XVIII – Avaliações de Imóveis das áreas decretadas de interesse social em 2009

Quilombo	Imóvel	Nº processo	Proprietário	Área	Valor do Imóvel
São Francisco Malaquias	Fazenda Canafistula	54230.000862/2009-02	Antonio Rodrigues Dias e Maria Alice Nunes Rodrigues	627.4900	R\$ 247,770.75
Santa Joana	Fazenda Santa Joana	54230.005852/2006-11	Agroindustrial S. A.	1,196.8400	R\$ 1,196.84
Aliança Bahia	Fazenda Aliança Bahia	54230.010235/2010-13	Tomaz Melo Cruz	7,741.6000	R\$ 3,500,000.00
Santa Maria dos Pretos	Fazenda Mandiaoca I	54230.004510/2007-56	Eugenio Rodrigues Oliveira	401.3300	R\$ 227,302.50
	Fazenda Mandiaoca II	54230.004516/2007-23	Evaristo Santos Pereira Cardoso	45.9500	R\$ 25,578.25
	Fazenda Mandiaoca III	54230.004518/2007-12	Caixa Economica Federal	203.0900	R\$ 110,263.40
	Fazenda São Lucas	54230.004517/2007-78	Luiz Antonio Figueiredo de Almeida	1,116.8900	R\$ 549,943.99
Mata de São Benedito	Chacara Phoenix	54230.002830/2007-71	Moisés Antonio Soares	35.0000	R\$ 210,064.76
	Fazenda C. Felipe	54230.002805/2007-98	Claudio Felipe Rocha de Queiroz	54.1700	R\$ 282,924.84
	Gleba Bebedouro	54230.002806/2007-32	Iracema Monteiro da Silva	847.6500	R\$ 372,064.93
	Fazenda N S da Conceição	54230.002807/2007-87	Joaquim Lourenço Pereira Gonçalves	196.8400	R\$ 424,982.31
Santa Maria dos Pinheiros	Fazenda Haras Ponta D'areia	54230.012808/2010-35	Clinica S Francisco Neuropsiquiatria	1,021.1000	
		12		13,487.9500	R\$ 5,952,092.57

Outra atividade realizada na ação foi a mediação de conflitos nas áreas com ações judiciais, conflitos com proprietários e assentados da reforma agrária. Os trabalhos executados foram o levantamento ocupacional em territórios quilombolas sobreposto a projetos de assentamento, comunidade Santo Antônio dos Pretos, em Grajaú; quilombo Estiva dos Cotós, Presidente Vargas; quilombo Santa Maria, em Cajari, como medida de levantar subsídios técnicos para proposta de solução conciliada. O Levantamento fundiário e cartorial preliminar do quilombo Tanque de Valença, em Matinha; quilombo Mandacaru dos Pretos, em Matões; São Pedro, em São Luiz Gonzaga; Santarém e Santana, em São Luiz Gonzaga; quilombo Cruzeiro, em Palmeirândia; quilombo São Miguel, em Rosário. Outros trabalhos referentes à mediação de conflito

foram as reuniões e audiências nas áreas com ações judiciais em desfavor das comunidades quilombolas, nas seguintes comunidades:

- Tanque de Valença, em Matinha
- Charco, São Vicente Ferrer
- São Miguel, Rosário
- Mandacaru dos Pretos, Matões
- Jiquiri/São Raimundo, Santa Rita
- Cruzeiro, Palmeirândia
- São Pedro, São Luiz Gonzaga
- Santa Maria, Cajari
- Barro Vermelho, Chapadinha
- Outeiro dos Nogueiras, Itapecuru-Mirim
- Santana/São Patrício, Itapecuru-Mirim
- Santarém/Santana, São Luiz Gonzaga
- Miranda dos Rosário, Rosário

Tabela XIX - Objeto de contratação de Relatórios Antropológicos para o exercício de 2011.

PROCESSOS PRIORITÁRIOS CONTRATAÇÃO/INCRA 2011							
AÇÕES JUDICIAIS/CONFLITOS DE TERRAS/PROCESSOS ANTIGOS							
Processo/ Nº	Ordem de prioridade	Comunidade	Município	Entidades	Data entrada	Certidão FCP	Estágio atual
54230.004072/2006-45	1	SANTARÉM/SANTANA -	São Luiz Gonzaga	CCN	10/08/2006	autodefinição	Conflito com proprietários
54230.005031/2007-57	2	ALTO BONITO	Brejo	MPF	29/11/2007	autodefinição	Conflito com proprietários
54.230.007475/2005-65	3	SANTO ANTONIO DOS PRETOS	Grajaú	MPF	17/10/2005	autodefinição	Conflito com proprietários
54230.002888/2007-15	4	SÃO MIGUEL DO ROSÁRIO	Rosário	MPF	22/08/2007	autodefinição	
54.230.000442/2007-56	5	MANDACARU DOS PRETOS	Matões	INCRA	13/11/2007		
54230.000423/2007-20	6	OUTEIRO DOS NOGUEIRAS	Itapecuru-Mirim	MPF - PA INCRA	19/08/2004	auto-reconhecimento	Conflito com proprietários
54230.003791/2004-87	7	SACO DAS ALMAS	Brejo	CCN/SMDH	16/08/2004	auto-reconhecimento	
54230.009564/2010-11	8	DEPÓSITO	Brejo	SMDH	10/09/2010	autodefinição	Conflito com proprietários
54230.000431/2007-76	9	SANTANA/SÃO PATRÍCIO	Itapecuru-Mirim	MPF/OAN	13/02/2007	auto-reconhecimento	Conflito com proprietários
54.230.003775/2004-94	10	JIQUEIRI/ SÃO RAIMUNDO	Santa Rita	FETAEMA	16/08/2004	auto-reconhecimento	Conflito com proprietários
54230.007480/2005-78	11	PIRATININGA	Bacabal	INCRA - PA	17/10/2005	auto-reconhecimento	Conflito com proprietários
54.230.000813/2007-08	12	SANTA MARIA	Cajari	INCRA	08/03/2007	auto-reconhecimento	Conflito de Invasão de Território com assentados/INCRA
54230.001057/2010-21	13	MIRANDADO ROSÁRIO	Rosário	MPF	25/02/2010	autodefinição	
54230.005393/2009-18	14	BARRO VERMELHO	Chapadinha	CCN/SMDH	19/10/2009	autodefinição	Conflito com proprietários
54230.003782/2004-96	15	BACURI DOS PIRES	Cantanhede	FETAEMA	19/08/2004	não	Conflito com proprietários
54230.00415/2007-83	16	BENFICA	Itapecuru-Mirim	STTR	13/12/2007	auto-reconhecimento	Conflito de invasão de território
54230.004172/2009-14	17	BRASILIA	Serrano do Maranhão	STTR	25/09/2009	não	Conflito com proprietários
54230.004084/2006-70	18	MARMORA E BOA HORA	Alto Alegre	CCN/SMDH	10/08/2006	auto-reconhecimento	Conflito com proprietários
54.230.000428/2007-52	19	MATA VIRGEM	Codó	CPT/OAN	13/02/2007	não	Conflito com proprietários
54230.002551/2006-27	20	AMAPÁ DOS CATARINOS	Nina Rodrigues	CENEGRA	23/05/2006	não	Conflito de Invasão de Território com assentados/INCRA
54230.001441/2007-29	21	BURAGIR - ITAPECURU-MIRIM	Itapecuru-Mirim	STTR	11/04/2007	autodefinição	Conflito com proprietários
54.230.005587/2005-81	22	CAMPUTIA	Cajari	ACONERUQ/OAN	05/08/2005	auto-reconhecimento	Conflito com proprietários
54230.001141/2006-69	23	CIPOAL DOS PRETOS	Codó	CPT/OAN	13/03/2006	auto-reconhecimento	Conflito com proprietários
54230.003911/2005-27	24	GAPO	Penalva	CCN/MIQCB	13/06/2005	não	Conflito com proprietários
54230.004073/2006-90	25	JACAREZINHO	São João do Soter	ACONERUQ	10/08/2006	auto-reconhecimento	Conflito com proprietários
54.230.002866/2007-55	26	SANTALUZIA	Santa Rita	ACONERUQ	20/08/2007	autodefinição	Conflito com proprietários
54230.000437/2007-43	27	JUSSATUBA	São José de Ribamar	ACONERUQ	12/07/2007	auto-reconhecimento	Conflito de Invasão de território
54.230.000217/2006-39	28	PEIXES	Colinas	CONSEAMPF/MPE	18/01/2006	autodefinição	Conflito com proprietários
54230.005829/2009-61	29	ESTIVAS DOS MAFRAS	Mirinzal	ACONERUQ	05/11/2009	autodefinição	Conflito com proprietários
54230.005532/2006-52	30	ESTIVAS DOS COTÓS	Presidente Vargas	MPF/OAN	02/10/2006	autodefinição	Conflito de Invasão de Território com assentados/INCRA
54.230.002023/2008-30	31	TANQUE DE VALENÇA	Matinha	COMUNIDADE	11/07/2008	não	Conflito com proprietários
54.230.003412/2005-39	32	SÃO ZACARIAS	São João do Soter	CPT	30/05/2005	auto-reconhecimento	Conflito com proprietários

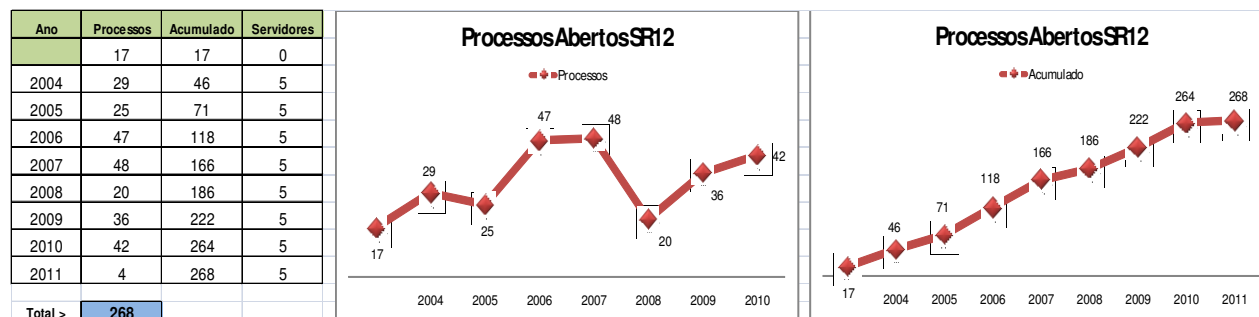
2. Dificuldades

As ações que apresentaram dificuldade de execução foram as relativas às áreas e conflito e conclusão de RTID e títulos, as vistorias e avaliação dos imóveis foram todas concluídas com êxito. Uma das principais dificuldades de cumprimentos das metas físicas estabelecidas neste exercício é o quadro de servidores lotados no Setor insuficiente e a grande demanda de processos autuados na Superintendência.

Outro aspecto que deve ser considerado é a grande demanda de ações judiciais e conflitos mediados pelo Setor responsável que são de caráter urgente e com prazo judicial estabelecido frente à equipe reduzida.

A Superintendência neste exercício contabilizou de 268 processos autuados para uma equipe de cinco (5) servidores.

Tabela XX – Processos Acumulados



Foram executados ainda, os trabalhos de mapeamento e identificação de áreas de roças de quilombos que estão ameaçados e vulneráveis pela situação de conflito como medida preventiva de resguardar os direitos territoriais dos quilombolas, mas nestes casos dever-se-ia providenciar o RTID.

As principais despesas para a execução das ações foram: pagamento de diárias referentes ao deslocamento das equipes técnicas para elaboração de relatórios técnicos, reuniões de mediação de conflito.

Entende-se que frente à grande demanda de processos autuados sob responsabilidade da Superintendência Regional do Maranhão-SR12 e, estes estando em sua maior parte em fase inicial, sem Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID iniciados, para o devido cumprimento da meta dever-se-á buscar alternativas de parcerias e estruturação física e de pessoal do serviço de regularização, estruturação física para atendimento da demanda de comunidades e principalmente, a designação de quadro de pessoal para o setor responsável e concurso público para lotação dos quadros de pessoal neste trabalho. Nas áreas previstas para elaboração e publicação de 04 Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação - RTIDs não foi possível a conclusão dos trabalhos devido a problemas de ordem processual-administrativa e peças técnicas inconclusas e que impossibilitaram o avanço do processo neste sentido.

No presente exercício o principal entrave para o andamento dos processos e cumprimento da metas propostas foi à impossibilidade de contratação de relatórios técnicos para composição dos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação – RTID. Essa medida tem grande importância em razão ainda, de resguardar comunidades quilombolas nos conflitos fundiários e ações possessórias por permitir a delimitação territorial, o que já está pacificado no INCRA. Atualmente o entendimento jurídico que prevalece é a possibilidade de terceirização de peças técnicas como os relatórios antropológicos.

Além da impossibilidade de contratação de relatório técnico, outra questão percebida como entrave ao cumprimento da meta apontada foi à insuficiência de quadro de pessoal para atendimento e gestão das ações sob responsabilidade da Superintendência, sendo necessário à estruturação do serviço de regularização fundiária para melhor atendimento das demandas.

2.3.6.2 Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Indenizar terras e benfeitorias dos territórios reconhecidos, demarcados e titulados em nome das comunidades remanescentes de quilombos.

Descrição: Pagamento de Indenização aos Ocupantes das Terras Reconhecidas Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes dos Quilombos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Sub função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	1336	0859	A	3	ha	16.726,0975	13.411,0457	80,18%	10.400,00

Fonte:: LOA 2010, PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2010 e Módulo de Monitoramento e Avaliação do SIR, 2010

Obs: A meta 2011 é estimada, pois os perímetros não estão definidos e podem sofrer alteração no quantitativo de área.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
0	5.300.707,04	5.300.707,04	100,00	1.340.226,96	25,26	1.340.226,96	25,26

Fonte: SIAFI, 2010 e Caderno de Metas 2010.

A Superintendência Regional providenciou o empenho de todos os valores relativos ao pagamento de indenização dos 11 imóveis inseridos nos limites dos territórios quilombolas decretados em 2009.

Tem-se quatro processos com ação ajuizada aguardando a manifestação da Justiça, os 5 processos estão com empenho feitos aguardando a liberação do financeiro. Destes um único processo não prosseguiu pela necessidade de correção do laudo de vistoria e avaliação.

Segue abaixo a relação dos imóveis e valores de cada processo;

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL:	Maranhão - SR/12	DATA:	26/08/2010						
MUNICÍPIO:	Itapecuru Mirim	UF:	MA						
COMUNIDADE:	Santa Maria dos Pretos	Nº DE FAMÍLIAS:	352						
ÁREA TOTAL:	5.584,1620 ha	DATA DO DECRETO DE DESAPROPRIAÇÃO:	20/11/2009						
ÁREA TOTAL CONJ. AVALIAÇÃO:	1.395,0000 ha	APLICABILIDADE DOS RECURSOS:	Território da Cidadania						
TOTAL DO CONJUNTO AVALIAÇÃO:	R\$ 808.782,78	TOTAL DESCENTRALIZADO:	R\$ 808.782,78						
RELAÇÃO DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS E BENFEITORIAS DOS OCUPANTES NÃO QUILOMBOLAS									
PROCESSO	OCUPANTE	FAZENDA	ÁREA OCUPADA (ha)	VTN/R\$	BENFEITORIA / R\$	TOTAL DO IMÓVEL / R\$	OBSERVAÇÕES	DATA DA DESCENT.	DATA DO EMPENHO
54230.004517/2007-78*	Antônio Figueiredo de A. e Silva	Faz. São Lucas	950	540.559,50	117.587,24	549.943,99	Encaminhado à DA em 26/08/2010. Ação Ajuizada	30/08/2010	27/09/2010
54230.004510/2007-56*	Eugênio Rodrigues Oliveira	Faz. Mandioca I	400	257.952,00	0,00	227.302,50	Encaminhado à DA em 26/08/2010. Ação Ajuizada	31/08/2010	27/09/2010
54230.004516/2007-23*	Evaristo Santos P. Cardoso	Faz. Mandioca II	45	33.232,95	0,00	31.536,29	Encaminhado à DA em 26/08/2010. Ação Ajuizada	31/08/2010	27/09/2010
			1395		TOTAL	808.782,78			

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL:	Maranhão - SR/12	DATA:	26/08/2010						
MUNICÍPIO:	Codó	UF:	MA						
COMUNIDADE:	Santa Joana	Nº DE FAMÍLIAS:	18						
ÁREA TOTAL:	1.196,8424	DATA DO DECRETO DE DESAPROPRIAÇÃO:	20/11/2009						
ÁREA TOTAL CONJ. AVALIAÇÃO:	1.158,1461	APLICABILIDADE DOS RECURSOS:	Território da Cidadania						
TOTAL DO CONJUNTO AVALIAÇÃO:	R\$ 289.631,47	TOTAL DESCENTRALIZADO:	R\$ 289.631,47						
RELAÇÃO DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS E BENFEITORIAS DOS OCUPANTES NÃO QUILOMBOLAS									
PROCESSO	OCUPANTE	FAZENDA	ÁREA OCUPADA (ha)	VTN/R\$	BENFEITORIA / R\$	TOTAL DO IMÓVEL / R\$	OBSERVAÇÕES	DATA DA DESCENT.	DATA DO EMPENHO
54230.005852/2006-11	Itapecuru Agroindustrial	Santa Joana	1,158.15	381.840.76	0.00	289.631,47	Encaminhado à DA em 26/08/2010. Ação Ajuizada	30/08/2010	27/09/2010
			1158,1461		TOTAL	289.631,47			

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL:	Maranhão - SR/12	DATA:	10/12/2010						
MUNICÍPIO:	Curupuru e Mirinzal	UF:	MA						
COMUNIDADE:	Aliança e Santa Joana	Nº DE FAMÍLIAS:							
ÁREA TOTAL:	7.741.6035	DATA DO DECRETO DE DESAPROPRIAÇÃO:	20/11/2009						
ÁREA TOTAL CONJ. AVALIAÇÃO:		APLICABILIDADE DOS RECURSOS:	Território da Cidadania						
TOTAL DO CONJUNTO AVALIAÇÃO:		TOTAL DESCENTRALIZADO:	R\$ 2.702.347,70						
RELAÇÃO DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS E BENFEITORIAS DOS OCUPANTES NÃO QUILOMBOLAS									
PROCESSO	OCUPANTE	FAZENDA	ÁREA OCUPADA (ha)	VTN/R\$	BENFEITORIA / R\$	TOTAL DO IMÓVEL / R\$	OBSERVAÇÕES	DATA DA DESCENT.	DATA DO EMPENHO
54230.010235/2010-13	Tomaz Melo Cruz	Aliança Bahia	7.741.60	2.559.862.70	278.498.86	2.878.361.50	Encaminhado à DA em 11/11/2010.		27/09/2010
			7741.6035		TOTAL	2.878.361.50			
						5.306.665,08	Valor a ser descentralizado com desconto de passivo ambiental		

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL:	Maranhão - SR/12	DATA:	16/09/2010						
MUNICÍPIO:	Vargem Grande	UF:	MA						
COMUNIDADE:	São Francisco Malaquias	Nº DE FAMÍLIAS:	28						
ÁREA TOTAL:	1.089,0918	DATA DO DECRETO DE DESAPROPRIAÇÃO:	27/11/2009						
ÁREA TOTAL CONJ. AVALIAÇÃO:	625,5662	APLICABILIDADE DOS RECURSOS:	Território da Cidadania						
TOTAL DO CONJUNTO AVALIAÇÃO:	R\$ 247.770,75	TOTAL DESCENTRALIZADO:	R\$ 247.770,75						
RELAÇÃO DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS E BENFEITORIAS DOS OCUPANTES NÃO QUILOMBOLAS									
PROCESSO	OCUPANTE	FAZENDA	ÁREA OCUPADA (ha)	VTN/R\$	BENFEITORIA / R\$	TOTAL DO IMÓVEL / R\$	OBSERVAÇÕES	DATA DA DESCENT.	DATA DO EMPENHO
54230.000862/2009-02	Antônio Rodrigues Dias	Faz. Canafistula	1,158.15	191.529.60	116.876.77	247.770,75	Encaminhado à DA em 16/09/2010. Ação Ajuizada	05/10/2010	08/11/2010
			1158,1461		TOTAL	247.770,75			

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL:	Maranhão - SR/12	DATA:	26/08/2010						
MUNICÍPIO:	Itapecuru Mirim	UF:	MA						
COMUNIDADE:	Mata de São Benedito	Nº DE FAMÍLIAS:							
ÁREA TOTAL:	1114,3978 ha	DATA DO DECRETO DE DESAPROPRIAÇÃO:	20/11/2009						
ÁREA TOTAL CONJ. AVALIAÇÃO:	ha	APLICABILIDADE DOS RECURSOS:	Território da Cidadania						
TOTAL DO CONJUNTO AVALIAÇÃO:		TOTAL DESCENTRALIZADO:	R\$ 1.258,132.38						
RELAÇÃO DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS E BENFEITORIAS DOS OCUPANTES NÃO QUILOMBOLAS									
PROCESSO	OCUPANTE	FAZENDA	ÁREA OCUPADA (ha)	VTN/R\$	BENFEITORIA / R\$	TOTAL DO IMÓVEL / R\$	OBSERVAÇÕES	DATA DA DESCENT.	DATA DO EMPENHO
54.230.002830/2007-71	Moisés Antonio Soares	Chácara Phoenix	35,000			210.533,49	Encaminhado à DA em xx/11/2010.	09/12/2010	
54.230.002805/2007-32	Cláudio Felipe Rocha de Queiroz	Fazenda C. Felipe	52,600			301.295,12	Encaminhado à DA em xx/11/2010.	09/12/2010	
54.230.002806/2007-32	Iracema Monteiro da Silva	Gleba Bebedouro	1670,550			352.196,10	Encaminhado à DA em xx/11/2010.	09/12/2010	
54.230.002807/2007-87	Joaquim Lourenço Pereira Gonçalves	Fazenda N. S. da Conceição	200,000			394.107,67	Encaminhado à DA em xx/11/2010.	09/12/2010	
			1958,150	0,000	0,000	1.258,132,38			
* Do valor total do imóvel foi deduzido o custo do passivo ambiental.									
					TOTAL	1.258.132,38			

VALOR TOTAL DE DESAPROPRIAÇÃO NO MARANHÃO							5,306,665.08
---	--	--	--	--	--	--	--------------

2.3.7 Programa 1350 – Educação no Campo

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁷

⁷ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.7.1 Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar, alfabetizar, escolarizar jovens e adultos assentados pela reforma agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo na idade própria, mediante a utilização de metodologias específicas para o campo, dando-lhes condições de domínio da leitura e da escrita, além de conhecimentos básicos sobre sociedade e desenvolvimento sustentável, de forma a permitir a sua inserção social.

Descrição: Capacitação, alfabetização e escolarização para jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo em idade regular, "considerando as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho", utilizando metodologias específicas que considerem o contexto sócio-ambiental e a diversidade cultural do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ofertar capacitação de educadores, para atuarem nas escolas dos assentamentos, e coordenadores locais, que agem como multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias. Articular apoio à melhoria da infraestrutura das escolas dos assentamentos na perspectiva de que sejam estruturadas com instalações físicas apropriadas e adequadamente equipadas, inclusive com bibliotecas e acesso aos meios de comunicação e de informática.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida do Santos

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	366	1350	4474	A	3	Trab. Rural escolarizado	2000	1120	56%	2120

Fonte:: LOA 2010, PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2010 e Módulo de Monitoramento e Avaliação do SIR, 2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
2.000.000,00	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI, 2010 e Caderno de Metas 2010.

Durante o exercício de 2010 o PRONERA possibilitou a 1.120 (um mil cento e vinte) jovens e adultos do campo o acesso a educação formal nos anos iniciais do ensino fundamental, através da modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Os impasses de ordem legal que impediram o alcance das metas previstas para 2009, descritas no Relatório anterior, persistiram durante todo o exercício de 2010, dificultando sobremaneira a realização de novos convênios.

Apenas em 14/12/2010, final do exercício, foi publicada decisão favorável ao recurso interposto pelo INCRA, através do Acórdão 3.269/2010, que revisou aspectos do Acórdão nº 2.653/08 (sessão: 19/11/2008) possibilitando a realização do instrumento jurídico Convênio para as parcerias do Pronera, através do qual a maioria dos cursos do segmento EJA eram operacionalizados.

Além do referido Acórdão, destaque-se como medida que vem a fortalecer o Programa a publicação do Decreto nº 7.352/2010 que estabelece novo marco legal e regulamentar ao PRONERA.

Extrapolando as questões jurídicas, citamos como grande dificuldade o corte orçamentário que reduziu drasticamente os recursos destinados ao pagamento de novas parcelas e mesmo daquelas já programadas. Cabe informar ainda que o valor de R\$ 527.440,0 (quinhentos e vinte e sete mil, quatrocentos e quarenta reais), pago no exercício de 2010, corresponde a recurso já empenhado em 2009 e inscrito em restos a pagar.

Por fim, ressaltamos que a oferta de alfabetização e ensino fundamental às áreas de Reforma Agrária constitui-se uma importante política de universalização da educação escolar básica no estado do Maranhão. Reafirma-se ainda a relevância do Pronera e seu compromisso com a escolarização e capacitação de professores e a parceria com Instituições públicas de ensino, primando-se pela oferta de educação pública e de qualidade.

2.3.7.2 Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social

2.3.7.3

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar profissionais egressos das ciências agrárias e de áreas afins a Reforma Agrária, à prestação de uma nova concepção de assistência técnica e social, direcionada para uma matriz tecnológica ambientalmente sustentável e condizente com as peculiaridades dos assentamentos de Reforma Agrária. Propiciar para os alunos dos cursos profissionalizantes de nível médio e superior do PRONERA, bolsa de estudo e/ou estágio para atuarem junto as equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, na perspectiva de estimular o processo de aproximação entre a educação e trabalho e do aluno reafirmar o envolvimento com sua comunidade, desenvolvendo atividades de reflexão, problematização e intervenção, reforçando a relação escola-comunidade.

Descrição: Profissionais egressos dos cursos de ciências agrárias de outras áreas afins a Reforma Agrária, participarão de Especialização *lato sensu*, em regime de alternância e receberão bolsa, para atuarem nos assentamentos de Reforma Agrária, garantindo o permanente espaço de reflexão e orientação dessas práticas para a promoção do desenvolvimento sustentável do campo. Os jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária, matriculados nos cursos profissionalizantes de nível médio e superior, ofertados pelo PRONERA, no ultimo período, receberão bolsa de estudo/estágio para atuarem junto às equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, onde realizarão os estágios curriculares obrigatórios e desenvolverão ações de assistência técnica produtiva, social, ambiental e pedagógica. O processo de formação pelo qual estes jovens passarão contribuirá para um imprescindível processo de produção de novos conhecimentos necessários à mudança do modelo de desenvolvimento e para criação de uma nova matriz tecnológica, baseada nos princípios da agroecologia e do desenvolvimento sustentável.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

A UJ não desenvolveu nenhuma atividade nesta ação.

2.3.7.3 Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar e formar profissionais de nível médio e de nível superior em cursos de graduação e pós-graduação, em diferentes áreas do conhecimento, de modo a atender a demanda por profissionais com formação e titulação adequados às características e aos desafios da realidade do campo, de administrar e organizar a produção agropecuária, de associações e de cooperativas, valorizando a identidade sociopolítica e cultural dos alunos e articulando os conhecimentos científicos e os saberes sociais produzidos no contexto em que estão inseridos, com vistas à melhoria da qualidade de vida nos assentamentos

Descrição: Capacitação e formação profissional mediante a oferta de cursos de nível médio e de nível superior de graduação e/ou pós-graduação, por meio de metodologias específicas que considerem o contexto socioambiental e as diversidades culturais do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ampliar a formação de educadores das áreas de Reforma Agrária, com oferta de cursos de licenciaturas e pedagogia. Promover o diálogo e a pesquisa científica entre as comunidades assentadas e as universidades.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	363	1350	8370	A	3	Profissional formado	725	640	74,48%	560

Fonte:: LOA 2010, PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2010 e Módulo de Monitoramento e Avaliação do SIR, 2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
3.608.001,00	913.302,94	913.302,94	100%	913.302,94	100%	913.302,94	100%

Fonte: SIAFI, 2010 e Caderno de Metas 2010

Cursos de nível médio, profissionalizante e superior são firmados com o objetivo maior de disponibilizar, nas áreas de assentamento, recursos humanos capazes de alavancar o desenvolvimento sustentável das comunidades.

No ano de 2010, através do Convênio INCRA/FUNCEMA/IFMA-CRT/MA nº 23.000/07, dos 540 (quinhentos e quarenta) jovens e adultos que acessaram o curso Técnico em Agropecuária, 426 (quatrocentos e vinte e seis) colaram grau e foram certificados.

Nesta ação, tivemos ainda a continuidade do curso superior em Pedagogia da Terra, com meta física de 100 (cem) alunos de diversos municípios deste estado e cuja execução financeira-orçamentária ocorre diretamente do INCRA-Sede, já que o curso é operacionalizado através de Destaque Orçamentário.

Também por destaque orçamentário INCRA/UFMA deveria ter iniciado um segundo curso superior em Pedagogia da Terra, para o qual 100(cem) educandos já foram selecionados por processo seletivo vestibular. Restrições financeiro-orçamentárias e mais recentemente a necessidade de ajustes no orçamento apresentado e ainda questionamentos quanto às disciplinas da estrutura curricular, vem se constituindo impeditivo para a assinatura do referido Termo de Cooperação.

2.3.7.4 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da

informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	1350	2272	A	3	-	-	-	-	-

Fonte:: LOA 2010, PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2010 e Módulo de Monitoramento e Avaliação do SIR, 2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
50.000,00	78.699,00	59.583,94	75%	49.432,21	62,81%	49.432,21	62,81%

Fonte: SIAFI, 2010 e Caderno de Metas 2010

Informamos que parte dos recursos destinados a gestão administrativa do Programa, especificamente os valores destinados a material de consumo, outros serviços de terceiros - pessoa física e jurídica, foram utilizados em outras ações desta Superintendência Regional.

Apontamos ainda a realização do IV Seminário Nacional do Pronera, em Brasília, que veio a consumir valor significativo dos recursos liquidados na rubrica Diárias, Passagens e Locomoção de servidores e representantes das Instituições parceiras do PRONERA.

2.3.8 Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁸

⁸ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.8.1 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prestar assessoria técnica, social e ambiental para as famílias beneficiárias da reforma agrária, de forma integral e continuada, desde a implantação do projeto de assentamento, tornando os unidades de produção estruturadas inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas ao mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional. Elaborar Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) ou Plano de Recuperação do Assentamento (PRA). Capacitar os assentados e suas organizações, visando possibilitar a apropriação dos conhecimentos e das tecnologias e o desenvolvimento de habilidades que potencializem o processo de transição para agricultura de base ecológica, considerando sempre as demandas locais e regionais.

Descrição: Assessoramento técnico, social e ambiental aos assentados, desde a implantação do projeto de assentamento, de forma a fomentar as práticas sócio-ambientais sustentáveis e os espaços e condições de inclusão para os segmentos de gênero, raça e etnia, da seguinte forma: a) assessoramento na elaboração e no aperfeiçoamento do plano de desenvolvimento dos assentamentos, assim como dos projetos produtivos, sociais e estruturantes dele decorrentes, resgatando-se as potencialidades e os valores sócio-culturais das comunidades; b) identificação e difusão de informações estratégicas para os assentamentos no campo mercadológico e das tecnologias apropriadas; c) definição de modelo de auto-sustentação, de comercialização e de exploração agropecuária, extrativista, agroindustrial, organização espacial e infra-estrutura; e d) assessoramento na elaboração e acompanhamento de projetos de economia solidária e na formação na de redes.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	606	1427	4470	A	3	Famílias assistidas	5.959	12.104	202,95	13.862

Fonte: Caderno de Metas/Decreto 7144/2010; Relatório de Monitoramento 2010; Relatório de Capacidade Declarada 2011

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
3.416.186,00	7.145.874,74	7.145.874,74	100	2.234.966,69	100	2.234.966,69	0,31

Fonte: Caderno de Metas/Decreto 7144/2010; Relatório de Execução Financeira (SIAFI) 2010

Para o exercício de 2010 a ação *Assistência Técnica e Capacitação de Assentados*, no âmbito da jurisdição da Superintendência Regional do Maranhão, em áreas dentro e fora dos Territórios da Cidadania, teve Programação Orçamentária com previsão de R\$ 9.838.963 para atender o total de 17.152 famílias. Porém, essa programação sofreu redução de 34,72%, determinado pelo Decreto nº 7144/2010, resultando em um orçamentário de R\$ 3.416.186,00 para uma meta física de 5.959 famílias.

Tal redução viria comprometer em aproximadamente 50% a continuidade de execução do serviço em andamento, pois a meta para 2010 seria dar continuidade a ação por meio dos convênios plurianuais celebrados. Como providência para saneamento do possível problema, esta UJ reclamou o orçamentário, sendo então descentralizado o necessário para a continuidade de atendimento a 12.104 famílias.

No que diz respeito a execução orçamentário-financeiro, observa-se que apesar de empenhos liquidados não houve total cumprimento com relação aos pagamentos, pois o ano de 2010 foi marcado pela indisponibilidade financeira, sendo inscrito em restos a pagar os saldos de empenhos emitidos.

A partir da perspectiva demonstrada entre Execução Física e Execução Físico-orçamentário, pode-se apresentar a seguinte avaliação, considerando os pontos elencados:

1. Execução Financeiro-orçamentário:

a) Principais resultados

Embora a ação tenha sofrido cortes no orçamentário, a UJ teve cumprimento de meta, considerando a continuidade, no ano de 2010, aos instrumentos firmados, atendendo 100 projetos de assentamentos em quatro territórios da cidadania.

A garantia de serviço às famílias assentadas garantiu a implementação das ações iniciadas no exercício anterior, além de possibilitar o sistemático acompanhamento às famílias na perspectiva de estruturar as unidades de produção e fortalecer a organização sócio-institucional dos assentamentos de reforma agrária contemplados.

Decorrentes da disponibilidade dessa ação às famílias assentadas têm-se os seguintes resultados, ainda que incipientes, porém de grande significância para o desenvolvimento dos projetos de assentamentos:

1. Elaboração de 16 Planos de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) e 10 Planos de Recuperação do Assentamento (PRA);
2. Fomento a comercialização por meio de promoção de feiras da agricultura familiar, visando a inserção mercadológica a partir dos princípios da economia solidária;
3. Acesso a crédito produtivo (PRONAF) por meio de elaboração de projetos técnicos e sua respectiva implantação e acompanhamento;
4. Assessoria técnica e acompanhamento às famílias na aplicação do crédito instalação, modalidade Apoio, a partir do fomento às atividades de produção agropecuária e gestão de recurso;
5. Incentivo ao resgate e fortalecimento das potencialidades e dos valores socioculturais;
6. Organização dos sistemas produtivos, potencializando os recursos e saberes locais.

b) Principais problemas

O desembolso a destempo do cronograma às convenientes parceiras na execução da ação, tem permanecido como um problema.

Apesar dos empenhos terem sido realizados em tempo considerado adequado, a descentralização do financeiro para a UJ ocorreu com atraso, causando consequentemente descompasso na liberação das parcelas, ocorrendo interrupções no serviço de assessoria, impactando, assim, diretamente no cumprimento das ações/atividades previstas no Plano de Trabalho, na insatisfação dos parceiros e, sobretudo na descontinuidade do acompanhamento sistemático às famílias dos assentamentos da reforma agrária.

A fim de corrigir os transtornos decorridos dos problemas apontados, a UJ, no decorrer do exercício, apresentou a instância descentralizadora dos recursos espelho financeiro relativos ao período de cada desembolso a fim de cumprir com os pagamentos, o que nem sempre foi possível ocorrer no prazo solicitado.

c) Contratações e parcerias

Os recursos geridos por essa UJ no exercício 2010 tiveram a finalidade de atender ao cumprimento do pactuado nos instrumentos firmados no exercício de 2008, por se tratar de convênios plurianuais pela característica ação continuada que é a *Assessoria Técnica e Capacitação de Assentados*.

Executar Assistência técnica e capacitação dos assentados por meio do Programa 1427 via parceria é de suma importância para viabilizar a ação, considerando que a UJ não dispõe de

capacidade operacional para execução direta com seu próprio corpo técnico. Além de considerar que a parceria estabelecida favorece atendimento direto e proximidade com as famílias dos projetos de assentamento de forma permanente e continua na perspectiva de obtenção de resultados.

d) Transferências

Dado ao contingente de projetos de assentamento no estado, determinadas regiões concentram mais ou menos quantitativos de famílias a assistir com a ação. Sob esse aspecto e critério temos convênios celebrados proporcionalmente ao número de famílias distribuídas nas regiões, o que resulta em repasses também bastante distintos entre cada instrumento.

2. Execução Física e Financeira

a) Cumprimento das metas físicas

Embora tenha alcançado 202,95% no cumprimento da meta física (12.104 famílias assistidas), em relação ao contingente de famílias beneficiárias da reforma agrária, sob a responsabilidade dessa UJ, ainda é pouco significativo. A universalização da Assessoria Técnica e Capacitação de Assentados aos projetos de assentamentos do Maranhão têm se tornado cada vez mais distante, pois a cada ano depara-se com a insuficiência orçamentária, além dessa UJ contar com um grande déficit de servidores para operacionalizar a ação.

b) Ações que apresentaram problemas de execução

A liberação de recursos orçamentários e financeiros fora dos prazos previstos foi problema marcante na execução da Assistência Técnica e Capacitação de Assentados no exercício de 2010.

c) Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas

Não houve dificuldade em superar a meta estabelecida na PO 2010, uma vez que foi apenas dada continuidade a execução da assessoria técnica iniciada em 2008 para 100 projetos de assentamentos, totalizando o universo de 12.104.

2.3.8.2 Ação 2272 - Gestão do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e

administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	1427	2272	A	3	R\$	294.284,00	345.391,42	117,36	269.030,00

Fonte: Caderno de Metas/Decreto7144/2010; Relatório de Monitoramento 2010; Relatório de Capacidade Declarada 2011

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
294.284,00	384.113,75	377.062,23	98	377.062,23	98	345.391,42	2,55

Fonte: Caderno de Metas/Decreto7144/2010; Relatório de Execução Financeira (SIAFI)2010

a) Principais resultados

Com a garantia de recurso para gestão do programa tornou-se possível garantir diárias aos servidores, apoio ao pagamento de locação de 01 viatura e suprimento para material de consumo e serviços de terceiros necessários a execução da programação de acompanhamento aos convênios.

Foi possível no ano de 2010 realizar acompanhamento a 84 projetos de assentamentos em 17 viagens, contemplando todos os convênios em execução.

b) Principais Problemas

O uso do recurso de Gestão desse Programa sofreu influencia de demandas de outras ações da Divisão de Desenvolvimento desta UJ, não tendo exclusividade de uso para as atividades próprias dele. Apesar de em 2010 ter havido maior controle pelo setor de Planejamento e Finanças

na indicação de empenho relativo ao orçamentário descentralizado, ainda ocorreu pagamento de diárias de servidores desvinculados a ação.

c) Contratações e Parcerias

Não houve contratações ou parcerias na utilização da ação. A locação da viatura mencionada anteriormente se deu por meio de contrato firmado pela Administração da UJ, sendo utilizado financeiro do Programa para efetuar pagamento relativo a uma viatura por um determinado período.

d) Transferências

Não se aplica.

2.3.9 Programa 0750 – Apoio Administrativo

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁹

⁹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.9.1 Ação 2000 - Administração da Unidade

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Descrição: A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.

Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Maria do Socorro Freire de Oliveira e Superintendentes Regionais.

Unidades executoras: Superintendências Regionais e INCRA-SEDE

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	0750	2000	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Caderno de Metas/Decreto 7144/2010; Relatório de Monitoramento 2010; Relatório de Capacidade Declarada 2011

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho Liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
3.100.000,00	4.471.366,25	4.463.137,61	99,82	3.654.868,98	81,74	3.636.590,35	81,33

Fonte: SIAFI Gerencial 2010 e Caderno de Metas PO/2010

Principais Avanços

A Divisão Administrativa obteve melhores resultados nas ações de apoio administrativos para as demais áreas afins, buscando sempre a primazia da eficiência e responsabilidade, maior zelo, com os recursos públicos, visando sempre um melhor desempenho e cumprindo o planejamento traçado com a realização de processos licitatórios através da modalidade de pregão eletrônico, e a conseqüente diminuição das compras e serviços diretos (Dispensas de Licitações), fazendo somente o estritamente necessário e indispensável. Cumprindo com seu principal objetivo, qual seja, manter o pleno funcionamento da Superintendência e suas Unidades Avançadas Jurisdicionadas dando apoio administrativo às áreas operacionais, firmando e mantendo contratos de terceirização de serviços auxiliares administrativo como limpeza e conservação de imóveis, locação de central telefônica e manutenção de rede de informática tecnologia da informação, vigilância armada, serviço de digitação, locação de máquina reprográfica, despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins). Como também, a contratação de empresa especializada em rastreamento de veículo da nossa frota. A manutenção das funcionalidades desta Superintendência foi obtida através de aplicação de recurso de financeiros, materiais e a dedicação dos poucos servidores que trabalham nesses setores.

Visando um melhor controle e localização de nossos documentos e processos, foi criado o arquivo específico da Divisão de Desenvolvimento, tendo em vista que é um setor bastante demandado pelos órgãos de controle internos e externo, como TCU e CGU, onde atingimos o objetivo pretendido. E já fizemos a Programação Orçamentária para o Exercício de 2011, no sentido de ampliar e melhorar o arquivo geral da Superintendência, buscando sempre preservar o patrimônio da Instituição.

Buscando dar maior segurança aos nossos servidores e visando dar maior agilidade as informações solicitadas pelos usuários de nossos serviços, principalmente os trabalhadores e trabalhadoras rurais, informatizamos o setor de identificação na entrada do prédio.

Principais Problemas

O avançado tempo de existência do prédio da sede do Incra-Ma e a falta de recursos para uma reforma geral no edifício, trazem uma série de problemas estruturais e de instalações, como goteiras, infiltrações e queda de reboco, congestionamento da rede de informática e saturação da rede elétrica. Além disso, a infestação de cupins por lado destrói móveis e instalações de madeira e aglomerados, ocasionando a perda de vários bens.

Observamos uma carência de servidores qualificados nas áreas de administração, finanças, planejamento, convênios e principalmente licitação, culminando com falta de interesse dos próprios servidores para capacitarem-se nessas áreas. Acredita-se que o desinteresse por parte dos servidores nessas áreas se dá pela falta retorno financeiro seja de forma direta, como gratificações e adicionais ou de forma indireta.

Também podemos destacar uma redução no quadro de funcionários provocada pela saída de servidores, principalmente os aprovados nos últimos concursos, uns por motivo de remoção para suas cidades natal, outros pelas aprovações em outros concursos.

Destacamos ainda, a falta de regularidade nas descentralizações de recursos para o cumprimento das obrigações contratuais, fato que causou atrasos de até três meses para adimplementos dos serviços prestados.

Principais Contratações

- Podemos destacar, a Adesão a ata do rastreamento de veículos, (via Satelite/Gps), visando dar maior segurança aos servidores que vão a campo, salvaguardar o Patrimônio Público, no caso, as viaturas, como também, agora, temos condições de monitorar a distancia, cada veiculo que sai da Sede/unidades Avançadas para fazer trabalho de campo, visando sempre o fiel cumprimento das ordens de serviços e a efetivação do cumprimento das Metas relacionadas nos PCDs.
- A abertura do processo licitatório para Reforma do prédio desta SR, com construção de rampas de acessibilidade, e de uma sala para o arquivamento geral de todas as divisões, como também o sistema de combate a incêndio, visando inclusive, agilizar as solicitações de processos pelos Órgãos de Controles Internos/Externos.

- Aquisição de um caminhão Baú, para facilitar a entrega de cestas básicas às famílias carentes.
- Realização de vários pregões eletrônicos, para aquisição de material de consumo, contratação de 14 motoristas para esta Superintendência, contratação de empresa com a prestação de serviços de locação de 22 impressoras, para abastecer os diversos setores/divisão; contratação de empresa para compra de passagens; contratação de empresa especializada em vigilância, contratação de empresa para fornecimento de combustível; melhoramento do acesso para entrada do ônibus/caminhão; contratação de empresa para fornecimento de água/café/açúcar; Adaptação de salas para o Serviço de Quilombolas, meio ambiente, salas para instalações de CPAD, sala para Delegacia Agrária.

Essas contratações melhoraram as condições de trabalho dos setores contemplados com aplicação racional dos recursos, de forma que os resultados alcançados foram coincidentes com os fins almejados pelo interesse público, contribuindo para aumentar a agilidade e flexibilidade os trabalhos, aumentando assim, a qualidade das atividades desenvolvidas por este Órgão.

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa

2.4.1.1 Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
INCRA	49201	373001

Fonte: SIAFI

2.4.1.2 Programação de Despesas Correntes.¹⁰

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total			0	0	0	0	0	0

Fonte:

¹⁰ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

2.4.1.3 Programação de Despesas de Capital.¹¹

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total			0	0	0	0	0	0

¹¹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

2.4.1.4 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência.¹²

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total			0	0	0	0	0	0

Fonte:

¹² Não se aplica à natureza jurídica da UJ

2.4.1.5 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	373001	09272008901810001	13.688,28		
			21122013522720001			267.057,16
			21122013722720001			2.149.208,84
			21122013822720001			627.402,03
			21122075020000001	214.444,61		4.416.923,44
			21122112043040001			59.123,12
			21122135022720001			82.590,95
			21122142722720001			463.445,36
			21125013821050001			90.120,00
			21127013821100001			34.254,00
			21127013844260001			203.716,43
			21127013883780001			423.620,00
			21127133616420001			172.540,46
			21128013945720001			143.606,42
			21183112042840001			15.930,00
			21363135083700001			913.302,94
			21606142744700001			7.145.874,74
			21631013583740001			954.133,54
			21631013583840001			508.396,84
			21631013583870001			1.097.760,62
			21631013710YN0001			280.800,00
			2163101372B060001			283.263,86
			21631013743580001			237.769,67
			21631013783980001			832.309,21
			21631112021090001			229.624,00
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	373001	21122013522720001	163.390,00		
			21122013822720001	29.043,40		
			21122013912TR0021	129.889,00		
			21122075020000001	63.527,98		
			21631013544600001		1.983.078,56	
			21631013704270001		163.764.800,00	

			2163101372B060001	2.863.819,50		
			21631013783960001	21.778.354,39		
			21631133608590001		5.300.707,04	
			21691013743200021	199.998,40		
Movimentação	Concedidos					
Externa	Recebidos					

Fonte: SIAFI GERENCIAL 2010

2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação				
Convite	60.000,00	-	60.000,00	-
Tomada de Preços	1.425.978,11	1.678.651,78	1.087.627,30	1.131.119,98
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	6.956.473,77	4.716.597,50	2.522.955,03	3.636.721,06
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas				
Dispensa	302.890,13	202.476,25	302.890,13	202.476,25
Inexigibilidade	490.238,50	703.551,05	265.756,78	675.253,62
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	109.567,37	135.314,09	109.317,59	135.314,09
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	-	-	-	-
Diárias	3.258.026,27	3.774.606,39	3.258.026,27	3.774.606,39
Outras (não se aplica)	210.699.648,83	208.085.001,53	86.263.951,09	19.110.443,04

FONTE: SIAFI GERENCIAL E OPERACIONAL

2.4.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal								
13 - Obrigações Patronais	104.587,00	198.000,00	104.587,00	198.000,00	18.441,24	24.932,20	86.145,76	173.067,80
					-	-		
2 – Juros e Encargos da Dívida								
					-	-		
					-	-		
3- Outras Despesas Correntes								
14 - Diárias	3.258.026,27	3.774.606,39	3.258.026,27	3.774.606,39	-	-	3.258.026,27	3.774.606,39
30 - Material de Consumo	781.146,90	965.248,07	781.146,90	965.248,07	228.606,15	197.886,92	552.540,75	767.361,15
33 - Passagens e desp. com locomoção	1.587.707,10	1.700.584,72	1.587.707,10	1.700.584,72	339.286,40	307.030,65	1.248.420,70	1.393.554,07
36 - Serviços de Terceiros - PF	41.800,00	42.000,00	41.800,00	42.000,00	-	-	41.800,00	42.000,00
37 - Locação de mão-de-obra	1.835.299,83	2.705.257,17	1.835.299,83	2.705.257,17	408.708,71	569.846,95	1.426.591,12	2.135.410,22
39 - Serviços de Terceiros - PJ	5.703.227,41	2.731.384,24	5.703.227,41	2.731.384,24	4.285.287,02	1.037.285,38	1.417.940,39	1.694.098,86
41 - Contribuições	11.016.125,62	8.059.177,68	11.016.125,62	8.059.177,68	6.981.848,60	4.910.908,05	4.034.277,02	3.148.269,63
47 - Obrigações Tribut. E Contrib.	5.360,00	9.620,97	5.360,00	9.620,97	708,00	1.777,98	4.652,00	7.842,99
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	108.143,93	151.428,13	108.143,93	151.428,13	-	-	108.143,93	151.428,13
93 - Indenizações e Restituições	29.719,07	91.377,80	29.719,07	91.377,80	-	-	29.719,07	91.377,80

Fonte: SIAFI GERENCIAL

2.4.2.3. Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos								
41 - Contribuições (transferências)	34.314.286,00	24.842.172,29	34.314.286,00	24.842.172,29	7.677.351,30	19.361.258,87	6.636.934,70	.480.913,42
51 - Obras e Instalações	14.990,00	59.816,78	14.990,00	59.816,78	-	44.832,28	14.990,00	14.984,50
52 - Equip. e Mat. Permanente	239.272,40	173.505,82	239.272,40	173.505,82	193.765,00	-	45.507,40	173.505,82
					-	-		
5 - Inversões Financeiras								
61 - Aquisições de Imóveis	3.449.654,76	7.278.424,21	3.449.654,76	7.278.424,21	394.656,60	3.960.481,39	3.054.998,16	.317.942,82
66 - Concessões de Empréstimos e Financiamentos	158.088.400,00	163.348.800,00	158.088.400,00	163.348.800,00	9.150.600,00	160.502.400,00	68.937.800,00	2.846.400,00
					-	-		
					-	-		
6 - Amortização da Dívida								
					-	-		

Fonte: SIAFI GERENCIAL

2.4.2.4. Análise Crítica

- Um dos pontos fortes na gestão no exercício de 2010, foi a diminuição considerável de Dispensas de Licitação neste ano, em virtude de um melhor planejamento nos processos de compras efetuadas pela SR, como também, uma maior realização de licitação na modalidade de pregão eletrônico, visando sempre a busca da eficiência e o zelo pelo erário.
- Também podemos destacar, que o Incra/ma colocou rastreamento na sua frota de veículos, (via Satelite/Gps), visando dar maior segurança aos servidores que vão a campo, como também, agora, temos condições de monitorar a distancia, cada veiculo que sai da Sede/unidades Avanças para fazer trabalho de campo, visando sempre o fiel cumprimento das ordens de serviços e a efetivação do cumprimento das Metas relacionadas nos PCDs.
- Outro ponto que merece destaque foi a abertura do processo licitatório para Reforma do prédio desta SR, com construção de rampas de acessibilidade, e de uma sala para o arquivamento geral de todas as divisões, como também o sistema de combate a incêndio, visando inclusive, agilizar as solicitações de processos pelos Órgãos de Controles Internos/Externos.
- Foi implantado no âmbito desta SR, o sistema de identificação de pessoas que adentram as dependências da SR, buscando assim dar maior segurança aos servidores como também dar maior agilidade às informações solicitadas pelo público alvo.
- Maior agilização na elaboração dos processos licitatórios, buscando sempre a competitividade e concorrência para uma eficiência e transparência do serviço publico.
- Revezamento nas comissões de aplicações de créditos de instalação, em todas as suas modalidades, visando, preservar que as obras efetivamente cheguem ao público alvo da Reforma Agrária de forma eficiente.
- Criação de um grupo de trabalho através de portaria a qual está identificando em campo todos os projetos de assentamentos onde existe denuncias de indícios de má aplicação dos referidos processos.

- Criação da Delegacia Agrária, visando, dar cumprimento aos desmandos, por ventura detectados, nas ocupações irregulares nos Projetos de assentamentos do Incra/ma.
- Aquisição de um caminhão Baú, para facilitar a entrega de cestas básicas às famílias carentes.
- Aquisição de um ônibus equipados com computadores, mesas, internet, etc (cedido pelo MDA), atualmente incorporado ao Patrimônio do Incra/MA para atender de forma eficiente o Programa da Documentação da Mulher, em parceria com a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Maranhão, Ministério do Trabalho, INSS e CEF.
- Outro ponto que julgamos de fundamental importância para a boa aplicação dos créditos de instalação em todas as suas modalidades será a realização no período de 09 a 10/12/2010, de capacitação para os servidores envolvidos no procedimento de fiscalização e conseqüente aplicação de crédito instalação (apoio e material de construção), o qual será ministrado pela Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos Brasília/Sede.
- Aperfeiçoamento dos processos de aplicação de crédito, com a inclusão de dossiê fotográfico.
- Instalação de uma sala de vídeo conferência, visando dar maior comodidade na realização de palestras que envolvam outras SRs e a Sede/Brasília.
- Inclusão no orçamento 2011, a aquisição de 40 máquinas fotográficas com GPS, com vistas a assegurar a transparência na aplicação de crédito.

2.4.3. Indicadores Institucionais

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Ordenamento da Estrutura Fundiária								
Índice de Cadastramento de imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do Incra, no nível de agregação(ha) multiplicado por 100.	• Superfície ocupada por imóveis cadastrados – Disponíveis no SNCR. • Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha) – Conforme disponível em www.ibge.gov.br.	77,4
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de processos com análise de certificação finalizada[1] no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	• Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício – conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação Estaduais. • Número de processos de certificação protocolados no exercício – Conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação.	54,8
Índice de Regularização Fundiária	Indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos da Lei 11.952/2009, regulamentada pelo Decreto 6992/2009, IN 45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício[2], no nível de agregação) multiplicado por 100.	• Número de imóveis regularizados e titulados – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG. • Número de imóveis com processo de regularização fundiária iniciado – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.	1,4

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Obtenção de imóveis para Reforma Agrária e Implantação de Projetos de Assentamento								
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Reais/hectare	{valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício ^[3] , dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício}, no nível de agregação ^[4] .	- Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras – Gastos no Programa 135/ação 4460 – SIAFI e SIR. - Quantidade de terras obtidas no nível de agregação – Conforme a publicação do Decreto – SIR e SIPRA.	502,75 R\$/ha
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício ^[5] , no nível de agregação), multiplicado por 100.	- Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. - Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	462,5
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais ^[6] , no nível de agregação), multiplicado por 100.	- Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental em vigor – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. - Quantidade total de PA(s) federais – Sipra.	7,84

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à água para consumo doméstico[7]	Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente[8].	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Exercício	Porcentagem	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	• Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; • Quantidade total de famílias assentadas no exercício – Sipra.	8,66
Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo Incra[9], dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.	• Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA aprovado pelo INCRA – SIR • Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados – Sipra.	24,6
Índice de acesso a estradas transitáveis ou outras vias de transporte adequado ao escoamento da produção até as unidades produtivas	Expressa o acesso a estradas transitáveis ou outras vias de acesso adequado ao escoamento da produção no exercício, segundo o total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício, dividido pelo número total de famílias assentadas no exercício[10], no nível de agregação) multiplicada por 100.	• Número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício – Conforme avaliado pelas equipes de Assistência Técnica atuantes nos PA(s) e SIR. • Número total de famílias assentadas no exercício – Sipra.	

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício[11], no nível de agregação) multiplicada por 100.	• Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; • Número de famílias assentadas no exercício – Conforme constante do Sistema Sipra.	
Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Superintendência Regional/Brasil	Processo	Por exercício	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício – Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR	933

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	· Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica – Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR; · Número de famílias dos PA(s) – Conforme constante do Sistema Sipra.	9,85
Renda média das famílias (não obrigatório ou por amostragem) [15]	Expressa a renda gerada pelas famílias nas atividades produtivas.	Superintendência Regional	Processo	Ano Safra	Unidade monetária (reais)	Média do valor monetário gerado pelas atividades produtivas por família no nível de agregação.	· Valor monetário gerado pelas atividades produtivas – A ser obtido pelas Entidades de Prestação de Assistência Técnica em conformidade com a tabela constante do item 4 do Manual Operacional de ATEs (pagina 21) disponível em: http://www.incra.gov.br/arquivos/0003602026.pdf em 22/04/2008, ou norma que substituí-la.	Informação não Disponível
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	Superintendência/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	• Quantidade de parcelas supervisionadas – Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR. · Quantidade total de parcelas por nível de agregação – Sistema SIPRA/SIR.	0

Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados	Expressa o Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados conforme a definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Unidade	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no exercício no nível de agregação.	• Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no período – Conforme o Sistema Sipra e definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	4
---	---	----------------------------------	-----------	---------------	---------	---	---	----------

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de consolidação de assentamentos[16]	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE 09/2001 – Conforme constante do Sistema Sipra e apurado pela Assistência Técnica. Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA – Sipra.	0

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Gestão Administrativa								
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários no nível de agregação.) multiplicado por 100.	quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	24,3
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Horas/funcionário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	19,3
Índice de aprovação de Convênios	Expressa a capacidade de gestão de convênios firmados pela Autarquia, conforme IN 01/93 e lei 8.666.	Superintendência/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de convênios com status "aprovado" no exercício/Quantidade de convênios com status "comprovado" no exercício)multiplicado por 100.	SIAFI e SICONV	0

Índice de Qualidade de dados	Expressa a quantidade de inconformidades entre os registros eletrônicos e os dados que os deram origem.	Sistema/Superintendência/Diretoria/Brasil.	Resultado	Ano	Porcentagem	(Quantidade de inconformidades/Quantidade de registros analisados pela AUD conforme técnica amostral aplicada) multiplicada por 100.	· Quantidade de inconformidades – Informado pela AUD. · Quantidade de registros analisados – Informado pela AUD.	
------------------------------	---	--	-----------	-----	-------------	--	--	--

Observações:

[1] Inclui processos deferidos, indeferidos e em diligência. Porém, tem que se estabelecer um prazo para indeferir um processo, caso as providências necessárias não tenham sido efetivadas. Esta alteração foi aceita com a condição de que as SR mapeiem todo o passivo existente no decorrer do ano de 2010, sendo que, no Relatório de Gestão de 2011 o indicador voltará a ser aquele originalmente proposto (total de processos finalizados dividido pelo total de processos protocolados “e ainda não finalizados”).

[2] Incluir também convênios firmados com os estados e municípios.

[3] Não computar complementações de indenizações por acordo ou decisão judicial em geral, e nem áreas imitidas na posse ocorridas no ano.

[4] Utilizar o total de áreas “avaliadas” dos imóveis.

[5] As licenças contabilizadas neste item são LP, LI, LO, LIO ou Similares. Contabilizar somente uma Licença por assentamento e não contabilizar as renovações de licenças e outras licenças que não aquelas descritas.

[6] As licenças contabilizadas neste item são LP, LI, LO, LIO ou Similares. Contabilizar somente uma Licença por assentamento. As licenças “Similares” deverão ser explicitadas em Nota Técnica expedida pela área responsável por esta ação. Contabilizar em relação aos “Assentamentos Federais”, somente: PA (Projeto de Assentamento), PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável), PAE (Projeto de Assentamento Agroextrativista) e PAF (Projeto de Assentamento Florestal), assentamentos aos quais o INCRA tem a obrigação de licenciar. As licenças “Similares” deverão ser explicitadas em Nota Técnica expedida pela área responsável por esta ação.

[8] Há que se destacar nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há o provimento de água encanada, de poço ou de cisterna, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo.

[9] Contabilizar somente um assentamento por documento (PDA ou PRA).

[10] Há que se destacar nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há estradas transitáveis ou vias de acesso adequado ao escoamento da produção, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo.

[11] Há que se destaca nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há unidades habitacionais efetivamente construídas, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo. Esta alteração foi aceita com a condição de que a Diretoria de Desenvolvimento do INCRA apresente uma proposta concreta de mapeamento do passivo existente em relação a este item. A proposta deve conter informações sobre o percentual de lotes a serem verificados a cada ano, até o ano de 2012, sendo que, no Relatório de Gestão de 2012 o indicador voltará a ser aquele originalmente proposto (total de famílias com acesso a habitação dividido pelo total de lotes existentes). Nos anos de 2010 e 2011, também poderá ser efetuada análise amostral (apresentar proposta com o percentual a ser amostrado).

3. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

3.1 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2009	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2010
Razões e Justificativas: O INCRA/MA NÃO POSSUI MOVIMENTO NAS CONTAS 212111100, 212121100, 212131100, 212152200 E 212192200, E ASSIM NÃO POSSUI PASSIVOS RECONHECIDOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS					

Fonte: SIAFI GERENCIAL

4. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

4.1 Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	-	-	-	-
2008	8.377,76	-	7.334,00	1.043,76
2007	165.647,70	-	165.647,70	-

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	129.656.921,54	962.409,60	90.900.239,08	37.794.272,86
2008	71.264.956,64	1.612.252,42	60.458.214,50	9.194.489,72
2007	52.757.746,27	5.580.829,64	41.825.062,41	5.351.854,22
Observações: DECRETO Nº 7.418, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2010, Prorroga a validade dos restos a pagar não-processados inscritos nos exercícios financeiros de 2007, 2008 e 2009 até 30/04/2011				

Fonte: SIAFI OPERACIONAL 2008, 2009, 2010 e 2011 nas contas de compensação 1951 e 2951

4.2 Análise Crítica

Do total dos valores inscritos e executados em restos a pagar nos exercícios de 2009 e 2010, a maior parte refere-se a obras de infraestrutura em projetos de assentamentos, crédito instalação em suas diversas modalidades e serviços de assessoria técnica a famílias assentadas.

Registramos que os valores constantes na coluna “Saldo a Pagar em 31/12/2010” estão relacionados, em sua maioria, a problemas como: insuficiência de recursos financeiros, formalização dos convênios de infraestrutura no segundo semestre e execução plurianual dos convênios de assessoria técnica.

5. Informações sobre Recursos Humanos da unidade

5.1 Composição do quadro de servidores ativos

5.1.1 Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação Apurada em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo				
1.1 Membros de poder e agentes políticos				
1.2 Servidores de Carreira				
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão				
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório				
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas				
1.3 Servidores com Contratos Temporários				
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença			03	
1.4.1 Cedidos			03	
1.4.2 Removidos			06	
1.4.3 Licença remunerada				
1.4.4 Licença não remunerada				
2 Provimento de cargo em comissão				
2.1 Cargos Natureza Especial				
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior				
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão				
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas				
2.2.4 Sem vínculo				
2.2.5 Aposentado				
2.3 Funções gratificadas				
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão				
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas				
3 Total	0	0	12	0

Fonte: Setor de RH / Administração SR - 12

5.1.2 Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária - Situação Apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira					
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	01	01	03	01	
2. Provimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					01
2.3. Funções gratificadas		01			

Fonte: Setor de RH / Administração SR - 12

5.1.3 Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade - Situação Apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira									
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença				01		02			
2. Provimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior						01			
2.3. Funções gratificadas					01				
<u>LEGENDA</u> <u>Nível de Escolaridade</u> 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.									

Fonte: Setor de RH / Administração SR - 12

5.2 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

5.2.1 Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação Apurada em 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral	190	
1.1 Voluntária		05
1.2 Compulsório		
1.3 Invalidez Permanente		
1.4 Outras		
2 Proporcional		
2.1 Voluntária		
2.2 Compulsório		
2.3 Invalidez Permanente		
2.4 Outras		

Fonte: Setor de RH / Administração SR - 12

5.2.2 Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação Apurada em 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	91	06
2. Proporcional	0	0

Fonte: Setor de RH / Administração SR - 12

5.3 Composição do quadro de estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior	9.668,11	13.666,00	14.234,00	16.521,79	54.179,90
· Área Fim	5.275,20	9.274,00	7.900,00	9.603,07	23.052,27
· Área Meio	4.392,91	4.392,00	6.424,00	6.918,72	22.127,63
Nível Médio	10.166,20	12.101,00	10.337,00	5.856,00	38.460,20
· Área Fim	5.285,20	5.234,00	3.673,00	975,00	15.167,20
· Área Meio	4.881,00	6.867,00	6.664,00	4.881,00	23.293,00

Fonte: Setor de RH / Administração SR - 12

5.4 Custos associados à manutenção dos recursos humanos

5.4.1 Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010

Valores em R\$ 1,00

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008	0	0	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	0	0	0	0	0
2010	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	0	0	0	0	0	0	0	0

2009	0	0	0	0	0	0	0	0
2010	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores com Contratos Temporários								
2008	0	0	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	0	0	0	0	0
2010	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	0	0	0	0	0	0	0	0
2009	1.179.181,23	0	0	0	0	0	0	0
2010	186.031,92	0	0	0	0	0	0	0
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	0	78.573,22	0	0	0	0	0	0
2009	0	82.125,12	0	0	0	0	0	0
2010	0	88.968,88	0	0	0	0	0	0
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	245.443,95	0	0	0	0	0	0	0
2009	274.635,27	0	0	0	0	0	0	0
2010	318.884,09	0	0	0	0	0	0	0
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	0	0	0	0	0	0	0	0
2009	2.105,05	0	0	0	0	0	0	0
2010	5.473,13	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Setorde RH / SR - 12

5.5 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

5.5.1 Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Superintendências Regional do Incra- SR-12 MA													
UG/Gestão: 373040/37201							CNPJ: 00.375.925/0015-66						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2005	V	O	Clasi 21000/05 Norsergel	06019070000178	01/08/2009	31/12/2010	14	14	-	-	-	-	E
2005	V	O	22.000/2005 EME	06272413000101	01/08/2009	31/12/2010	20	20	-	-	-	-	E
2008	L	O	6.000/2008 Mafra	00875943000168	01/01/2010	31/12/2010	7	7	-	-	-	-	P
2008	L	O	16.000/08	08779593000148	28/10/2010	27/10/2011	31	31	-	-	-	-	P
Observação: O contrato da Clasi e Mafra, contempla somente a Sede/São Luis, e Norsergel/EME contempla somente as Unidades Avançadas de Acailândia/Bacacal/Barra do Corda/Imperatriz e Pindaré.													
No que trata o Acórdão TCU n.º 1.520/2006-P. Não temos contratações de terceirizados irregular no âmbito desta Superintendência Regional-SR(12).													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Divisão de Administração SR - 12

5.5.2 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Superintendente Regional do Incra/Ma SR -12													
UG/Gestão: 373040/37201							CNPJ: 00.375.975/0015-66						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2005	1	O	Linuxell 18000/05	02539643000133	01/08/05	30/06/11	-	-	2	2	-	-	P
2005	2	O	M C Ar Cond. 23.000/2005	63586770000188	04/08/05	03/08/11	-	-	4	4	1	1	P
2007	1	O	BSI 8.000/2007	72609829000105	16/07/09	15/10/10	7	7	-	-	-	-	E
2009	1	O	Mafra 10.000/2009	08779593000148	01/07/10	30/06/11	-	-	32	32	-	-	P
2009	1	O	Mafra 11.000/2009	08779593000148	01/07/10	30/06/11	-	-	5	5	-	-	P
2009	1	O	DCN 16000/2009	07270170000103	03/12/09	02/03/10	-	-	2	2	-	-	P
2010	1	O	L. S. SILVA 9000/2010	04605778000185	01/10/10	30/09/11	-	-	2	2	-	-	A
2010	1	O	O S SOUSA 10000/2010	11794559000157	19/11/10	18/11/11	14	14	-	-	-	-	A
Observação:													
No que trata o Acórdão TCU n.º 1.520/2006-P. Não temos contratações de terceirizados irregular no âmbito desta Superintendência Regional-SR(12).													
LEGENDA													
Área:													
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;													
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis													
3. Serviços de Copa e Cozinha;													
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;													
5. Serviços de Brigada de Incêndio;													
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;													
7. Outras.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Divisão de Administração SR - 12

5.5.3 Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
21000/2005	8	14	Sede
22000/2005	8	20	UA's
6000/2008	7	7	UA's
16000/2008	7	31	Sede
18000/2005	1	2	Sede
23000/2005	1	5	Sede
8000/2007	1	7	Sede
10000/2007	1	32	Sede
11000/2009	1	5	Sede
16000/2009	1	2	Sede
9000/2010	1	2	Sede
10000/2010	1	14	Sede

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;

2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;

3. Serviços de Copa e Cozinha;

4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;

5. Serviços de Brigada de Incêndio;

6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;

7. Higiene e Limpeza;

8. Vigilância Ostensiva;

9. Outras.

Fonte: Divisão de Administração SR-12

5.6 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

O Setor de Recursos Humanos desta Superintendência atende a todas as demandas referentes a Legislação constante nos regimes determinados pela Lei. 8.112 e CLT.

6. Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência

6.1 Transferências efetuadas no exercício

6.1.1 Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA/MA										
CNPJ: 00.375.972/0015-66					UG/GESTÃO: 373040/37201					
Informações sobre as transferências										
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados			Vigência		Sit.
			REPASSE	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	em exercícios anteriores	Início	Fim	
CONVÊNIO	510281	ASSOCIACAO SANTA LUZIA DOS PEQUENOS PR	4.440.200,00	513.843,00	212.800,00	4.150.226,00	3.937.426,00	10/set/04	9/fev/11	A COMPROVAR

CONVÊNIO	600118	FUNDACAO SOUSANDRADE DE APOIO AO DESEN	3.773.205,00	188.660,25	1826605,9	3.773.205,00	1.946.599,10	20/dez/07	31/dez/10	A COMPROVAR
CONVÊNIO	600136	FUNCEMA - FUNDACAO DE APOIO A EDUCACAO	2.012.281,00	20.122,81	527.440,00	2.012.281,00	1.484.841,00	11/dez/07	10/mar/11	A COMPROVAR
CONVÊNIO	601789	PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTRO NOVO DO	1.408.441,70	156.493,52	0	938.961,12	938.961,12	24/dez/07	31/dez/10	A COMPROVAR
CONVÊNIO	602109	PREFEITURA MUNICIPAL DE CODO	1.736.211,46	192.552,38	0	870.498,70	870.498,70	1/jun/09	31/ago/11	A COMPROVAR
CONVÊNIO	636752	PASSAGEM FRANCA- PREFEITURA MUNICIPAL	1.563.589,60	173.732,18	0	781.794,80	781.794,80	2/jul/09	31/jul/11	A COMPROVAR
CONVÊNIO	637472	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DO PA	302.443,64	33.604,85	0	151.281,82	151.281,82	30/jun/08	31/jul/11	A COMPROVAR
CONVÊNIO	638028	PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNCO DO MARAN	519.129,78	27.322,62	0	346.086,52	346.086,52	2/jul/08	31/jul/11	A COMPROVAR
CONVÊNIO	638480	PREFEITURA MUNICIPAL DE PERITORO	663.284,27	34.909,70	0	442.189,51	442.189,51	3/jul/08	31/ago/11	A COMPROVAR
CONVÊNIO	638841	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNARAMA	1.640.000,00	185.242,88	0	1.640.000,00	1.640.000,00	3/jul/08	31/mar/10	APROVADO
CONVÊNIO	601867	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU	1.440.000,00	161.857,45	0	1.007.234,38	1.007.234,38	2/jan/08	31/jul/11	A APROVAR
CONVÊNIO	602110	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MED	513.431,60	57.047,96	0	513.431,60	513.431,60	3/jan/08	30/set/10	A APROVAR
CONVÊNIO	602146	PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR LA ROQ	351.209,12	39.023,24	0	117.069,70	117.069,70	2/jan/08	30/jun/10	INADIMPLÊNCIA
CONVÊNIO	638226	SAO MATEUS DO MARANHAO PREFEITURA	1.236.284,24	137.364,92	0	412.094,75	412.094,75	30/jun/08	31/jul/10	INADIMPLÊNCIA
CONVÊNIO	601797	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIO XII	861.703,14	95.744,79	0	861.703,14	861.703,14	28/dez/07	30/jun/10	INADIMPLÊNCIA SUSPENSA
SICONV	700815	COOPERATIVA DE SERVICOS, PESQUISA E ASSESSORIA TECNICA	4.127.341,79	41.690,32	1.314.101,22	2.624.791,85	1.310.690,63	15/12/2008	14/12/2011	EM EXECUÇÃO
SICONV	700900	COOSERT - COOPERATIVA DE SERVICOS TECNICOS	8.273.131,80	118.800,00	1.316.111,22	4.047.846,18	2.731.734,96	31/12/2008	31/1/2012	EM EXECUÇÃO

SICONV	700926	ASSOCIACAO AGROECOLOGICA TIJUPA	1.716.376,80	25.380,00	539.034,57	825.874,00	286.839,43	31/12/2008	26/12/2011	EM EXECUÇÃO
SICONV	700948	ASSOCIACAO DO MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRadeiras DE COCO BABACU - AMIQC	1.214.295,04	13.352,97	277.382,50	682.147,54	404.765,04	31/12/2008	30/11/2011	EM EXECUÇÃO
SICONV	701313	ETHOS-ASSESSORIA,CONSULTORIA E CAPACITACAO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTAVEL	1.119.730,79	11.310,41	351.209,22	592.985,43	241.776,21	31/12/2008	30/11/2011	EM EXECUÇÃO
SICONV	701462	BIO-TERRA	1.010.327,06	10.205,34	323.058,72	531.187,82	208.129,10	30/12/2008	30/11/2011	EM EXECUÇÃO
SICONV	701517	PLANEJA-ASSESSORIA, CONSULTORIA E CAPACITACAO EM DESENVOLVIM	5.265.211,16	129.360,00	1.498.131,08	3.251.697,92	1.753.566,84	31/12/2008	30/12/2011	EM EXECUÇÃO
SICONV	704457	PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO	377.300,00	7.700,00	206.056,70	377.300,00	171.243,30	25/11/2009	31/3/2011	EM EXECUÇÃO
SICONV	704458	PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTRO DO GUILHERME	2.926.714,12	88.372,48	1.463.357,06	2.926.714,12	1.463.357,06	21/11/2009	31/3/2011	EM EXECUÇÃO
SICONV	704554	PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILANDIA	1.304.725,39	54.000,00	684.638,39	684.638,39	-	24/12/2009	30/7/2011	EM EXECUÇÃO
SICONV	704568	PREFEITURA MUNICIPAL LAGOA DO MATO	705.710,40	29.404,60	352.855,20	352.855,20	-	28/11/2009	30/6/2011	EM EXECUÇÃO
SICONV	704613	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DAS SELVA	1.250.000,00	38.779,60	-	437.500,00	437.500,00	28/11/2009	31/7/2011	EM EXECUÇÃO
SICONV	704649	PREFEITURA MUNICIPAL DE ZE DOCA	1.540.001,00	64.166,68	1.155.000,75	1.155.000,75	-	25/11/2009	30/6/2011	EM EXECUÇÃO
SICONV	704652	PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTREITO	1.324.259,78	55.177,52	882.839,86	1.324.259,78	441.419,92	25/9/2009	30/9/2010	Aguardando prestação de contas
SICONV	704656	ACAILANDIA PREFEITURA MUNICIPAL	1.859.098,23	161.660,72	557.729,47	1.487.278,59	929.549,12	1/12/2009	31/7/2011	EM EXECUÇÃO

SICONV	704677	PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNCO DO MARANHÃO	308.559,05	6.297,12	154.279,52	154.279,52	-	28/11/2009	30/6/2011	EM EXECUÇÃO
SICONV	704678	MUNICIPIO DE PARNARAMA - PREFEITURA MUNICIPAL	1.463.946,92	30.000,00	1.463.946,92	1.463.946,92	-	25/11/2009	31/3/2011	EM EXECUÇÃO
SICONV	704679	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SOTER	2.614.903,86	108.954,34	1.879.431,45	2.614.903,86	735.472,41	1/12/2009	31/12/2010	EM EXECUÇÃO
SICONV	704680	PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO	2.351.242,79	123.749,62	1.403.432,09	1.403.432,09	-	20/12/2009	30/9/2011	EM EXECUÇÃO
SICONV	704681	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPEMAS	649.703,81	20.093,93	-	-	-	28/11/2009	30/9/2011	EM EXECUÇÃO
SICONV	704690	PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNCO DO MARANHÃO	719.140,66	14.676,34	359.570,33	359.570,33	-	28/11/2009	30/6/2011	EM EXECUÇÃO
SICONV	704691	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES	831.663,86	34.652,66	415.831,93	415.831,93	-	30/4/2011	29/6/2011	EM EXECUÇÃO
SICONV	704692	PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CORDA	1.627.480,00	141.520,00	-	-	-	30/11/2009	31/8/2011	EM EXECUÇÃO
SICONV	704695	PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO	386.618,18	16.109,09	-	386.618,18	386.618,18	25/11/2009	30/9/2010	Prestação de Contas enviada para Análise
SICONV	704696	PREFEITURA MUNICIPAL DE MONCAO	1.042.017,05	32.227,33	842.173,08	842.173,08	-	22/12/2009	31/3/2011	EM EXECUÇÃO
SICONV	704699	PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGO VERDE - MARANHÃO	903.556,62	18.439,94	-	-	-	7/12/2009	31/7/2011	EM EXECUÇÃO
SICONV	704700	PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CORDA	929.851,36	80.856,64	-	-	-	30/11/2009	31/8/2011	EM EXECUÇÃO
SICONV	704702	PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDA DO NORTE	894.720,00	37.280,00	447.360,00	447.360,00	-	1/12/2009	30/6/2011	EM EXECUÇÃO
SICONV	704703	PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSELÂNDIA	426.240,00	17.760,00	213.120,00	426.240,00	213.120,00	25/11/2009	31/12/2010	EM EXECUÇÃO
SICONV	704718	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU	1.083.411,38	57.021,65	-	-	-	1/12/2009	31/7/2011	EM EXECUÇÃO
SICONV	704722	PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDELÂNDIA	409.854,72	17.077,28	204.927,36	204.927,36	-	25/11/2009	30/6/2011	EM EXECUÇÃO
SICONV	704767	PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRÂNDIA	500.000,00	15.343,46	250.000,00	500.000,00	250.000,00	28/11/2009	31/12/2010	EM EXECUÇÃO

SICONV	704770	PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILANDIA	312.177,36	13.000,00	312.177,36	312.177,36	-	22/12/2009	31/12/2010	EM EXECUÇÃO
SICONV	705520	PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM GRANDE	711.000,00	14.549,82	-	328.262,87	328.262,87	1/12/2009	31/7/2011	EM EXECUÇÃO
SICONV	705734	PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM GRANDE	786.165,81	16.500,00	-	230.000,00	230.000,00	1/12/2009	31/7/2011	EM EXECUÇÃO
SICONV	706958	PREFEITURA MUNICIPAL DE TURIACU	2.768.806,03	56.506,25	-	-	-	7/12/2009	31/12/2011	EM EXECUÇÃO
SICONV	707008	PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDELANDIA	974.752,70	40.614,70	774.752,70	774.752,70	-	1/12/2009	30/6/2011	EM EXECUÇÃO
SICONV	707745	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACACUME	1.430.000,00	41.086,85	-	-	-	30/11/2009	31/7/2011	EM EXECUÇÃO
SICONV	708383	PASSAGEM FRANCA-PREFEITURA MUNICIPAL	832.926,60	25.760,62	569.142,89	569.142,89	-	25/11/2009	30/6/2011	EM EXECUÇÃO
SICONV	709318	PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE DO MARANHAO	784.000,00	16.000,00	784.000,00	784.000,00	-	25/11/2009	31/3/2011	EM EXECUÇÃO
SICONV	718590	PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULINO NEVES	800.000,00	18.726,44	800.000,00	800.000,00	-	22/12/2009	30/11/2010	Aguardando prestação de contas
SICONV	719010	PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU-MA	599.999,99	81.033,83	359.999,99	359.999,99	-	21/12/2009	30/6/2011	EM EXECUÇÃO
SICONV	719160	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARANHAOZINHO	2.944.981,99	122.707,58	643.500,00	643.500,00	-	24/12/2009	30/9/2011	EM EXECUÇÃO
SICONV	719246	PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUANA	983.920,13	20.080,00	651.200,00	651.200,00	-	24/12/2009	30/6/2011	EM EXECUÇÃO
SICONV	719332	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO MARANHAO	1.780.651,59	74.193,83	876.495,49	876.495,49	-	21/12/2009	31/7/2011	EM EXECUÇÃO
SICONV	720178	SITIO NOVO PREFEITURA MUNICIPAL	2.478.982,87	76.669,57	-	-	-	24/12/2009	31/8/2011	EM EXECUÇÃO
SICONV	720197	PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRINZAL	895.215,30	18.269,70	-	-	-	24/12/2009	31/7/2011	EM EXECUÇÃO
SICONV	720515	ASSOCIACAO EDUCACAO E MEIO AMBIENTE - ASSESSORIA, CONSULTORIA E PROJETOS	5.227.628,25	166.222,75	970.260,00	970.260,00	-	16/12/2009	31/12/2011	EM EXECUÇÃO

SICONV	722293	PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPA DO MARANHAO	400.000,00	11.738,69	-	400.000,00	400.000,00	16/12/2009	16/8/2010	Aguardando prestação de contas
SICONV	723174	PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPA DO MARANHAO	400.000,00	8.241,44		400.000,00	400.000,00	20/12/2009	20/8/2010	Aguardando prestação de contas
SICONV	724063	INSTITUTO DE COLONIZACAO E TERRAS DO MARANHAO-ITERMA	1.757.204,00	321.600,00	-	-	-	31/12/2009	31/12/2011	EM EXECUÇÃO
SICONV	724474	COPERATIVA DE PROFISSIONAIS AUTONOMOS DO ESTADO DO MARANHAO	671.235,00	31.300,00	-	-	-	29/12/2009	27/12/2010	Aguardando prestação de contas
SICONV	733698	PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUANA	1.358.628,00	27.727,44	-	-	-	21/6/2010	30/6/2011	EM EXECUÇÃO
SICONV	733699	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO MARANHAO	2.000.000,00	45.000,00	800.000,00	800.000,00	-	21/6/2010	30/6/2011	EM EXECUÇÃO
SICONV	733712	PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO	882.836,18	18.017,07	300.000,00	300.000,00	-	1/6/2010	31/7/2011	EM EXECUÇÃO
SICONV	734063	PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI BRAVO	2.629.189,40	82.599,56	795.773,21	795.773,21	-	21/6/2010	30/6/2011	EM EXECUÇÃO
SICONV	736983	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA	1.539.384,75	31.416,02	-	-	-	1/12/2010	31/8/2011	EM EXECUÇÃO
SICONV	738418	PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRANDIA	1.500.000,00	46.392,02	-	-	-	28/6/2010	30/6/2011	EM EXECUÇÃO
SICONV	752584	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA	199.998,40	4.081,60	-	-	-	27/12/2010	30/11/2011	EM EXECUÇÃO
SICONV	752653	PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA GRANDE DO MARANHAO	441.000,00	9.000,00	-	-	-	27/12/2010	30/11/2011	EM EXECUÇÃO
SICONV	752710	PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA GRANDE DO MARANHAO	441.000,00	9.000,00	-	-	-	27/12/2010	30/11/2011	EM EXECUÇÃO
SICONV	752760	PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULINO NEVES	1.250.000,00	25.510,20	-	-	-	27/12/2010	30/11/2011	EM EXECUÇÃO

Port. 127	637804	PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPE DO	509.444,82	56.604,98	-	169.814,94	169.814,94	3/7/2008	31/7/2011	EM EXECUÇÃO
Port. 127	637830	MUNICIPIO DE ITAPECURU MIRIM - PREF	826.000,00	92.072,00	-	-	-	3/7/2008	30/9/2011	EM EXECUÇÃO
Port. 127	638124	PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CO	162.104,40	18.011,60	-	-	-	3/7/2008	31/5/2010	A LIBERAR

Fonte: SIAFI OPERACIONAL, SICONV E CONTROLES INTERNOS

6.1.2 Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA/MA						
CNPJ: 00.375.972.0015-66				UG/GESTÃO: 373040/37201		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênios	23	46	10	20.596.065,16	45.543.211,62	33.114.149,97
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais						

Fonte: SIAFI OPERACIONAL, SICONV e CONTROLES INTERNOS

6.1.3 Resumo dos instrumentos de transferência que vigorão em 2011 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendencia Regional do INCRA/MA					
CNPJ:00.375.972/0015-66			UG/GESTÃO: 373040/37201		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011 em diante	
Convênios	65	103.621.874,84	49.320.559,74	54.301.315,10	47,60
Contrato de Repasse	-	-	-	-	
Termo de Parceria	-	-	-	-	
Termo de Cooperação	-	-	-	-	
Termo de Compromisso	-	-	-	-	
Totais	65	103.621.874,84	49.320.559,74	54.301.315,10	47,60

Fonte: SIAFI OPERACIONAL, SICONV e CONTROLES INTERNOS

6.1.4 Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse

Valores em R\$ 1,00

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente							
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA/MA							
CNPJ: 00.375.972/0015-66			UG/GESTÃO: 373040/37201				
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			VIGÊNCIA	Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
					Convênios	Contratos de Repasse	
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade			0	0	
		Montante Repassado					
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade			9	0
			Montante Repassado (R\$)			9.112.615,74	
		553547	FUNDACAO SOUSANDRADE DE APOIO AO DESEN		30/11/2009	2.483.997,56	
		594562	PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CORDA		31/12/2009	1.620.000,00	
		596005	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA DO		31/12/2009	1.860.000,00	
		601797	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIO XII		30/6/2010	861.703,14	
		602110	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MED		30/9/2010	513.431,60	
		636677	ACAILANDIA PREFEITURA MUNICIPAL		31/12/2009	273.024,29	
		637795	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FILOMENA		31/12/2009	197.102,57	
		637941	PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSELANDIA		28/12/2009	1.153.825,27	

		638142	PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTRAL DO MAR	31/12/2009	149.531,31	
		Contas NÃO prestadas	Quantidade		9	0
			Montante Repassado (R\$)		8.030.388,47	
		518008	ASSOCIACAO ESTADUAL DE COOPERACAO AGRI	18/11/2009	5.264.214,00	
		602146	PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR LA ROQ	30/6/2010	117.069,70	
		638226	SAO MATEUS DO MARANHÃO PREFEITURA	31/7/2010	412.094,75	
		704133	PREF. MUNICIPAL DE GOVERNADOR NUNES FREIRE	30/12/2009	250.391,84	
		704695	PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO	30/9/2010	386.618,18	
		718590	PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULINO NEVES	30/11/2010	800.000,00	
		722293	PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPÁ DO MARANHÃO	16/8/2010	400.000,00	
		723174	PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPÁ DO MARANHÃO	20/8/2010	400.000,00	
			Quantidade		10	
			Montante Repassado (R\$)		7.253.805,96	0
	Contas prestadas					
		595724	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO	31Dez2008	696.752,75	
		509138	FUNDACAO DE APOIO A CIENCIA E TECNOLOG	25Dez2008	312.880,00	
		517958	ASSOCIACAO AGROECOLOGICA TIJUPA	24Dez2008	852.750,15	
		530402	FUNCEMA - FUNDACAO DE APOIO A EDUCACAO	20Dez2008	816.407,12	
		579374	FUNDACAO DE APOIO A CIENCIA E TECNOLOG	30/9/2009	1.200.000,00	
		595462	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PA	30Dez2008	537.748,25	
		596182	PASSAGEM FRANCA-PREFEITURA MUNICIPAL	31Dez2008	1.405.599,99	
		596467	PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAJAU	30/6/2009	502.253,63	
		597113	PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGO VERDE - M	31Dez2008	420.000,00	
		601857	JOÃO LISBOA PREFEITURA MUNICIPAL	30/4/2009	509.414,07	
			Quantidade		2	
	Contas NÃO prestadas					
			Montante Repassado (R\$)		1.938.052,55	
		596450	PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEICAO DO L	30/3/2009	588.552,55	
		597078	PREFEITURA MUNICIPAL DE TUTOIA	31Dez2008	1.349.500,00	

2008	Contas prestadas		Quantidade		12	0
			Montante Repassado (R\$)		35.107.309,35	
		517906	ASSOCIACAO EM AREAS DE ASSENTAMENTO NO	28Abr2008	1.334.778,30	
		517978	CENTRO DE EDUCACAO E CULTURA DO TRABAL	26Out2008	2.327.215,60	
		559519	PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU-MA	14Fev2008	863.049,92	
		595974	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNARAMA	26Jun2008	354.816,54	
		517937	INSTITUTO DE CAPACITACAO COMUNITARIA -	28Abr2008	891.027,26	
		517980	SOCIEDADE MARANHENSE DE DIREITOS HUMAN	28Abr2008	562.162,50	
		518019	FEDERACAO DOS TRABALHADORES NA AGRICUL	29Out2008	22.930.990,05	
		530103	FUNDACAO DE APOIO A CIENCIA E TECNOLOG	01Out2008	1.200.000,00	
		543285	ASSOCIACAO DO MOVIMENTO INTERESTADUAL	27Out2008	2.038.706,25	
		517978	CENTRO DE EDUCACAO E CULTURA DO TRABAL	26Out2008	2.327.215,60	
		595050	CANDIDO MENDES PREFEITURA MUNICIPAL	05Abr2008	277.347,33	
	Contas NÃO prestadas		Quantidade		1	
			Montante Repassado (R\$)			
		543191	UNIAO CENT DAS ASS COM PEQ P R E ENT S	27Nov2007	748.177,51	
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas		Quantidade		4	0
			Montante Repassado (R\$)			

Fonte: SIAFI OPERACIONAL, SICONV e CONTROLES INTERNOS

OBS: Estas informações não são exatas, pois o INCRA não possuía todas as informações solicitadas na planilha

6.1.5 Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse

Valores em R\$ 1,00

Valores em R\$ 1,0

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência Regional do INCRA/MA					
CNPJ: 00.375.972.0015-66			UG/GESTÃO: 373040/37201		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Quantidade de contas prestadas			15	-
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade		0	-
		Montante repassado (R\$)		0	-
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	3	-
			Quantidade Reprovada (ainda não aprovada)	3	-
			Quantidade de TCE	7	-
		Contas NÃO analisadas ou NÃO re-analisadas*	Quantidade	2	-
			Montante repassado (R\$)	5.461.316,57	-
2009	Quantidade de contas prestadas			11	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		0	-
		Quantidade Reprovada (ainda não aprovada)		2	-
		Quantidade de TCE		7	-

	Contas NÃO analisadas ou NÃO re-analisadas*	Quantidade	2	-
		Montante repassado (R\$)	2.052.750,15	-
2008	Quantidade de contas prestadas		9	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	0	-
		Quantidade Reprovada (ainda não aprovada)	2	-
		Quantidade de TCE	3	-
	Contas NÃO analisadas ou NÃO re-analisadas*	Quantidade	4	-
		Montante repassado	6.428.971,77	-
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas ou NÃO re-analisadas*	Quantidade	4	-
		Montante repassado	2.244.377,00	-

Fonte: SIAFI OPERACIONAL, SICONV e CONTROLES INTERNOS

* Prestação de contas ainda não analisada ou aguardando re-análise pela Contabilidade

OBS: Estas informações não são exatas, pois o INCRA não possuía todas as informações solicitadas na planilha

6.1.6 Análise Crítica

Convênios – Visando sanar as pendências com convênios da situação “APROVAR” e “A COMPROVAR” no sistema SIAFI, foi criado um Grupo de Trabalho por determinação do Sr. Presidente do Incra através da Portaria INCRA/P Nº 522 DE 16/08/2010, obedecendo recomendação do TCU em seu acórdão nº 578/2010, no qual resultou na Ordem da Serviço Incra/ma nº 166/2010, especialmente, para analisar as prestações de contas dos mesmos. Grupo este que desempenhou de forma considerável os prazos estabelecidos na Portaria 522 e OS nº 166/2010, com objetivo de zerar o estoque de convênios celebrados pela In nº 01/97.

Em que pese a nova sistemática estabelecida pela Portaria Interministerial 127/2008 que cria o novo sistema de convênios (SICONV), obrigando a proposta, celebração, execução e prestação de contas através desse portal, o INCRA/MA ainda possui um estoque muito grande de convênios celebrados anteriormente à referida portaria, através da IN STN 01/97, e que necessita de solução de análise, re-análise visando aprovação, notificação para sanar as pendência e/ou instauração de TCE, conforme abaixo:

- ✓ 21 Convênios estão na situação de “A APROVAR” no SIAFI, carecendo de análise, re-análise ou notificação para sanar as pendências, sendo:
 - ◆ 7 de Assistência Técnica – ATES
 - ◆ 5 de Infra-Estrutura
 - ◆ 9 do PRONERA (Educação no Campo)

- ✓ 9 Convênios estão na situação de “A COMPROVAR” no SIAFI, sendo que 5 ainda estão em execução, e 4 encontram-se vencidos e pendentes de prestação de contas, sendo:
 - ◆ 1 do programa PAC
 - ◆ 6 de Infra-Estrutura
 - ◆ 2 do PRONERA (Educação no Campo)

- ✓ 19 Convênios encontram-se em Inadimplência Suspensa no SIAFI, sendo:
 - ◆ 1 de Assistência Técnica – ATES
 - ◆ 18 de Infra-Estrutura

- ✓ 18 Convênios encontram-se em Inadimplência no SIAFI, sendo:
 - ◆ 5 de Assistência Técnica – ATES
 - ◆ 13 de Infra-Estrutura

OBSERVAÇÕES:

1. Todos os convênios na situação “APROVAR” deverão ser analisados ou re-analisados pelo setor de Contabilidade;
2. Todos os convênios na situação “A COMPROVAR”, após a apresentação da prestação de contas, deverão ser analisados ou futuramente re-analisados pelo Setor de Contabilidade;
3. Os convênios nas situações “INADIMPLÊNCIA SUSPensa” e “INADIMPLÊNCIA” poderão ser futuramente analisados ou re-analisados pela Contabilidade, desde que seja apresentada a prestação de contas ou apresentada nova documentação pela Conveniente notificada a sanar pendências;
4. Os convênios de ATES e PRONERA possuem vários volumes de processos, sendo assim sua análise mais trabalhosa e complexa.

Em relação aos convênios celebrados através do **SICONV** a partir de 2008, temos 66 convênios, sendo:

- ✓ 8 de Assistência Técnica – ATES
- ✓ 56 de Infra-Estrutura
- ✓ 1 de Meio Ambiente
- ✓ 1 de Regularização Fundiária

Dos 66 Convênios do SICONV:

- ✓ 55 estão em execução
- ✓ 10 estão vencidos e aguardando prestação de contas
- ✓ 1 está com a prestação de contas enviada para análise

Dos 55 Convênios no SICONV em execução:

- ✓ 49 estão previstos para apresentação da prestação de contas em 2011
- ✓ 6 estão previstos para apresentação da prestação de contas em 2012

OBSERVAÇÃO: Todos os convênios celebrados pelo SICONV serão futuramente analisados pelo setor de Contabilidade, após conclusão do estoque de convênios celebrados pela IN STN 01/97. Porém, os servidores desta Superintendência ainda não foram devidamente capacitados para realizar as análises das prestações de contas, bem como ainda não foram estabelecidos os procedimentos pelo INCRA/SEDE para realização de tais análises.

Como pode ser observado pelos números acima, podemos considerar crítica a situação dos convênios no INCRA/MA, uma vez que temos um grande estoque de convênios celebrados pela IN STN 01/97 e também uma grande quantidade de convênios celebrados pelo SICONV, e em contrapartida esta Superintendência não dispõe de equipe técnica suficiente para realizar os devidos acompanhamentos dos convênios em execução e elaboração de relatório técnico dos convênios vencidos, bem como o setor de contabilidade não possui corpo técnico suficiente para analisar ou re-analisar as prestações de contas, pois possui atualmente uma única servidora na atividade.

A solução encontrada por esta Superintendência, para que seu estoque não se acumule mais ainda, é a formação de forças-tarefas com servidores do INCRA/SEDE e/ou de outras Superintendências.

Em Set/2010 o presidente do INCRA baixou a Portaria 522/2010 determinando a todas as Superintendências a formar grupos de trabalhos com servidores da própria Superintendência que trabalhassem nas áreas relacionadas a convênios para analisarem até 30/11/2010 as prestações de contas do estoque de convênios da IN STN 01/97 que estavam pendentes, visando zerá-lo ou reduzi-lo ao máximo. Assim, os trabalhos foram desenvolvidos, e conseguimos reduzir um pouco o nosso estoque de convênios, porém surgiram alguns problemas no decorrer dos trabalhos, conforme abaixo:

- ✓ Curto espaço de tempo para conclusão dos trabalhos. Nossa portaria foi emitida em 09/09/2010, e os trabalhos deveriam ser concluídos em Nov/2010;

- ✓ Resistência inicial dos servidores em realizar os trabalhos, alegando desvio de funções, ser atividade específica de contadores, prejuízo das atividades normais, e até uma representação junto ao ministério público federal;
- ✓ Devolução de processo por membro do grupo, alegando incompetência para analisá-lo;
- ✓ Resistência em analisar processos de ATES e PRONERA, de maior complexidade e maior volume, querendo os servidores analisar somente de prefeituras;
- ✓ Morosidade no encaminhamento dos processos ao grupo pelos setores;
- ✓ Desconhecimento dos servidores sobre a legislação de convênios;
- ✓ Falta de prática dos servidores em relação à atividade de análise de prestação de contas;
- ✓ Falta de servidor no grupo que já atua ou atuou realizando essa atividade.
- ✓ Dificuldade em notificar às convenientes. Para agilizar os processos, optamos pelo fax e pelo e-mail cadastrados no SICONV. Porém, esse tipo de notificação não se mostrou 100% positivo, e posteriormente foi indeferida pela Procuradoria, e assim as Inadimplência já efetivadas tiveram que ser suspensas, e realizadas novas notificações “in loco”;
- ✓ Falta de atendimento pelo INCRA/SEDE ao pedido de reforço de servidor experiente na atividade pertencentes a outras Superintendências.

Apesar do grande número de convênios existente e da falta de equipe técnica para acompanhamento e, principalmente, para análise de prestações de contas, esta Superintendência no intuito de cumprir as suas metas programadas, acabou celebrando novos convênios, pois: foram celebrados 23 convênios no exercício de 2008, 46 no exercício de 2009 e 10 no exercício de 2010.

7. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.

O Setor de Convênios desta UJ declara para os devidos fins, e atesta que as informações referentes aos convênios, firmados, estão disponível e atualizados, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, e no sistema de Gestão de Convênios – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.

Análise Crítica

A Gestão das Transferências, tem como foco principal atingir os objetivos sociais no que tange respeito a Infra-estrutura básica nos Projetos de Assentamentos do INCRA, com o intuito de beneficiar inúmeras famílias assentadas, buscando a melhoria de vida das comunidades rurais, com o escoamento da produção proporcionando uma melhor valorização de seus produtos.

A importância dos municípios como destinatários das transferências voluntárias de recursos, dar-se-á em função de aproximar a municipalidade aos seus munícipes envolvendo assim, comunidade e poder público municipal, gerando uma assim, uma responsabilidade ao gestor municipal em conservar as obras objetos dos Convênios celebrados com aquelas instituições.

E a crescente participação das OnGs nos repasses tornou a concepção de uma estratégia de uso dos recursos federais nas Assistência Técnica Ambiental e Social aos assentados, uma vez que o Estado do Maranhão não oferece esse tipo de atividade às Comunidades rurais.

Todos os empenhos efetuados no exercício, foram feitos de acordo com os preceitos da LOA/LDO, obedecendo os prazos de vigências parcerias assumidas com as entidades publicas e ou privadas sem fins lucrativos.

8. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

O Setor de Recursos Humanos cumpri a rigor todas as obrigações da referida Lei.

9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ

9.1 Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.			X		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			

13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Considerações gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras.

10.1 Gestão ambiental e licitações sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. · Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			X		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. · Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?			X		
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). · Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?			X		
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). · Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. · Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). · Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				

9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.			X		
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		X			
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)? .				X	
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)? .				X	
Considerações Gerais: No que se refere aos itens 12 e 13, esta Superintendência vem adotando medidas de conscientização dos servidores através de: Informativos, email institucional, folders, palestras e etc.					
<u>LEGENDA</u> Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

11. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

11.1.1 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da união

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF	5	5
	Maranhão	5	5
	UF “n”	5	5
	Acailândia/Ma	1	1
	Barra do Corda/MA	1	1
	Imperatriz/MA	1	1
	São Luis-MA	2	2
Subtotal Brasil		5	5
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		5	5

Fonte: Divisão de Administração SR - 12

11.1.2 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF 1	2	2
	Maranhão	2	2
	Município 2		
	município "n"		
	UF "n"	2	2
	Bacabal/MA	1	1
	Pindaré Mirim-MA	1	1
	município "n"		
Subtotal Brasil		2	2
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
	PAÍS "n"	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		2	2

Fonte: Divisão de Administração SR - 12

11.1.3 Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
3730 40	0921 00386.500-2	USO EM SERV PÚBLICO	BOM	CR\$ 35.008.632,90	26.04.01	R\$ 2.283.255,13		
3730 40	0921 00387.500-8	VAGO PARA USO	REPAROS IMPORTAN TES	NCR\$ 40.000,00	26.04.01	R\$ 43.591,74		

3730 40	0731 00064.500-6	USO EM SERV PÚBLICO	BOM	CR\$ 30.000,00	25.04.01	R\$ 100.426,38		
Total							Σ	Σ
Fonte: SPIUNET E SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA-MA								

11.1.4 Análise crítica:

01 - Deixamos de relacionar os prédios onde funcionam as unidades avançadas imperatriz e Açailândia tendo em vista que os mesmos não encontram-se cadastrados no spiunet, no exercício de referência do relatório de gestão (2010) como exige o item abrangência do referido relatório.

02 - Com relação aos prédios locados, das unidades avançadas Vale do Pindaré e Bacabal (extintas).

as referidas unidades, Vale do Pindaré e Bacabal, continuam a dar despesas com locação e manutenção dos prédios locados.

Vale ressaltar que fora prometido a criação de uma nova unidade avançada no município de Zé Doca, em substituição às duas unidades anteriormente citadas, porém até o momento não foi concretizada tal promessa.

12. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

12.1 Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.			X		
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.			X		
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.			X		
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	03				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.					X
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					X
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					X
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.			X		
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.			X		
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.			X		
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.			X		
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	50%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					X
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?			X		
Considerações Gerais: Em relação aos itens 01 a 03, são políticas definidas pelo Órgão Central. Item 07 – o documento em vigência foi elaborado a nível de Órgão Central. Itens 08 a 11 – os sistemas são desenvolvidos a nível do Órgão Central. Item 12 – As ações de contratação de serviços e bens de informática a nível de UJ é definida entre a Divisão de Administração, Núcleo de Tecnologia da Informação e Órgão Central.					

LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.

Em 2010 foram concedidos 119 processos de suprimentos de fundos através de cartão corporativo, conforme relação abaixo:

20/1/2010	JOSE LINO BRAGA PEREIRA	54230.000130/2010-48	R\$ 1.500,00
28/1/2010	JOSÉ ANTÔNIO SANTOS JACINTO	54230.000423/2010-25	R\$ 1.200,00
10/2/2010	NARCISO COELHO PASSOS	54230.000812/2010-51	R\$ 500,00
10/2/2010	ANTONIO LISBOA MENDES FILHO	54230.000795/2010-51	R\$ 2.000,00
22/2/2010	JOSE RIBAMAR ARAUJO SODRE	54230.000900/2010-52	R\$ 2.000,00
19/2/2010	LUIZ RODRIGUES DOS SANTOS	54230.000908/2010-19	R\$ 2.000,00
22/2/2010	QUINTO FERNANDO ANTUNES RAMOS	54230.000895/2010-88	R\$ 1.000,00
22/2/2010	LUIZ GONZAGA BARROS NETO	54230.000896/2010-22	R\$ 1.000,00
25/2/2010	ANTONIO ROBERTO MELO TORRES	54230.000967/2010-97	R\$ 2.000,00
25/2/2010	FRANCISCO GALDINO VIEIRA FILHO	54230.000964/2010-53	R\$ 2.000,00
25/2/2010	ARY FILOMENA KURZ	54230.000998/2010-48	R\$ 1.000,00
26/2/2010	PAULA FRASSINETH ANDRADE ARAÚJO	54230.001045/2010-05	R\$ 2.400,00
3/3/2010	RAIMUNDA NONATA SOUSA	54230.001001/2010-77	R\$ 1.000,00
3/3/2010	IVAN GUIMARAES	54230.001061/2010-90	R\$ 1.100,00
3/3/2010	JOSE BENICIO ALBUQUERQUE DUARTE	54230.001028/2010-60	R\$ 1.500,00
10/3/2010	JOSE DE JESUS COUTINHO	54230.001315/2010-70	R\$ 500,00
12/3/2010	JOSE GABRIEL CAMPOS COSTA FERREIRA	54230.001585/2010-81	R\$ 3.500,00
12/3/2010	ANTONIO AUGUSTO PINHEIRO	54230.001472/2010-85	R\$ 2.000,00
24/3/2010	MARIO MONTEIRO DA SILVA	54230.001698/2010-86	R\$ 700,00
24/3/2010	CARLOS SAUDANHA ARAÚJO DE CARVALHO	54230.001787/2010-22	R\$ 2.000,00
24/3/2010	LUIZ FRANCO RIBEIRO	54230.001868/2010-22	R\$ 1.000,00
24/3/2010	JOSE PAULINO BELFORT	54230.001697/2010-31	R\$ 2.000,00
24/3/2010	JOEL NUNES PEREIRA	54230.001785/2010-33	R\$ 4.000,00

24/3/2010	RAIMUNDO FELIX DE SOUSA NETO	54230.001786/2010-88	R\$ 2.000,00
24/3/2010	LUIZ GONZAGA BARROS NETO	54230.001788/2010-77	R\$ 1.500,00
24/3/2010	JOSÉ MARIA LIMA	54230.001893/2010-14	R\$ 500,00
25/3/2010	JOSE RIBAMAR PEREIRA DA SILVA	54230.001783/2010-44	R\$ 2.000,00
25/3/2010	JOEL NUNES PEREIRA	54230.000086/2010-76	R\$ 4.000,00
1/4/2010	GIBETON MARTINS AMARAL	54230.002262/2010-12	R\$ 3.000,00
7/4/2010	ANTONIO LISBOA MENDES FILHO	54230.002457/2010-54	R\$ 2.000,00
7/4/2010	LUIS DA CONCEIÇÃO GOMES LINDOSO	54230.002353/2010-40	R\$ 1.500,00
14/4/2010	FRANCISCO TAUNAY LIMA	54230.003081/2010-03	R\$ 2.500,00
14/4/2010	EDUARDO AGUILAR DE OLIVEIRA	54230.002905/2010-10	R\$ 2.400,00
14/4/2010	ARY FILOMENA KURZ	54230.002804/2010-49	R\$ 1.550,00
14/4/2010	FRANCISCO JOSÉ DE ARAÚJO	54230.002846/2010-80	R\$ 1.600,00
16/4/2010	ERIVALDO ALVES SOUSA	54230.002763/2010-91	R\$ 1.300,00
20/4/2010	VANDERSON MICHELL M FERNANDES	54234.000075/2010-56	R\$ 350,00
22/4/2010	NARCISO COELHO PASSOS	54230.003443/2010-58	R\$ 1.300,00
26/4/2010	QUINTO FERNANDO ANTUNES RAMOS	54230.003500/2010-07	R\$ 1.500,00
4/5/2010	ANTONIO ROBERTO MELO TORRES	54230.003544/2010-29	R\$ 2.300,00
4/5/2010	PAULA FRASSINETH ANDRADE ARAÚJO	54230.003545/2010-73	R\$ 1.500,00
4/5/2010	JOSE BENICIO ALBUQUERQUE DUARTE	54230.003540/2010-41	R\$ 1.500,00
5/5/2010	RAIMUNDO MONTES NETO	54230.003819/2010-24	R\$ 500,00
10/5/2010	WILSON CABRAL HOSSOE	54230.003950/2010-91	R\$ 2.000,00
12/5/2010	JOSE ROBERTO VILELA DE MIRANDA	54230.004519/2010-62	R\$ 500,00
13/5/2010	LUIZ RODRIGUES DOS SANTOS	54230.003982/2010-97	R\$ 2.000,00
26/5/2010	FRANCISCO GALDINO VIEIRA FILHO	54230.004988/2010-81	R\$ 1.000,00
26/5/2010	LUIZ GONZAGA BARROS NETO	54230.005001/2010-46	R\$ 1.000,00
26/5/2010	JOSE MARIA LIMA	54230.004989/2010-26	R\$ 500,00
26/5/2010	ANIDA CLAUDIA DOMINICI SOARES	54230.004999/2010-61	R\$ 2.300,00
26/5/2010	JOSE VALDIR SOUSA SANTOS	54230.004990/2010-51	R\$ 500,00
26/5/2010	ANTONIO HERMES RIBEIRO	54230.004998/2010-17	R\$ 600,00

28/5/2010	JOSE RIBAMAR ARAUJO SODRE	54230.005100/2010-28	R\$ 1.000,00
2/6/2010	LISTER SERRA CALDAS	54230.004164/2010-10	R\$ 4.000,00
8/6/2010	JOSÉ ANTÔNIO SANTOS JACINTO	54230.005248/2010-62	R\$ 1.400,00
15/6/2010	MARILIA FERREIRA GOMES	54230.006014/2010-32	R\$ 540,00
15/6/2010	MARIO MONTEIRO DA SILVA	54230.006001/2010-63	R\$ 1.000,00
15/6/2010	IVAN GUIMARAES	54230.005980/2010-32	R\$ 3.500,00
22/6/2010	ERIVALDO ALVES SOUSA	54230.006185/2010-61	R\$ 1.300,00
24/6/2010	JOEL NUNES PEREIRA	54230.006722/2010-73	R\$ 3.000,00
24/6/2010	QUINTO FERNANDO ANTUNES RAMOS	54230.006771/2010-14	R\$ 2.400,00
30/6/2010	FRANCISCO JOSÉ DE ARAÚJO	54230.006766/2010-01	R\$ 2.000,00
1/7/2010	LUIS DA CONCEIÇÃO GOMES LINDOSO	54230.006816/2010-42	R\$ 800,00
5/7/2010	NARCISO COELHO PASSOS	54230.006769/2010-37	R\$ 1.500,00
9/7/2010	RAIMUNDA NONATA SOUSA	54230.007021/2010-51	R\$ 2.000,00
13/7/2010	CARLOS SAUDANHA ARAÚJO DE CARVALHO	54230.007174/2010-07	R\$ 2.000,00
13/7/2010	LUIZ FRANCO RIBEIRO	54230.007113/2010-31	R\$ 400,00
14/7/2010	LUIZ GONZAGA BARROS NETO	54230.006981/2010-02	R\$ 1.500,00
14/7/2010	RAIMUNDO FELIX DE SOUSA NETO	54230.007173/2010-54	R\$ 2.000,00
15/7/2010	JOSE PAULINO BELFORT	54230.007175/2010-43	R\$ 2.000,00
15/7/2010	FRANCISCO GALDINO VIEIRA FILHO	54230.007211/2010-79	R\$ 1.000,00
16/7/2010	ANTONIO VICENTE DA SILVA	54230.007253/2010-18	R\$ 2.000,00
19/7/2010	JOSE DE JESUS COUTINHO	54230.007634/2010-99	R\$ 500,00
20/7/2010	ANTONIO LISBOA MENDES FILHO	54230.007636/2010-88	R\$ 1.000,00
2/8/2010	ANTONIO ROBERTO MELO TORRES	54230.006424/2010-83	R\$ 1.500,00
2/8/2010	LUIZ RODRIGUES DOS SANTOS	54230.007911/2010-63	R\$ 1.000,00
4/8/2010	JOEL NUNES PEREIRA	54230.007870/2010-13	R\$ 4.000,00
4/8/2010	ANTONIO CARDOSO SOBRINHO	54232.000026/2010-33	R\$ 3.300,00
4/8/2010	VANDERSON MICHELL M FERNANDES	54234.000192/2010-10	R\$ 500,00
4/8/2010	ARY FILOMENA KURZ	54230.008015/2010-11	R\$ 1.000,00
5/8/2010	EDUARDO AGUILAR DE OLIVEIRA	54230.007054/2010-00	R\$ 2.400,00

5/8/2010	LOURIVAL CANUTO GOMES	54232.000027/2010-88	R\$ 3.300,00
5/8/2010	JOSE BENICIO ALBUQUERQUE DUARTE	54230.008399/2010-72	R\$ 2.000,00
17/8/2010	ANTÔNIO CARLOS TRINTA ABREU	54230.008458/2010-11	R\$ 1.300,00
17/8/2010	NELSON ROBERTO DINIZ VIEGAS	54230.008361/2010-08	R\$ 2.000,00
17/8/2010	JOSE DE JESUS COUTINHO	54230.008396/2010-39	R\$ 700,00
18/8/2010	RAIMUNDO MONTES NETO	54230.008722/2010-16	R\$ 800,00
19/8/2010	JOSE RIBAMAR ARAUJO SODRE	54230.008817/2010-21	R\$ 1.000,00
23/8/2010	PAULA FRASSINETH ANDRADE ARAÚJO	54230.009306/2010-27	R\$ 1.500,00
26/8/2010	GIBETON MARTINS AMARAL	54230.009312/2010-84	R\$ 600,00
26/8/2010	FRANCISCO JOSÉ DE ARAÚJO	54230.009314/2010-73	R\$ 1.000,00
27/8/2010	MARIO MONTEIRO DA SILVA	54230.008441/2010-55	R\$ 500,00
9/9/2010	FRANCISCO GALDINO VIEIRA FILHO	54230.009359/2010-48	R\$ 1.500,00
9/9/2010	LUIZ FRANCO RIBEIRO	54230.009385/2010-76	R\$ 300,00
15/9/2010	JOSE RIBAMAR PEREIRA DA SILVA	54230.009559/2010-09	R\$ 1.000,00
15/9/2010	ANTONIO LISBOA MENDES FILHO	54230.009572/2010-50	R\$ 2.000,00
15/9/2010	JOSE VALDIR SOUSA SANTOS	54230.009569/2010-36	R\$ 1.000,00
15/9/2010	NARCISO COELHO PASSOS	54230.009567/2010-47	R\$ 1.500,00
16/9/2010	LISTER SERRA CALDAS	54230.009822/2010-51	R\$ 2.000,00
16/9/2010	LUIZ GONZAGA BARROS NETO	54230.009821/2010-15	R\$ 1.500,00
30/9/2010	JOSE GABRIEL CAMPOS COSTA FERREIRA	54230.009918/2010-10	R\$ 2.000,00
30/9/2010	LUIZ RODRIGUES DOS SANTOS	54230.010302/2010-91	R\$ 1.000,00
8/10/2010	JOSE LINO BRAGA PEREIRA	54230.010043/2010-07	R\$ 2.000,00
8/10/2010	DAMIÃO RODRIGUES	54230.009953/2010-39	R\$ 1.000,00
8/10/2010	CARLOS SAUDANHA ARAÚJO DE CARVALHO	54230.009880/2010-85	R\$ 2.600,00
18/10/2010	LUIS DA CONCEIÇÃO GOMES LINDOSO	54230.010316/2010-13	R\$ 800,00
18/10/2010	MARIO MONTEIRO DA SILVA	54230.009844/2010-11	R\$ 1.000,00
18/10/2010	JOSE BENICIO ALBUQUERQUE DUARTE	54230.010574/2010-91	R\$ 2.200,00
28/10/2010	JOSE DE JESUS COUTINHO	54230.010584/2010-27	R\$ 1.500,00
28/10/2010	ARY FILOMENA KURZ	54230.010974/2010-05	R\$ 1.500,00

5/11/2010	VANDERSON MICHELL M FERNANDES	54234.000327/2010-47	R\$ 1.000,00
11/11/2010	FRANCISCO JOSÉ DE ARAÚJO	54230.011251/2010-15	R\$ 3.000,00
15/11/2010	JOSE RIBAMAR ARAUJO SODRE	54230.011260/2010-14	R\$ 1.000,00
15/11/2010	ANTÔNIO CARLOS TRINTA ABREU	54230.011283/2010-11	R\$ 1.000,00
23/11/2010	LUIZ GONZAGA BARROS NETO	54230.011632/2010-02	R\$ 2.400,00
23/11/2010	PAULA FRASSINETH ANDRADE ARAÚJO	54230.011372/2010-67	R\$ 2.000,00
23/11/2010	RAIMUNDO MONTES NETO	54230.011579/2010-31	R\$ 800,00
23/11/2010	QUINTO FERNANDO ANTUNES RAMOS	54230.011373/2010-10	R\$ 2.000,00
3/12/2010	LUIZ FRANCO RIBEIRO	54230.011589/2010-77	R\$ 1.000,00

Os principais gastos com cartão corporativo no INCRA/MA são:

- 1º) Gastos com combustíveis em viagens a serviço;
- 2º) Compras de materiais de consumo de pequeno vulto, não existente no almoxarifado;
- 3º) Outros gastos em viagens (peças e serviços automotivos, travessia de ferry boat, etc.)

Em 2010 foram realizadas as seguintes despesas com cartão corporativo:

FATURA – R\$ 112.848,49;

SAQUE – R\$ 5.908,40, utilizado excepcionalmente em situações em que não havia na localidade empresa do ramo que utilizasse o cartão corporativo, conforme abaixo:

MARILIA FERREIRA GOMES	R\$ 200,00
RAIMUNDO FELIX DE SOUSA NETO	R\$ 184,00
JOSE BENICIO ALBUQUERQUE DUARTE	R\$ 902,00
LUIZ RODRIGUES DOS SANTOS	R\$ 915,40
JOSE LINO BRAGA PEREIRA	R\$ 120,00
CARLOS SAUDANHA ARAUJO DE	R\$ 140,00

CARVALHO	
JOSE GABRIEL CAMPOS COSTA FERREIRA	R\$ 79,00
FRANCISCO TAUNAY LIMA	R\$ 95,00
JOSE PAULINO BELFORT	R\$ 410,00
ANTONIO HERMES RIBEIRO	R\$ 50,00
JOSE RIBAMAR PEREIRA DA SILVA	R\$ 342,00
ANTONIO CARDOSO SOBRINHO	R\$ 220,00
ANTONIO ROBERTO MELO TORRES	R\$ 270,00
MARIO MONTEIRO DA SILVA	R\$ 130,00
LUIZ FRANCO RIBEIRO	R\$ 208,00
ERIVALDO ALVES SOUSA	R\$ 40,00
LUIZ GONZAGA BARROS NETO	R\$ 140,00
GIBETON MARTINS AMARAL	R\$ 100,00
JOSE RIBAMAR ARAUJO SODRE	R\$ 520,00
ARY FILOMENA KURZ	R\$ 63,00
QUINTO FERNANDO ANTUNES RAMOS	R\$ 780,00

14. Informações sobre Renúncia Tributária.

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

15. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.

15.1 Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária					4037
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC 016.585/2006-5	1937/210	9.4	DE	Ofício
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto de Colonização e Reforma Agrária do Maranhão (INCRA-SR12)					4037
Descrição da Deliberação:					
9.4 Diligenciar a Presidência do INCRA para que, no prazo de 30 (trinta) dias, preste informações acerca dos processos que envolvem a aplicação de recursos federais repassadas ao Projeto de Assentamento – PA de Lago do Coco, no Município de Matões do Norte/MA, nos exercícios de 1999 e 2000, que abrangem ações de fomento, habitação, acessibilidade, abastecimento d'água e eletrificação rural; de suas prestações de contas, bem como, em caso de não aprovação, das medidas adotadas visando ao resguardo do erário público, encaminhando-lhe anexa cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que fundamentam.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Gabinete					4037
Síntese da providência adotada:					
OFÍCIO/INCRA/SR(12)G/1361/2010					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

15.2 Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Não há registro.

15.3 Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			4037
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	246637	9.1.2.1	Ofício
02		9.1.2.1	
03		9.1.2.2	
04		10.1.1.1	
05		11.1.1.1	
06		11.1.1.1	
07		11.1.1.2	
08		11.1.1.2	
09		11.2.1.1	
10		11.2.1.1	
11		11.2.1.2	
12		11.2.1.3	
13		11.3.1.1	
14		11.3.1.2	
15		11.3.1.3	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			
Descrição da Recomendação:			
01 - Que o Gestor designe formalmente servidor responsável pelo acompanhamento das transferências voluntárias concedidas.			
02 - Anexar aos processos das transferências voluntárias concedidas todos os relatórios de fiscalizações realizadas, indicadores de execução do objeto e elementos que demonstrem a veracidade dos fatos apontados como fotos, entrevistas, medições, etc.			
03 - Recomenda-se ao Gestor da Unidade que sejam adotados controles mais efetivos no que concerne ao acompanhamento da execução das transferências voluntárias concedidas, em que a Superintendência Regional do Incra no Maranhão figura como concedente.			
04 - Recomendamos ao setor competente pela emissão de diárias e passagens do Incra/MA que proceda a controles mais efetivos no sentido da confirmação dos deslocamentos dos servidores. Além disso, recomendamos que sejam instaurados processos para a apuração de responsabilidade daqueles que deram causa ao fato.			
05 - Aperfeiçoar os controles internos existentes de forma a prevenir falhas detectadas na formalização dos contratos firmados com fornecedores;			

06 - Providenciar a capacitação do pessoal envolvido com a formalização dos contratos firmados com fornecedores.

07 - Estabelecer rotinas para ampliar os controles internos efetuados no que se refere ao acompanhamento dos contratos de prestação de serviços.

08 - Especificamente em relação ao Contrato nº 5000/2009, estabelecer as seguintes rotinas:

a) Interregno de tempo mínimo entre a solicitação de passagens à contratada e a data da viagem, de forma a minimizar/evitar a compra de tarifas cheias e portanto mais caras;

b) Consultar, por meio da internet, as tarifas praticadas pela companhias aéreas, anexando-as no processo de requisição à contratada, de forma a garantir a aquisição da tarifa mais econômica.

09 - Estabelecer rotinas no sentido de estimar as aquisições de materiais e contratação de serviços, tendo como referência os exercícios anteriores e utilizá-los como parâmetro de forma a evitar compras/contratações fracionadas.

10 - Estabelecer metodologia para planejamento de compras, de forma a suprir as necessidades da Unidade ao longo do exercício.

11 - Estabelecer rotinas no sentido de certificar as cotações de preços realizadas quando da aquisição de materiais ou da prestação de serviços.

12 - Estabelecer rotinas no sentido de evitar uma gestão ineficiente dos contratos da Unidade, bem como realizar a correta instrução de processos de dispensa de licitação.

13 - Que o Gestor pronuncie-se sobre a aprovação ou não da prestação de contas apresentada dentro do prazo de sessenta dias contados a partir da data do seu recebimento, conforme determina a IN STN 01/97, em seu art. 31.

14 - Que o Gestor inscreva em inadimplência os convenientes que não entregarem a prestação de contas final até sessenta dias a partir do término da vigência do convênio, conforme determina a IN STN 01/97, em seu art. 28, §5º.

15 - Que o Gestor não celebre novo instrumento de transferência voluntária de recursos com convenientes que se encontram inadimplentes quanto à prestação de contas de transferências anteriormente recebidas, conforme preceitua o art. 25, §1º, IV, a) da Lei Complementar nº 101/2000.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Itens 01 a 03 – Divisão de Desenvolvimento Item 04 – Gabinete da Superintendência Itens 05 a 12 – Divisão de Administração Itens 13 a 15 – Gabinete da Superintendência	

Síntese da providência adotada:

Itens 01 a 03 – Criação do Núcleo de convênios para efetuar o acompanhamento das transferências voluntárias;

Item 04 – implantação de controle de movimentação de veículos (MV) visando verificar os processos com falhas na emissão e diárias, bem como a utilização do sistema de diárias e emissão e passagem do Ministério do Planejamento, que tende melhorar o acompanhamento dos processos.

Itens 05 a 12 – Foram tomadas as devidas providências quanto as recomendações da CGU, pois estamos sempre buscando o aprimoramento nos procedimentos licitatórios, e melhorando nossos controles de planejamento, tanto que no ano de 2010, um dos pontos fortes no exercício,

Itens 13 a 15 – Visando sanar as pendências com convênios da situação “APROVAR” e “A COMPROVAR” no sistema SIAFI, foi criado um Grupo de Trabalho por determinação do Sr. Presidente do Incra através da Portaria INCRA/P Nº 522 DE 16/08/2010, obedecendo recomendação do TCU em seu acórdão nº 578/2010, no qual resultou na Ordem da Serviço Incra/ma nº 166/2010, especialmente, para analisar as prestações de contas dos mesmos e com objetivo de zerar o estoque de convênios celebrados pela In nº 01/97.

Síntese dos resultados obtidos

Itens 01 a 03 – Com a indicação formal de servidor responsável para acompanhar as transferências voluntárias concedidas, está havendo um melhor acompanhamento dos processos, evitando falhas nos atos administrativos praticados nos convênios. eles também são responsáveis por anexar aos processos todos os relatórios de fiscalizações realizadas, indicadores de execução do objeto e elementos que demonstrem a veracidade dos fatos apontados como fotos, entrevistas, medições, e outros documentos necessários para a lisura do processo.

Item 04 – implantação de controle de movimentação de veículos (MV) visando verificar os processos com falhas na emissão e diárias, bem como a utilização do sistema de diárias e emissão e passagem do Ministério do Planejamento, que tende melhorar o acompanhamento dos processos.

Item 04 - Melhor controle na emissão de Diárias, orientaremos ao chefe do setor de transportes para que o mesmo somente assine os documentos de movimentação de viaturas – MV's após as assinaturas de TODOS os servidores que tiverem participado da viagem, evitando assim MV's divergentes para uma mesma viagem.

Itens 05 a 12 - diminuição considerável de Dispensas de Licitação, em virtude de um melhor planejamento nos processos de compras efetuadas pela SR, como também, uma maior realização de licitação na modalidade de pregão eletrônico, visando sempre a busca da eficiência e o zelo pelo erário.

Itens 13 a 15 – No ano de 2010, em virtude de um maior controle nas liberações de Transferências Voluntárias, foram realizados apenas 10 (dez) convênios com Prefeituras

Municipais. Evitando assim, celebrar convênios com Prefeituras Inadimplentes no sistema CAUC.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

O INCRA tem dificuldades quanto ao acompanhamento da execução dos convênios da Unidade, principalmente devido à grande quantidade destes. E visando sanar este passivo, em 2010 foi criada uma força-tarefa com servidores da SEDE(Brasília) e outras Superintendências, analisando todos os convênios registrados no SIAFI, tomando as providências necessárias aos encaminhamentos das medidas quanto aos convênios que encontrarem-se na situação “a COMPROVAR” com mais de 30 dias e “A APROVAR” com mais de 60 dias.

E quanto aos convênios com vigência expirada e que não apresentaram ainda suas prestações de contas finais, esta Superintendência, está tomando todas as providências, Notificando aos convenientes através de servidores da casa designados para tal finalidade, alertando-os quanto às penalidades que poderão sofrer pela não apresentação da prestação de contas.

Outro fato de fundamental importância para sanar os problemas desta superintendência é que foi realizado no período de 09 a 10/12/2010, uma capacitação ministrada por técnicos da Sede/Brasília, com a presença de todos os servidores da Sede/SR e Unidades Avançadas envolvidos com todas as ações finalísticas no que concernem a Divisão de Desenvolvimento.

Dificuldade em um acompanhamento sistemático das ações finalísticas desta Superintendência, por falta de capacidade operacional, ou seja, o reduzido número de técnicos para um melhor acompanhamento das referidas ações.

Visando suprir estas necessidades, foi realizado o Concurso Público em todas as áreas desta Superintendência, no entanto, ainda foi efetivado a nomeação dos candidatos aprovados por força de decisão judicial do Ministério Público, houve a suspensão das nomeações até ulterior deliberação. Fato este, ocorrido em todo o Brasil.

Maior agilização na elaboração dos processos licitatórios, buscando sempre a competitividade e concorrência para uma eficiência e transparência do serviço público.

Revezamento nas comissões de aplicações de créditos de instalação, em todas as suas modalidades, visando, preservar que as obras efetivamente cheguem ao público alvo da Reforma Agrária de forma eficiente.

Criação de um grupo de trabalho através de portaria a qual está identificando em campo todos os projetos de assentamentos onde existe denúncias de indícios de má aplicação dos referidos processos.

Criação da Delegacia Agrária, visando, dar cumprimento aos desmandos, por ventura

detectados, nas ocupações irregulares nos Projetos de assentamentos do Incra/ma.

Aquisição de um caminhão Baú, para facilitar a entrega de cestas básicas às famílias carentes.

Aquisição de um ônibus equipados com computadores, mesas, internet, e etc (cedido pelo MDA), atualmente incorporado ao Patrimônio do Incra/MA para atender de forma eficiente o Programa da Documentação da Mulher, em parceria com a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Maranhão, Ministério do Trabalho, INSS e CEF.

Visando atender as solicitações dos Controles Externos, esta Superintendência criou um Grupo e Trabalho através da Ordem de Serviço de nº 152/2010, para que todas as solicitações sejam atendidas no prazo estipulado e/ou solicitar prorrogação do prazo quando necessário.

15.4 Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Não há registro.

16. Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.

As recomendações da unidade de controle interno no tocante ao exercício de 2010 são referentes ao relatório de inspeção especial nº 03/2010 que trata da ação de crédito instalação. São elas:

1. Constituir um Grupo de Trabalho Incra/Sede com a finalidade de dar aprofundamento a este trabalho, com o objetivo de levantar "in loco", a efetiva aplicação dos recursos destinados aos créditos, além de revisar os processos de pagamento já realizados em exercícios anteriores e posteriores;
2. Promover a capacitação de todos os servidores da SR-12, com cursos que compreendam a formalização de processos e transferência de recursos dos Créditos Implantação, além de noções de Tomada de Preços, Pregão e Prestação de Contas;
3. Dar conhecimento do teor deste relatório ao diretor de Desenvolvimento – DD, para que possa adotar providências que impossibilitem a reincidência das regularidades apontadas;
4. Determinar o Levantamento de Ocupação de todas as parcelas nos Projetos de Assentamento sob jurisdição da SR-12, visando verificar a real ocupação dos lotes, assim como a situação em que se encontram perante a Autarquia, com lançamentos de todos os dados correspondentes no SIPRA, com emissão de nova Relação de Beneficiários;
5. Que seja determinado ao setor de créditos da SR-12, que proceda o arquivamento dos processos de pagamento dos créditos, de todos os exercícios em que ocorreram liberações, acondicionando-os em caixas próprias de arquivo, individualizando-os por projeto de assentamento;
6. Que seja determina a Prestação de Contas, parcial e final, de todos os processos de concessão de crédito da SR-12;

7. Que seja determinado à Superintendência Regional de Maranhão, que solicite ao Banco operador dos créditos, cópia dos extratos bancários de todas as contas correntes em nome da Associação ou quem de direito, relativas aos projetos de assentamento que receberam repasse de recursos do Crédito Implantação;

Providências:

1. Designar servidores desta Superintendência a promover análise preliminar de todos os processos formalizados nas gestões anteriores com possíveis indícios de irregularidades ou falhas processuais dos Projetos de Assentamento do INCRA/MA.
2. Rodízio dos técnicos aplicadores dos Créditos de Instalação em todas as suas modalidades.
3. Envio de memorando alertando aos servidores responsáveis pela aplicação dos Créditos da necessidade do cumprimento rigoroso da Norma de Execução que disciplina a aplicação dos Créditos em todas as suas modalidades, inclusive dado ciência a todos os servidores envolvidos no assunto.
4. Aquisição de máquinas fotográficas com vista a promover o relatório fotográfico e constituição da memória dos PA's, peças indispensáveis para liberação dos Créditos.
5. Criação do arquivo da Divisão de Desenvolvimento, sem o qual a localização de um processo tornava-se um grande sacrifício, em alguns casos os processos ficavam em poder dos técnicos, o que dificultava sensivelmente a localização.
6. Implantação do Sistema de rastreamento Via Satélite de todas as viaturas desta SR(12)MA, tal medida visa otimizar os recursos de deslocamento dos servidores em suas tarefas de campo.
7. Inclusão no orçamento para 2011 de 56 máquinas fotográficas acopladas com GPS, visando identificar as coordenadas geográficas da real localização da unidade habitacional de cada Assentado.

17. Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.

Consideração dos dados apresentados na Avaliação de Progresso trimestral de algumas das principais ações desenvolvidas pela Autarquia disponibilizada pelo INCRA – Sede e utilizada para efeito de decisões de gestão nesta Superintendência.

Parte B - Informações Contábeis da Gestão

- 18. Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável – UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão.**

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA/MA		373040	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: a) Conta 211460000 no valor de R\$ 4.120,46 b) Equação 92 com uma diferença de R\$ 115.299.600,00 c) Conta 122310000 - Empréstimo concedido (conta sem rotina) d) Conta 122491000 - Créditos a receber de parceiros (conta sem rotina) e) Conta 142120000 - Bens Móveis - Divergências com o Patrimônio f) Títulos e Valores - Saldo de R\$ 254.941,84 referente à transferência de TDA em 31/12/2010, regularizado em 2011 g) Conta 212110100 com saldo de R\$ 1.170,33 h) Conta 212110200 com saldo de R\$ 113,23 i) Conta 212196001 com saldo de R\$ 443,76 j) UG 373041 com divergência na conta 142120000 - Bens Móveis em relação ao patrimônio, e saldo de R\$ 449,64 na conta 212196001 k) UG 373042 com saldo na conta 212110100 de R\$ 665,00 l) UG 373043 com saldo de R\$ 700,00 na conta 112440000 e divergência na conta 113180100 m) UG 133085 com divergência na conta 142120000 - Bens Móveis em relação ao patrimônio, e saldo de R\$ 3.000,00 na conta 212110200 n) UG 133086 com saldo na conta 112160400 de R\$ 4.145,36 Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	SÃO LUIS-MA	Data	31/12/2010
Contador Responsável	RODRIGO SOARES DE VASCONCELOS	CRC n.º	MA/008015/O-0

19. Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).

Apresentado nas páginas seguintes.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	373040/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DO MARANHÃO-INCRÁ/SR-12
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

EXERCÍCIO 2010	MES DEZ(FECHADO)
EMISSION 09/03/2011	PÁGINA 1

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
TÍTULOS	2010	2009	TÍTULOS	2010	2009
RECEITAS CORRENTES	1.256.459,56	2.075.029,24	DESPESAS CORRENTES	19.213.557,71	23.272.407,36
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.256.459,56	2.075.029,24	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	228.132,89	110.353,02
DEDUÇÕES DA RECEITA	-50,00	0,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18.879.031,55	22.960.710,08
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	18.748.265,24	91.427.742,45	TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	0,00	320.436,00
TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS	18.406.155,17	80.246.223,45	OUTRAS DESPESAS	18.879.031,55	22.640.274,08
SUB-REPASSE RECEBIDO	18.098.068,21	80.218.880,40	DESPESA ENTRE ÓRGÃOS DO ORÇAMENTO	106.393,27	201.344,26
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	18.098.068,21	80.218.880,40	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	106.393,27	201.344,26
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	308.086,96	27.343,05	DESPESAS DE CAPITAL	195.666.347,92	196.076.573,16
TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	342.110,07	11.181.519,00	INVESTIMENTOS	25.039.123,71	34.538.518,40
ORDEM DE TRANSFERÊNCIA RECEBIDA	342.010,07	11.169.119,00	INVERSOES FINANCEIRAS	170.627.224,21	161.538.054,76
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	342.010,07	11.169.119,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	4.894.347,53	15.165.436,45
TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	100,00	12.400,00	TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS	308.086,96	308.086,96
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	665.838.787,66	426.812.350,52	VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	308.086,96	308.086,96
VALORES EM CIRCULAÇÃO	161.253.553,68	97.784.166,91	TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	4.586.260,57	14.857.349,49
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	161.253.553,68	97.784.166,91	ORDEM DE TRANSFERÊNCIA CONCEDIDA	3.329.751,01	12.769.920,25
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	308.086,96	308.086,96	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	1.318.395,01	1.614.681,57
VALORES DIFERIDOS	308.086,96	308.086,96	DEVOLUÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	2.011.356,00	11.155.238,68
DEPOSITOS	4.120,46	4.120,46	TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	1.256.509,56	2.087.429,24
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	4.120,46	4.120,46	DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	466.069.209,30	285.800.705,24
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	256.007.056,68	168.246.918,01	VALORES EM CIRCULAÇÃO	248.856.665,93	161.253.553,68
FORNECEDORES	360.853,89	3.222,00	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	248.856.665,93	161.253.553,68
DO EXERCÍCIO	1.170,33	0,00	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	308.086,96	27.343,05
DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	113,23	3.222,00	VALORES DIFERIDOS	308.086,96	27.343,05
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS A PAGAR	359.570,33	0,00	DEPOSITOS	4.120,46	4.120,46
RESTOS A PAGAR	140.338.381,27	162.859.153,22	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	4.120,46	4.120,46
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	132.862.668,64	155.553.581,47	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	160.941.346,26	97.824.413,43
CANCELADO	7.475.712,63	7.305.571,75	FORNECEDORES	3.222,00	7.334,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS EM LIQUIDACAO	115.299.600,00	5.354.800,00	DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.222,00	7.334,00
EM CONTRATOS	115.299.600,00	5.354.800,00	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO	155.553.581,47	92.445.476,38
VALORES EM TRANSITO	7.777,76	29.299,03	OPERAÇÕES DE CRÉDITOS EM LIQUIDACAO	5.354.800,00	5.354.800,00
OUTROS DÉBITOS	443,76	443,76	EM CONTRATOS	5.354.800,00	5.354.800,00
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	248.265.969,88	160.469.058,18	VALORES EM TRANSITO	29.299,03	16.359,29
INCORPORAÇÃO DE DIREITOS	248.224.619,41	160.467.697,18	OUTROS DÉBITOS	443,76	443,76
CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	248.224.619,41	160.467.697,18	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	55.958.989,69	26.691.274,62
DESINCORPORAÇÃO DE OBRIGAÇÕES	41.350,47	1.361,00	BAIXA DE DIREITOS	55.958.989,69	26.691.274,62
EXERCÍCIOS ANTERIORES	41.350,47	1.361,00	CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	55.958.989,69	26.691.274,62
INGRESSOS	685.843.462,46	520.315.122,21	DISPÊNDIOS	685.843.462,46	520.315.122,21



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	373040/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DO MARANHÃO-INCRA/SR-12
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

EXERCÍCIO 2010	MES DEZ(FECHADO)
EMISSÃO 09/03/2011	PÁGINA 1

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	2010	2009	TÍTULOS	2010	2009
ATIVO FINANCEIRO	248.856.665,93	161.253.553,68	PASSIVO FINANCEIRO	248.843.551,47	161.253.553,68
CREDITOS EM CIRCULACAO	248.856.665,93	161.253.553,68	DEPOSITOS	4.120,46	4.120,46
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	632.046,52	785.856,50	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	4.120,46	4.120,46
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	248.224.619,41	160.467.697,18	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	248.531.344,05	160.941.346,26
ATIVO NAO FINANCEIRO	948.199.501,06	778.183.388,91	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	361.297,65	3.665,76
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	-201.502.544,79	-143.430.816,68	FORNECEDORES - DO EXERCÍCIO	1.170,33	0,00
CREDITOS EM CIRCULACAO	-201.601.749,77	-143.567.654,89	FORNECEDORES - DE EXERC. ANTERIORES	113,23	3.222,00
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-248.224.619,41	-160.467.697,18	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	443,76	443,76
DIVERSOS RESPONSÁVEIS	4.623.413,10	3.273.124,15	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	359.570,33	0,00
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	41.999.456,54	13.626.918,14	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	132.862.668,64	155.553.581,47
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	99.204,98	136.838,21	A LIQUIDAR	132.862.668,64	155.553.581,47
ESTOQUES	99.204,98	136.838,21	CREDORES DIVERSOS	115.299.600,00	5.354.800,00
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	1.136.644.934,13	909.537.864,58	VALORES EM TRANSITO EXIGÍVEIS	7.777,76	29.299,03
CREDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	1.136.644.934,13	909.537.864,58	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	308.086,96	308.086,96
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	855.723.813,53	673.110.413,53	VALORES DIFERIDOS	308.086,96	308.086,96
CREDITOS A RECEBER	280.921.120,60	236.427.451,05	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-132.862.668,64	-155.553.581,47
PERMANENTE	13.057.111,72	12.076.341,01	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-132.862.668,64	-155.553.581,47
IMOBILIZADO	13.057.111,72	12.076.341,01	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-132.862.668,64	-155.553.581,47
BENS MOVEIS E IMOVEIS	13.104.826,12	12.076.341,01	PASSIVO REAL	115.980.882,83	5.699.972,21
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-47.714,40	0,00	PATRIMONIO LIQUIDO	1.081.075.284,16	933.736.970,38
ATIVO REAL	1.197.056.166,99	939.436.942,59	PATRIMONIO/CAPITAL	933.736.970,38	806.655.750,24
			PATRIMONIO	933.736.970,38	806.655.750,24
			RESULTADO DO PERÍODO	147.338.313,78	127.081.220,14
			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	1.197.056.166,99	939.436.942,59
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-1.049.717.853,21	-812.355.722,45
ATIVO COMPENSADO	197.862.269,63	193.260.243,29	PASSIVO COMPENSADO	197.862.269,63	193.260.243,29
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	197.862.269,63	193.260.243,29	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	197.862.269,63	193.260.243,29
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TÍTULOS E B	30.505,00	64.486,23	VALORES, TÍTULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	30.505,00	64.486,23
GARANTIAS DE VALORES	0,00	10.216,20	VALORES EM GARANTIA	0,00	10.216,20
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	191.517.641,73	169.069.158,31	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	191.517.641,73	169.069.158,31
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	6.059.181,06	1.070.389,38	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	6.059.181,06	1.070.389,38
OUTRAS COMPENSACOES	254.941,84	23.045.993,17	COMPENSACOES DIVERSAS	254.941,84	23.045.993,17
ATIVO	1.394.918.436,62	1.132.697.185,88	PASSIVO	1.394.918.436,62	1.132.697.185,88



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORCAMENTOS	EXERCICIO	2010	MES	DEZ(FECHADO)
SUBTÍTULO	373040/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DO MARANHÃO-INCRA/SR-12	EMISSAO	09/03/2011	PAGINA	1
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO				

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TÍTULOS	2010	2009	TÍTULOS	2010	2009
ORCAMENTARIAS	225.201.421,91	294.231.137,61	ORCAMENTARIAS	215.267.828,24	219.747.602,87
RECEITAS CORRENTES	1.256.459,56	2.075.029,24	DESPESAS CORRENTES	19.213.557,71	23.272.407,36
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.256.459,56	2.075.029,24	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	228.132,89	110.353,02
DEDUÇÕES DA RECEITA	-50,00	0,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18.879.031,55	22.960.710,08
INTERFERENCIAS ATIVAS	18.406.155,17	80.246.223,45	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	106.393,27	201.344,26
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	18.406.155,17	80.246.223,45	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	106.393,27	201.344,26
SUB-REPASSE RECEBIDO	18.098.068,21	80.218.880,40	DESPESAS DE CAPITAL	195.666.347,92	196.076.573,16
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	308.086,96	27.343,05	INVESTIMENTOS	25.039.123,71	34.538.518,40
MUTACOES ATIVAS	205.538.857,18	211.909.884,92	INVERSOES FINANCEIRAS	170.627.224,21	161.538.054,76
INCORPORACOES DE ATIVOS	110.796.533,78	82.252.963,38	INTERFERENCIAS PASSIVAS	308.086,96	308.086,96
AQUISICOES DE BENS	4.013.339,58	3.547.937,99	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	308.086,96	308.086,96
INCORPORACAO DE CREDITOS	106.783.194,20	78.705.025,39	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	308.086,96	308.086,96
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	94.742.323,40	129.656.921,54	MUTACOES PASSIVAS	79.835,65	90.535,39
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	614.223.165,34	329.456.832,39	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	79.835,65	90.535,39
INTERFERENCIAS ATIVAS	46.371.830,70	15.701.657,85	LIQUIDACAO DE CREDITOS	79.835,65	90.535,39
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	46.029.720,63	4.520.138,85	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	476.818.445,23	276.859.146,99
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	342.010,07	11.169.119,00	INTERFERENCIAS PASSIVAS	4.793.095,66	14.862.723,21
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	100,00	12.400,00	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	206.835,09	5.373,72
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	567.851.334,64	313.755.174,54	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	3.329.751,01	12.769.920,25
INCORPORACOES DE ATIVOS	560.334.271,54	305.962.541,58	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	1.256.509,56	2.087.429,24
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	0,00	198.217,98	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	472.025.349,57	261.996.423,78
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	373.552,40	357.115,71	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	354.544.398,94	195.447.607,33
INCORPORACAO DE DIREITOS	559.960.719,14	305.407.207,89	BAIXA DE BENS IMOVEIS	3.332.928,63	3.126.708,19
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	0,00	485.700,21	BAIXA DE BENS MOVEIS	1.392.327,46	609.625,04
AJUSTES DE CREDITOS	0,00	485.700,21	BAIXA DE TITULOS E VALORES	44.493.669,55	4.326.509,55
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	7.517.063,10	7.306.932,75	BAIXA DE DIREITOS	305.325.473,30	187.384.764,55
DEFICIT			AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	47.714,40	0,00
			DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	47.714,40	0,00
			INCORPORACAO DE PASSIVOS	117.433.236,23	66.548.816,45
			RESULTADO PATRIMONIAL	147.338.313,78	127.081.220,14
			SUPERAVIT	147.338.313,78	127.081.220,14
VARIACOES ATIVAS	839.424.587,25	623.687.970,00	VARIACOES PASSIVAS	839.424.587,25	623.687.970,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	373040/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DO MARANHAO-INCRA/SR-12
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO 2010	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 09/03/2011	PAGINA 1

RECEITA					DESPESA				
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
					CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	0,00	0,00	214.754.189,95	-214.754.189,95
					DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	19.087.842,03	-19.087.842,03
					PESSOAL E ENCARGOS SOCI	0,00	0,00	228.132,89	-228.132,89
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	0,00	18.859.709,14	-18.859.709,14
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	195.666.347,92	-195.666.347,92
					INVESTIMENTOS	0,00	0,00	25.039.123,71	-25.039.123,71
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	170.627.224,21	-170.627.224,21
SUBTOTAL I					SUBTOTAL I	0,00	0,00	214.754.189,95	-214.754.189,95



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DISPONIBILIDADE DA FONTE DE RECURSOS - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	373040/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DO MARANHAO-INCRA/SR-12
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO 2010	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 09/03/2011	PAGINA 1

TITULOS	2010	2009
DISPONIBILIDADE POR FR	-160.159.610,22	-160.159.610,22
DISPONIBILIDADE POR FR (SALDO INICIAL)	-160.159.610,22	-160.159.610,22
INGRESSOS	130.217.202,42	130.217.202,42
INGRESSOS EXERCICIO ANTERIOR	112.119.134,21	112.119.134,21
SUBREPASSE DIFERIDO RECEBIDO	308.086,96	308.086,96
ORDEM TRANSFERENCIA RECEBIDA	342.010,07	342.010,07
CANCELAMENTO DE RP NAO PROCESSADO	7.475.712,63	7.475.712,63
CANCELAMENTO DE RP PROCESSADO	41.350,47	41.350,47
RECURSO DE LIMITE DE RP RECEBIDO	103.951.974,08	103.951.974,08
INGRESSOS EXERCICIO ATUAL	18.098.068,21	18.098.068,21
SUBREPASSE RECEBIDO	18.098.068,21	18.098.068,21
DISPENDIOS	-218.209.656,64	-218.209.656,64
DISPENDIOS EXERCICIO ANTERIOR	-3.329.751,01	-3.329.751,01
ORDEM TRANSFERENCIAS CONCEDIDA	-3.329.751,01	0,00
DISPENDIOS EXERCICIO ATUAL	-214.879.905,63	-214.879.905,63
DESPESA EMPENHADA LIQUIDADA	-214.879.905,63	-214.879.905,63
OUTROS INGRESSOS/DISPENDIOS	556.733,41	0,00
DISPONIBILIDADE POR FR	-247.595.331,03	0,00
DISPONIBILIDADE POR FR (SDO FINAL)	-247.903.417,99	0,00
DISPONIBILIDADE DIFERIDA RECEBIDA	308.086,96	0,00
TOTAL	0,00	0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS POR NATUREZA - TODOS OS ORCAMENTOS	EXERCICIO 2010	MES DEZ(FECHADO)
SUBTITULO	373040/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DO MARANHAO-INCRA/SR-12	EMISSAO 09/03/2011	PAGINA 1
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO		
TITULOS	2010	2009	
RECEITAS ORCAMENTARIAS			
RECEITAS CORRENTES	1.256.459,56	2.075.029,24	
RECEITAS NAO TRIBUTARIAS	1.256.459,56	2.075.029,24	
DEDUCOES DA RECEITA	-50,00	0,00	
TOTAL DAS RECEITAS ORCAMENTARIAS	1.256.409,56	2.075.029,24	
DESPESAS ORCAMENTARIAS			
DESPESAS CORRENTES	19.213.557,71	23.272.407,36	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	228.132,89	110.353,02	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18.985.424,82	23.162.054,34	
DESPESAS DE CAPITAL	195.666.347,92	196.076.573,16	
INVESTIMENTOS	25.039.123,71	34.538.518,40	
INVERSOES FINANCEIRAS	170.627.224,21	161.538.054,76	
(-) TOTAL DAS DESPESAS ORCAMENTARIAS	214.879.905,63	219.348.980,52	
RESULTADO ORCAMENTARIO	-213.623.496,07	-217.273.951,28	
INTERFERENCIAS ATIVAS ORCAMENTARIAS	18.406.155,17	80.246.223,45	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	18.406.155,17	80.246.223,45	
MUTACOES ATIVAS ORCAMENTARIAS	205.538.857,18	211.909.884,92	
INCORPORACAO DE ATIVOS	110.796.533,78	82.252.963,38	
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	94.742.323,40	129.656.921,54	
(-) INTERFERENCIAS PASSIVAS ORCAMENTARIAS	308.086,96	308.086,96	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	308.086,96	308.086,96	
(-) MUTACOES PASSIVAS ORCAMENTARIAS	79.835,65	90.535,39	
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	79.835,65	90.535,39	
RESULTADO ORCAMENTARIO APOS INTERF/MUTACOES	9.933.593,67	74.483.534,74	
RESULTADO APOS REC/DESP EXTRA-ORCAMENTARIAS	9.933.593,67	74.483.534,74	
INTERFERENCIAS ATIVAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	46.371.830,70	15.701.657,85	
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	46.029.720,63	4.520.138,85	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	342.010,07	11.169.119,00	
OUTRAS INTERFERENCIAS ATIVAS	100,00	12.400,00	
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS EXTRA-ORCAMENTARIOS	567.851.334,64	313.755.174,54	
INCORPORACAO DE ATIVOS	560.334.271,54	305.962.541,58	
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	7.517.063,10	7.306.932,75	
OUTROS ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	0,00	485.700,21	
(-) INTERFERENCIAS PASS. EXTRA-ORCAMENTARIAS	4.793.095,66	14.862.723,21	
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDOS	206.835,09	5.373,72	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	3.329.751,01	12.769.920,25	
OUTRAS INTERFERENCIAS PASSIVAS	1.256.509,56	2.087.429,24	
(-) DECRESCIMOS PATRIM. EXTRA-ORCAMENTARIOS	472.025.349,57	261.996.423,78	
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	354.544.398,94	195.447.607,33	
INCORPORACAO DE PASSIVOS	117.433.236,23	66.548.816,45	
OUTROS DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	47.714,40	0,00	
RESULTADO PATRIMONIAL / SUPERAVIT OU DEFICIT	147.338.313,78	127.081.220,14	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS POR NATUREZA E FUNCAO - TODOS OS ORCAMENTOS	EXERCICIO 2010	MES DEZ(FECHADO)
SUBTITULO	373040/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DO MARANHAO-INCRA/SR-12	EMISSAO 09/03/2011	PAGINA 1
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO		
TITULOS	2010	2009	
RECEITAS ORCAMENTARIAS			
RECEITAS CORRENTES	1.256.459,56	2.075.029,24	
RECEITAS NAO TRIBUTARIAS	1.256.459,56	2.075.029,24	
DEDUCOES DA RECEITA	-50,00	0,00	
TOTAL DAS RECEITAS ORCAMENTARIAS	1.256.409,56	2.075.029,24	
DESPESAS ORCAMENTARIAS			
PREVIDENCIA SOCIAL	13.688,28	2.515,10	
ORGANIZACAO AGRARIA	120.107.449,34	219.346.465,42	
(-) TOTAL DAS DESPESAS ORCAMENTARIAS	214.879.905,63	219.348.980,52	
RESULTADO ORCAMENTARIO	-213.623.496,07	-217.273.951,28	
INTERFERENCIAS ATIVAS ORCAMENTARIAS	18.406.155,17	80.246.223,45	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	18.406.155,17	80.246.223,45	
MUTACOES ATIVAS ORCAMENTARIAS	205.538.857,18	211.909.884,92	
INCORPORACAO DE ATIVOS	110.796.533,78	82.252.963,38	
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	94.742.323,40	129.656.921,54	
(-) INTERFERENCIAS PASSIVAS ORCAMENTARIAS	308.086,96	308.086,96	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	308.086,96	308.086,96	
(-) MUTACOES PASSIVAS ORCAMENTARIAS	79.835,65	90.535,39	
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	79.835,65	90.535,39	
RESULTADO ORCAMENTARIO APOS INTERF/MUTACOES	9.933.593,67	74.483.534,74	
RESULTADO APOS REC/DESP EXTRA-ORCAMENTARIAS	9.933.593,67	74.483.534,74	
INTERFERENCIAS ATIVAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	46.371.830,70	15.701.657,85	
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	46.029.720,63	4.520.138,85	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	342.010,07	11.169.119,00	
OUTRAS INTERFERENCIAS ATIVAS	100,00	12.400,00	
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS EXTRA-ORCAMENTARIOS	567.851.334,64	313.755.174,54	
INCORPORACAO DE ATIVOS	560.334.271,54	305.962.541,58	
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	7.517.063,10	7.306.932,75	
OUTROS ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	0,00	485.700,21	
(-) INTERFERENCIAS PASS. EXTRA-ORCAMENTARIAS	4.793.095,66	14.862.723,21	
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDOS	206.835,09	5.373,72	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	3.329.751,01	12.769.920,25	
OUTRAS INTERFERENCIAS PASSIVAS	1.256.509,56	2.087.429,24	
(-) DECRESCIMOS PATRIM. EXTRA-ORCAMENTARIOS	472.025.349,57	261.996.423,78	
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	354.544.398,94	195.447.607,33	
INCORPORACAO DE PASSIVOS	117.433.236,23	66.548.816,45	
OUTROS DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	47.714,40	0,00	
RESULTADO PATRIMONIAL / SUPERAVIT OU DEFICIT	147.338.313,78	127.081.220,14	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS DISPONIBILIDADES - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	373040/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DO MARANHAO-INCRA/SR-12
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO	MES
2010	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
09/03/2011	1

DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS			COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS		
TITULOS	2010	2009	TITULOS	2010	2009
			CREDITOS EM CIRCULACAO	-248.856.665,93	-161.253.553,68
			CREDITOS A RECEBER	-248.856.665,93	-161.253.553,68
			RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	-248.856.665,93	-161.253.553,68
			LIMITE DE SAQUE C/VINCULACAO DE PAGAMENT	-632.046,52	-785.856,50
			RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	-248.224.619,41	-160.467.697,18
			DEPOSITOS	4.120,46	4.120,46
			DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	4.120,46	4.120,46
			OBRIGACOES EM CIRCULACAO	248.531.344,05	160.941.346,26
			OBRIGACOES A PAGAR	133.223.522,53	155.556.803,47
			FORNECEDORES	360.853,89	3.222,00
			DO EXERCICIO	1.170,33	0,00
			DE EXERCICIOS ANTERIORES	113,23	3.222,00
			TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	359.570,33	0,00
			RESTOS A PAGAR	132.862.668,64	155.553.581,47
			NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	132.862.668,64	155.553.581,47
			CREDORES DIVERSOS	115.300.043,76	5.355.243,76
			OUTROS CREDORES	115.299.600,00	5.354.800,00
			DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	443,76	443,76
			VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	7.777,76	29.299,03
			SAQUE POR CARTAO DE CREDITO CORPORATIVO	7.777,76	29.299,03
			VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	308.086,96	308.086,96
			RECURSO DIFERIDO RECEBIDO	308.086,96	308.086,96
			SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO DO EXERCICIO	13.114,46	0,00
			DISPONIBILIDADES P/FONTE DE RECURSOS	-247.903.417,99	-160.159.610,22
			DISPONIBILIDADE DE RESTOS A PAGAR	248.224.619,41	160.467.697,18
			LIMITE DE RESTOS A PAGAR - RECEBIDO	248.224.619,41	160.467.697,18
			DISPONIBILIDADE DE RECURSO DIFERIDO	-308.086,96	-308.086,96
			DISPONIBILIDADE SUBREPASSE DIFERIDO RECEBI	-308.086,96	-308.086,96
	0,00	0,00	COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	0,00	0,00

Parte C - Informações Específicas a constar do Relatório de Gestão – Superintendências Regionais do INCRA

20. Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis contendo, no mínimo, as seguintes informações:

Sobre a relação das matrículas canceladas dos registros rurais vinculados a títulos nulos de pleno direito ou realizados em desacordo com o art. 221 e seguintes da Lei n.º 6.015/75, não houve nenhum imóvel em 2010 que se enquadrasse nesse conceito.

Tomando por base as indagações sugeridas, no exercício de 2010 não houveram:

- situações com irregularidades nos cartórios de registro de imóveis;
- imóveis rurais que tivesse o Certificado de Cadastro do Imóvel Rural - CCIR cancelado pelo INCRA;
- processos com irregulares encaminhados à Procuradoria-Geral do Estado.

21. Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.

Falta de divulgação pelo setor de comunicação desta Superintendência de divulgar no site do Incra as ações que esta SR vem adotando na atual gestão, visando sanar todas as pendências identificadas em alguns indícios de irregularidades cometidas em gestões anteriores referente as ações finalísticas. Para tanto, informamos a esta Controladoria que esta Superintendência através da Divisão de Desenvolvimento abriu 07 (sete) processos de sindicâncias visando apurar possíveis irregularidades de aplicações de créditos de instalação em projetos de assentamentos. Ainda foram motivos de coibir possíveis praticas de irregularidades, várias reuniões, emissão de memorandos aos técnicos alertando-os dos cumprimentos rigorosamente das normas de execução que regem a matéria.

Outro fato de fundamental importância para sanar os problemas desta superintendência foi a realização, no período de 09 a 10/12/2010, de uma capacitação ministrada por técnicos da Sede/Brasília, com a presença de todos os servidores da SR e Unidades Avançadas envolvidos com todas as ações finalísticas no que concernem a Divisão de Desenvolvimento.

Dificuldade em um acompanhamento sistemático das ações finalísticas desta Superintendência, por falta de capacidade operacional, ou seja, o reduzido numero de técnicos para um melhor acompanhamento das referidas ações. Visando suprir estas necessidades, foi realizado o Concurso Publico em todas as áreas desta Superintendência, no entanto, ainda não foi efetivado a nomeação dos candidatos aprovados por força de decisão judicial do Ministério Publico. Fato este, ocorrido em todo o Brasil.

Outro fato importante nesta superintendência é que está sendo implementado o arquivo fundiário desta SR, inclusive informatizado.